



Anais da Assembléia

Nº 161

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 03 DE DEZEMBRO DE 1991

ANO XVII

1ª. SESSÃO LEGISLATIVA DA 12ª LEGISLATURA ATA DA 134ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 03 DE DEZEMBRO DE 1991

(TERÇA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Algaci Túlio, secretariada pelos Senhores Deputados João Arruda e Ademar Traiano.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Algaci Túlio, Heinz Herwig, João Arruda, Ademar Traiano, Dalton Machuca, Lourenço Fregonese, Albino Corazza, Alceu Swarowski, Antônio Annibelli, Arlindo Troian, Basílio Zanusso, Carlos Simões, Cleiton Kielse, Cezar Silvestri, Colombino Grassano, Costenaro Neto, Dirceu Manfrinato, Dobrandino da Silva, Domingos Carvalho, Doutor Rosinha, Duílio Genari, Durval Amaral, Edson Silva Lino, Elio Rüsck, Emília Belinati, Erondy Silvério, Ernani Pudell, Eurides Moura, Geraldo Cartário, Tadeu Lúcio Machado, João Preis, José Afonso Júnior, José Artur Ritti, José Tavares, Luiz Antonio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Mário Bezerra, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nelson Justus, Nilton Barbosa, Nilton César Servo, Orlando Pessuti, Ovídio Constantino, Paulo Maia, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca de Macedo, Renato Adur, Rossoni, Severino Félix e Toti Colaço (53). Achando-se ausente o seguinte Senhor Deputado: José Alves (01).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETARIO - procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETARIO - procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Mensagens:

MENSAGEM Nº 134/91

Curitiba, 29 de novembro de 1991.
Senhor Presidente.

Tenho a honra de, nos termos do art. 27, inciso XVIII, combinado com o art. 66, inciso IV, ambos da Constituição Estadual,

encaminhar à apreciação dessa Augusta Casa, o incluso anteprojeto de lei que objetiva autorizar o Poder Executivo a efetivar a participação acionária do Estado do Paraná na sociedade comercial Estrada de Ferro Paraná Oeste S.A., que passará a ser uma sociedade de economia mista, controlada pelo Estado, vinculada à Secretaria de Estado dos Transportes. A subscrição do Estado será equivalente a Cr\$ 3.874.500.000,00 (três bilhões, oitocentos e setenta e quatro milhões e quinhentos mil cruzeiros), que corresponderá a 92,25% do capital social da FERROESTE, cuja integralização dar-se-á mediante a conversão dos valores pagos a título de desapropriações, obras e repasses de recursos do Tesouro do Estado.

O Governo do Estado do Paraná, entendendo ser a FERROESTE - ferrovia projetada para integrar uma das regiões mais produtivas do Estado ao Porto de Paranaguá - um empreendimento de vital importância para a estrutura produtiva, econômica e social do Paraná, decidiu propor a transformação dessa empresa de caráter privado para empreendimento de economia mista.

Originalmente projetada para ser um empreendimento privado, as condições econômicas vigentes no País, impediram até o momento, o setor privado que realizasse, apesar do apoio governamental articulado, para a mobilização dos capitais.

Diante disso, o Governo assumiu a responsabilidade deste importante empreendimento para o Estado e vem provendo os recursos necessários à implantação inicial desta ferrovia, ao mesmo tempo que se estabelecem negociações com o BNDES para o fechamento de um esquema de financiamento. Outras fontes de financiamento, inclusive privadas, poderão ser mobilizadas.

Em vista do aporte substancial dos recursos públicos até agora efetivados, a transformação da FERROESTE de empresa privada para empresa de economia mista se impõe como solução natural para viabilizar o empreendimento.

Cabe esclarecer que essa iniciativa não exclui a participação acionária da iniciativa privada, nacional ou não, seja nesse período de construção, ou mesmo quando da sua operacionalização, o que implica que a empresa poderá ser administrada pela iniciativa privada, mediante contratos de gestão ou prestação de serviços.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado

apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a efetivar a participação acionária do Estado do Paraná na sociedade comercial ESTRADA DE FERRO PARANÁ OESTE S.A. que tem seu estatuto social registrado na Junta Comercial do Paraná sob nº 413.0000640.7, que passará a ser uma sociedade de economia mista, controlada pelo Estado do Paraná, vinculada à Secretaria de Estado dos Transportes.

Art. 2º - A subscrição inicial de ações pelo Estado do Paraná será equivalente a Cr\$ 3.874.500.000,00, que corresponde a 92,25% do capital social da FERROESTE, sendo que a integralização dar-se-á mediante a conversão dos valores pagos a título de desapropriações, obras e repasses de recursos do Tesouro do Estado.

Parágrafo Único - O prazo para integralização será até 31.12.91, respeitadas as dotações orçamentárias.

Art. 3º - O ramo de atividade da FERROESTE será o de construção, operação, administração e exploração comercial de vias ferroviárias nacionais por concessão da autoridade competente, de silos e demais sistemas de armazenagem de produtos agrícolas e manufaturados em geral, prestação de serviços de secagem e classificação de produtos agrícolas, construção e exploração comercial de terminais, inclusive portuários, guarda e caução, carga e descarga de produtos agrícolas ou industriais em geral, transporte multimodal de cargas em geral, compra e venda de produtos agrícolas ou industriais nos mercados interno/externo, atuando como agente da exportação e/ou exportador/importador, conforme consta do Estatuto Social da FERROESTE.

Art. 4º - O capital social da FERROESTE será representado por ações ordinárias nominativas e o seu aumento dar-se-á sempre por subscrição particular e de forma que o Estado do Paraná mantenha seu controle acionário.

Art. 5º - Além de reger-se por seus estatutos, pela lei das sociedades anônimas e demais aplicáveis a espécie a FERROESTE submeter-se-á à fiscalização pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

Art. 6º - O Poder Executivo praticará os atos necessários à regulamentação e cumprimento desta Lei.

Curitiba, terça, em 03.12.91

Art. 7º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.
A Diretoria Legislativa.

MENSAGEM Nº 135/91

Curitiba, 29 de novembro de 1991.
Senhor Presidente.

Tenho a honra de apresentar à elevada consideração dessa Egrêgia Assembléia Legislativa anteprojeto de lei que aprova a abertura de crédito suplementar no valor de Cr\$ 81.451.000,00 (oitenta e um milhões, quatrocentos e cinquenta e um mil cruzeiros), conforme detalhamento abaixo:

ORGAO/FINALIDADE	VALOR EM Cr\$ 1,00
SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRANSPORTE OFICIAL - DETO . Despesas com aquisição de veículos	81.451.000

Esclareço também que os recursos para a cobertura da referida programação são decorrentes de cancelamento de dotações do Departamento Estadual de Transporte Oficial - DETO.

Certo de poder contar com a atenção dessa Egrêgia Assembléia Legislativa, reitero a Vossa Excelência as expressões do meu alto apreço e consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO.
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Fica aprovado um crédito suplementar no valor de Cr\$ 81.451.000,00 (oitenta e um milhões, quatrocentos e cinquenta e um mil cruzeiros), ao vigente orçamento da Secretaria de Estado da Administração, aprovado pela Lei Estadual nº 9.494, de 21 de dezembro de 1990, conforme Anexos I e III desta Lei.

Art. 2º - Servirá com recurso para a cobertura do crédito de que trata o artigo anterior, igual importância proveniente de cancelamento de dotações do próprio Órgão, conforme Anexos II e IV desta lei.

Art. 3º - Em decorrência do contido nos artigos 1º e 2º desta lei, fica alterado o orçamento próprio do Departamento Estadual de Transporte Oficial - DETO, aprovado pela Lei Estadual nº 9.494, de 21 de dezembro de 1990.

Art. 4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

SUPLEMENTAÇÃO		ANEXO I		FL.01			
				Cr\$ 1.000,00			
CODIGO	ESPECIFICAÇÃO	NATUREZA DA DESPESA	FT	L D R	VALOR	N. DO PROC. COP	
2100	SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO						
2102	GABINETE DO SECRETARIO - ENTIDADES VINCULADAS						
2009	PROGRAMAÇÃO A CARGO DO DETO	4311.02	00	L	75.000	0674	
TOTAL					75.000		

CANCELAMENTO		ANEXO II		FL.01			
				Cr\$ 1.000,00			
CODIGO	ESPECIFICAÇÃO	NATUREZA DA DESPESA	FT	L D R	VALOR	N. DO PROC. COP	
2100	SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO						
2102	GABINETE DO SECRETARIO - ENTIDADES VINCULADAS						
2009	PROGRAMAÇÃO A CARGO DO DETO	3211.03	00	L	75.000	0674	
TOTAL					75.000		

SUPLEMENTAÇÃO		ANEXO III		FL.02			
				Cr\$ 1.000,00			
CODIGO	ESPECIFICAÇÃO	NATUREZA DA DESPESA	FT	L D R	VALOR	N. DO PROC. COP	
2200	SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO - ENTIDADES VINCULADAS						
2253	DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRANSPORTE OFICIAL - DETO						
2020	ADMINISTRAÇÃO DA FROTA DE VEICULOS OFICIAIS	4120.00	00	L	81.451	0676	
TOTAL					81.451		

CANCELAMENTO		ANEXO IV		FL.02			
				Cr\$ 1.000,00			
CODIGO	ESPECIFICAÇÃO	NATUREZA DA DESPESA	FT	L D R	VALOR	N. DO PROC. COP	
2200	SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO - ENTIDADES VINCULADAS						
2253	DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRANSPORTE OFICIAL - DETO						
2020	ADMINISTRAÇÃO DA FROTA DE VEICULOS OFICIAIS	3231.00	00	L	75.000	0676	
		4261.00	00	L	6.451	0676	

TOTAL

81.451

MENSAGEM Nº 136/91

Curitiba, 29 de novembro de 1991.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de apresentar à elevada consideração dessa Egrêgia Assembléia Legislativa anteprojeto de lei que aprova a abertura de crédito suplementar no valor de Cr\$ 16.502.000,00 (dezesseis milhões, quinhentos e dois mil cruzeiros).

O referido crédito tem por finalidade dar cobertura às despesas efetuadas pela CEASA/PR (Mercado Popular e Compras Comunitárias) e repasse para as Prefeituras Municipais de Irati e Colorado.

Esclareço também que os recursos para a cobertura da referida programação são decorrentes do próprio órgão.

Certo de poder contar com a atenção dessa Egrêgia Assembléia Legislativa, reitero a Vossa Excelência as expressões do meu mais alto apreço e consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Fica aprovado um crédito suplementar no valor de Cr\$ 16.502.000,00 (dezesseis milhões, quinhentos e dois mil cruzeiros), ao vigente orçamento da Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento aprovado pela Lei Estadual nº 9.494, de 21 de dezembro de 1990, conforme Anexo I desta Lei.

Art. 2º - Servirá como recurso para a cobertura do crédito de que trata o artigo anterior, igual importância proveniente de cancelamento de dotação do próprio órgão, conforme Anexo II desta lei.

Art. 3º - Em decorrência do contido no artigo 1º desta lei, fica alterada a Programação Orçamentária Global da Centrais de Abastecimento do Paraná S/A - CEASA/PR, aprovado pela lei Estadual n. 9.494, de 21 de dezembro de 1990, conforme Anexo III, desta lei.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

SUPLEMENTAÇÃO		ANEXO I		FL.01 Cr\$ 1.000,00		
CODIGO	ESPECIFICAÇÃO	NATUREZA DA DESPESA	FT	L D R VALOR	N. DO PROC. COP	
2700	SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO -					
2702	GABINETE DO SECRETARIO ENTIDADES VINCULADAS					
2136	PROGRAMAÇÃO A CARGO DA CEASA/PR	3212.03	00	L	16.502	0624
TOTAL					16.502	

CANCELAMENTO		ANEXO II		FL.01 Cr\$ 1.000,00		
CODIGO	ESPECIFICAÇÃO	NATUREZA DA DESPESA	FT	L D R VALOR	N. DO PROC. COP	
2700	SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO -					
2703	DIRETORIA GERAL					
2161	ADMINISTRAÇÃO DOS SERVIÇOS DE INFORMATICA - SEAB	3132.00	00	L	16.502	0624
TOTAL					16.502	

A Diretoria Legislativa.

SUPLEMENTAÇÃO		FL.01 Cr\$ 1.000,00			
CODIGO	ESPECIFICAÇÃO	NATUREZA DA DESPESA	L D FT R	VALOR	N. DO PROC. COP
2800	SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO - ENTIDADES VINCULADAS				
2873	CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DO DO PARANA S/A CEASA/PR				
2885	APOIO A COMERCIALIZAÇÃO HORTIGRANJEIROS E ATENDIMENTO A FAMILIAS DE BAIXA RENDA	3120.00	00 L	1.982	0624
		3132.00	00 L	14.520	0624
TOTAL				16.502	

A Diretoria Legislativa.

Mensagem n. 137/91

Curitiba, 29 de novembro de 1991.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de apresentar à elevada consideração dessa egrêgia Assembléia Legislativa anteprojeto de lei que aprova a abertura de crédito suplementar no valor de Cr\$ 148.309.000,00 (cento e quarenta e oito milhões, trezentos e nove mil cruzeiros), conforme detalhamento abaixo:

ORGAO/FINALIDADE	VALOR EM CR\$ 1,00
SECRETARIA DE ESTADO DO TRABALHO E DA AÇÃO SOCIAL	
- FUNDAÇÃO DE AÇÃO SOCIAL DO PARANA - FASPAR	
. Os recursos serão utilizados para atender despesas com outras transferências a pessoas	148.309.000

Esclareço também que os recursos para a cobertura da referida programação são decorrentes de cancelamento do próprio Órgãos e simultaneamente fica procedida a conversão da fonte 81 - Convênios com Órgãos Federais para a fonte 90 - Diversas.

Certo de poder contar com a atenção dessa Egrêgia Assembléia Legislativa, reitero a Vossa Excelência as expressões do meu mais alto apreço e consideração.

(a) ROBERTO REQUIAO
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Fica aprovado um crédito suplementar no valor de Cr\$ 148.309.000,00 (cento e quarenta e oito milhões, trezentos e nove mil cruzeiros), ao vigente Orçamento Próprio da Fundação de Ação Social do Paraná - FASPAR, aprovado pela Lei Estadual n. 9.494, de 21 de dezembro de 1990 e simultaneamente fica procedida a conversão da fonte 81 - Convênios com Órgãos Federais para a fonte 90 - Diversas, conforme Anexo I desta Lei.

Art. 2º - Servirá como recursos para a cobertura do crédito de que trata o artigo anterior, igual importância proveniente de cancelamento de dotações da própria entidade, conforme Anexo II desta lei.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

SUPLEMENTAÇÃO		ANEXO I FL.01 Cr\$ 1.000,00			
CODIGO	ESPECIFICAÇÃO	NATUREZA DA DESPESA	L D FT R	VALOR	N. DO PROC. COP
4400	SECRETARIA DE ESTADO DO TRABALHO E DA AÇÃO SOCIAL - ENTIDADES VINCULADAS				
4487	FUNDAÇÃO DE AÇÃO SOCIAL DO PARANA FASPAR				
2244	ADMINISTRAÇÃO DAS ATIVIDADES DAS UNIDADES SOCIAIS OFICIAIS	3259.00	90 L	148.309	0714

TOTAL

148.309

CANCELAMENTO

ANEXO II

FL.01

Cr\$ 1.000,00

CODIGO	ESPECIFICAÇÃO	NATUREZA DA DESPESA		L D R	VALOR	N. DO PROC. COP
		FT	R			
4400	SECRETARIA DE ESTADO DO TRABALHO E DA AÇÃO SOCIAL - ENTIDADES VINCULADAS					
4487	FUNDAÇÃO DE AÇÃO SOCIAL DO PARANÁ - FASPAR					
2245	AÇÃO SOCIAL ATRAVES DE UNIDADES COMUNITÁRIAS E MUNICIPAIS					
		3120.00	81	L		
		4120.00	81	L	6.451	0714
		4130.00	81	L	96.768	0714
		4323.00	81	L	3.226	0714
		4331.00	81	L	3.226	0714
TOTAL					148.309	

A Diretoria Legislativa.

MENSAGEM Nº 138/91

Curitiba, 29 de novembro de 1991.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de apresentar à elevada consideração dessa egrêgia Assembléia Legislativa anteprojeto de lei que aprova a abertura de crédito suplementar no valor de Cr\$ 120.000.000,00 (cento e vinte milhões de cruzeiros), conforme detalhamento abaixo:

ORGAO/FINALIDADE	VALOR EM Cr\$ 1,00
-SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA	
-BANCO DO ESTADO DO PARANÁ S/A - BANESTADO	
. Integralização de Capital Social	120.000.000

Esclareço também que os recursos para a cobertura da referida programação são decorrentes de cancelamento de dotação da Administração Geral do Estado - Recursos sob Supervisão da SEFA.

Certo de poder contar com a atenção dessa egrêgia Assembléia Legislativa, reitero a Vossa Excelência as expressões do meu mais alto apreço e consideração.

(a) ROBERTO REQUIAO

Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Fica aprovado um crédito suplementar no valor de Cr\$ 120.000.000,00 (cento e vinte milhões de cruzeiros), ao vigente orçamento da Secretaria de Estado da Fazenda, aprovado pela Lei Estadual n. 9.494, de 21 de dezembro de 1990 e simultaneamente fica procedida a conversão da Fonte 17 - Operações de Crédito Vinculada - Paraná Rural/BID para a Fonte 00 - Ordinário Não Vinculado, conforme Anexo I desta Lei.

Art. 2º - Servirá como recursos para a cobertura do crédito de que trata o artigo anterior, igual importância proveniente de cancelamento de dotação, conforme Anexo II, desta lei.

Art. 3º - Em decorrência do contido no artigo 1º desta lei, fica alterada a Programação Orçamentária Global do Banco do Estado do Paraná S/A BANESTADO, aprovado pela Lei Estadual n. 9.494, de 21 de dezembro de 1990, conforme Anexo III desta lei.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

SUPLEMENTAÇÃO

ANEXO I

FL.01

Cr\$ 1.000,00

CODIGO	ESPECIFICAÇÃO	NATUREZA DA DESPESA		L D R	VALOR	N. DO PROC. COP
		FT	R			
2300	SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA					
2302	GABINETE DO SECRETARIO ENTIDADES VINCULADAS					
2702	INCREMENTO CREDITICIO AO COMERCIO, INDUSTRIA, SERVIÇOS E AGROPECUÁRIA - BANESTADO	4262.00	00	L	120.000	0779

CANCELAMENTO

ANEXO II

FL.01

Cr\$ 1.000,00

CODIGO	ESPECIFICAÇÃO	NATUREZA DA DESPESA		L D R	VALOR	N. DO PROC. COP
		FT	R			
2500	ADMINISTRAÇÃO GERAL DO ESTADO RECURSOS SOB SUPERVISÃO DA SEFA					
2501	ENCARGOS GERAIS DO ESTADO					
1017	PARANA RURAL - FDE	4313.00	17	L	120.000	0779
TOTAL					120.000	

SUPLEMENTAÇÃO

ANEXO III

FL.01

Cr\$ 1.000,00

CODIGO	ESPECIFICAÇÃO	NATUREZA DA DESPESA		L D R	VALOR	N. DO PROC. COP
		FT	R			
2400	SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA ENTIDADES VINCULADAS					
2458	BANCO DO ESTADO DO PARANA S/A BANESTADO					
2837	INCREMENTO CREDITICIO AO COMERCIO, INDUSTRIA, SERVIÇOS E AGROPECUARIA - BANESTADO	4262.00	00	L	120.000	0779
TOTAL					120.000	

A Diretoria Legislativa.

MENSAGEM Nº 139/91

Curitiba, 29.11.91.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de apresentar à elevada consideração dessa egrêgia Assembléia Legislativa anteprojeto de lei que aprova a abertura de crédito suplementar no valor de CR\$ 118.000.000,00 (cento e dezoito milhões de cruzeiros), ao vigente Orçamento Próprio da Fundação Educacional do Estado do Paraná- FUNDEPAR, aprovado pela Lei Estadual nº 9.494, de 21 de dezembro de 1990 e simultaneamente fica procedida a conversão da fonte 81 - Convênios com Órgãos Federais para a fonte 40 - Recursos Diretamente Arrecadados, visando atender despesas de construção, ampliação, reconstrução, melhorias, equipamentos, reparos e conservação de prédios públicos.

Esclareço também que os recursos para a cobertura da referida programação são decorrentes de cancelamento de dotação da própria Entidade.

Certo de poder contar com a atenção dessa egrêgia Assembléia Legislativa, reitero a Vossa Excelência as expressões de

meu mais alto apreço e consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Fica aprovado um crédito suplementar no valor de CR\$ 118.000.000,00 (cento e dezoito milhões de cruzeiros), ao Orçamento próprio da Fundação Educacional do Estado do Paraná- FUNDEPAR, aprovado pela Lei Estadual nº 9.494, de 21 de dezembro de 1990 e simultaneamente fica procedida a conversão da fonte 81 - Convênios com Órgãos Federais para a fonte 40 - Recursos Diretamente Arrecadados, conforme Anexo I desta Lei.

Art. 2º - Servirá como recurso para a cobertura do crédito de que trata o artigo anterior, igual importância proveniente de cancelamento de dotação da própria Entidade, conforme Anexo II desta Lei.

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

SUPLEMENTAÇÃO		ANEXO I		FL.01		Cr\$ 1.000,00	
CODIGO	ESPECIFICAÇÃO	NATUREZA DA DESPESA	FT	L D R	VALOR	N. DO PROC. COP	
3400	SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO . ENTIDADES VINCULADAS						
3479	FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO ESTADO DO PARANA- FUNDEPAR						
2146	INFRA-ESTRUTURA E APOIO LOGISTICO AO ENSINO DE 1º GRAU	4130.00	40	L	118.000	0709	
TOTAL					118.000		

CANCELAMENTO		ANEXO II		FL.01		Cr\$ 1.000,00	
CODIGO	ESPECIFICAÇÃO	NATUREZA DA DESPESA	FT	L D R	VALOR	Nº DO PROC. COP	
3400	SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO ENTIDADES VINCULADAS						
3479	FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO ESTADO DO PARANA- FUNDEPAR						
2147	INFRA-ESTRUTURA E APOIO LOGISTICO AO ENSINO DE 2º GRAU.	3259.00	81	L	118.000	0709	
TOTAL					118.000		

A Diretoria Legislativa.

MENSAGEM Nº 140/91

Curitiba, 29 de novembro de 1991.
Senhor Presidente.

Tenho a honra de apresentar à elevada consideração dessa egrégia Assembléia Legislativa do Estado do Paraná o anteprojeto de lei que visa obter aprovação de crédito suplementar ao vigente orçamento da Secretaria de Estado dos Transportes, aprovado pela Lei Estadual nº 9.494, de 21 de dezembro de 1990, no valor de Cr\$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de cruzeiros), para dar cobertura a despesas de custeio da programação do Departamento de Estradas de Rodagem - DER.

Certo de poder contar com a atenção dessa egrégia Assembléia Legislativa, reitero a Vossa Excelência as expressões do meu mais alto apreço e consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Fica aprovado um crédito suplementar no valor de CR\$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de cruzeiros), ao vigente orçamento da Secretaria de Estado dos Transportes, aprovado pela Lei Estadual nº 9.494, de 21 de dezembro de 1990, destinado a dar cobertura às despesas de custeio da programação do Departamento de Estradas de Rodagem - DER, conforme Anexo I desta Lei.

Art. 2º - Servirá como recurso para a cobertura do crédito de que trata o artigo anterior, igual importância proveniente de dotação do próprio órgão, conforme Anexo II desta Lei.

Art. 3º - Em decorrência do contido nos artigos 1º e 2º desta Lei, fica alterado o orçamento próprio do Departamento de Estradas de Rodagem - DER, aprovado pela Lei Estadual nº 9.494, de 21 de dezembro de 1990, conforme anexos III e IV desta Lei.

Art. 4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

SUPLEMENTAÇÃO

ANEXO I

FL.01

Cr\$ 1.000,00

CODIGO	ESPECIFICAÇÃO	NATUREZA		L		N. DO PROC. COP
		DA	DESPESA	FT	R VALOR	
4500	SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES					
4502	GABINETE DO SECRETARIO - ENTIDADES VINCULADAS					
2202	PROGRAMAÇÃO A CARGO DO DER					
		3211.03	00	L	200.000	0466

TOTAL

200.000

CANCELAMENTO

ANEXO II

FL.01

Cr\$ 1.000,00

CODIGO	ESPECIFICAÇÃO	NATUREZA		L		Nº DO PROC. COP
		DA	DESPESA	FT	R VALOR	
4500	SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES					
4502	GABINETE DO SECRETARIO- ENTIDADES VINCULADAS					
2202	PROGRAMAÇÃO A CARGO DO D.E.R.					
		4311.02	00	L	200.000	0466

TOTAL

200.000

SUPLEMENTAÇÃO

ANEXO III

FL.02

Cr\$ 1.000,00

CODIGO	ESPECIFICAÇÃO	NATUREZA		L		N. DO PROC. COP
		DA	DESPESA	FT	R VALOR	
4600	SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES . ENTIDADES VINCULADAS					
4688	DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM- DER					
2205	ADMINISTRAÇÃO GERAL- DER					
		3132.00	00	L	200.000	0466

TOTAL

200.000

CANCELAMENTO

ANEXO IV

FL.02

Cr\$ 1.000,00

7

CODIGO	ESPECIFICAÇÃO	NATUREZA DA DESPESA	L D R	FT	VALOR	Nº DO PROC. COP
4600	SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES . ENTIDADES VINCULADAS					
4688	DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM- DER					
2205	ADMINISTRAÇÃO GERAL - DER	4120.00	00	L	200.000	0466
TOTAL					200.000	

A Diretoria Legislativa:

Offícios:

OFÍCIO

Sob o nº 6631/91, do Senhor Ivan Gradowski - Diretor Geral do Tribunal Regional Eleitoral, comunicando que: despacho exarado pelo Doutor Ivan Jorge Curi, eminente Relator dos Autos de Requerimento sob o nº 10.766, Classe 5.º de pedido de designação de data para a realização de plebiscito, visando a criação do Município de Carambei.

Cumpre-me informar a Vossa Excelência que os referidos Autos encontram-se sobrestados até a decisão do "mandamus" impetrado perante o egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Paraná (nº 19.339-5 OE), no qual foi proferido despacho liminar pelo eminente Desembargador Plínio Cachuba, suspendendo os efeitos da Resolução nº 47/91, dessa Casa. Ao conhecimento da Casa.

Sob o nº 115/91, do Senhor Nady Miró Júnior, Juiz da 146.ª Zona Eleitoral, encaminhando termo de re-Ratificação da Ata da Apuração do plebiscito realizado no distrito de Tamarana, em 10 de novembro do fluente mês, visto que a Ata anterior enviada apresentou incorreções. Ao conhecimento da Casa.

Sob os nºs DTL/SAT/386, 387, 388, 389, 390, 391, 392, 393, 394, 395, 396, 397, 398, 399 e 400/91, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver SANCIONADO os Projetos de Lei números:

476/91 - De autoria do Deputado ANIBAL KHURY, que declara de Utilidade Pública a Associação de Assistência à Mucoviscidose no Paraná - FIBROSE CÍSTICA, com sede e foro na cidade de Curitiba, o qual convertido em Lei tomou o nº 9.808. Anote-se. Arquite-se.

464/91 - De autoria do Deputado José Tavares, que declara de Utilidade Pública a Associação Londrinense de Reabilitação e Promoção Social de Portadores de Lesões, Lábio-Palatais, com sede em Londrina, o qual convertido em Lei tomou o nº 9.809. Anote-se. Arquite-se.

420/91 - De autoria do Deputado Edson Silva Lino, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, de Borrazópolis, o qual convertido em Lei, tomou o nº 9.810. Anote-se. Arquite-se.

470/91 - De autoria do Deputado José Tavares, que declara de Utilidade Pública a União Espírita Cairbar Schutel/Albergue Noturno Múcio Benedito Limongi Pereira, com sede e foro na Cidade de Porecatu, neste Estado, o qual convertido em Lei tomou o nº 9.811. Anote-se. Arquite-se.

458/91 - De autoria do Deputado Neivo Beraldin, que declara de Utilidade Pública a APDEC - Associação de Pessoas Deficientes de Colombo - Paraná, o qual convertido em Lei tomou o nº 9.812. Anote-se. Arquite-se.

466/91 - De autoria do Deputado Nilton Barbosa, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, com sede no Município de Altonia, o qual convertido em Lei tomou o nº 9.813. Anote-se. Arquite-se.

445/91 - De autoria do Deputado Renato Adur, que declara de Utilidade Pública a Associação de Moradores e Amigos da Cachoeira de Almirante Tamandaré - Paraná, com sede no Município de Almirante Tamandaré-Pr, e foro na cidade de Curitiba-Paraná, o qual convertido em Lei tomou o nº 9.814. Anote-se. Arquite-se.

426/91 - De autoria da Deputada Emília Belinati, que concede o Título de Cidadão Honorário do Paraná, ao Senhor George Craig Smith, o qual convertido em Lei tomou o n° 9.815. Anote-se. Arquite-se.

469/91 - Do Poder Executivo, que autoriza a doação dos imóveis que especifica à Associação dos Meninos de Curitiba - ASSOMA, o qual convertido em Lei tomou o n° 9.816. Anote-se. Arquite-se.

437/91 - Do Poder Executivo, que estabelece a fiscalização da produção e do comércio de sementes e mudas, no Estado do Paraná, conforme especifica, o qual convertido em lei tomou o n° 9.818. Anote-se. Arquite-se.

467/91 - Do Poder Executivo, que autoriza o Poder Executivo a ceder, em caráter de Utilização Gratuita à Prefeitura de Marilena, o imóvel que especifica, de propriedade do Estado, o qual convertido em Lei tomou o n° 9.817. Anote-se. Arquite-se.

521/91 - Do Poder Executivo, que concede aos servidores públicos civis e militares do Poder Executivo, no mês de novembro do corrente ano, abono provisório no valor de CR\$ 42.000,00, o qual convertido em Lei tomou o n° 9.819. Anote-se. Arquite-se.

519/91 - Do Poder Executivo, que concede aos servidores da APPA, reajuste de 20%, a partir de 1° de novembro de 1991, o qual convertido em Lei tomou o n° 9.820. Anote-se. Arquite-se.

505/91 - De Procuradoria Geral de Justiça, que concede no mês de novembro do corrente ano, abono no valor de CR\$ 42.000,00 (quarenta e dois mil cruzeiros) aos servidores do Quadro de Pessoal da Procuradoria Geral de Justiça, o qual convertido em Lei tomou o n° 9.821. Anote-se. Arquite-se.

528/91 - Do Tribunal de Contas, que concede, no mês de novembro do corrente ano, abono provisório no valor de CR\$ 300,00 aos funcionários do quadro de pessoal do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, o qual convertido em Lei tomou o n° 9.822. Anote-se. Arquite-se.

OFICIO N° 2026/91

Senhor Presidente.

Peço sua especial fineza, no sentido de determinar as necessárias providências, para que se justifique e se abone as ausências nas sessões de 2ª e 3ª passadas, dias 25 e 26 de novembro, que me encontrava fazendo exames de

saúde e era preciso repouso, conforme atestado anexo.

Ao ensejo, meu grande apreço de sempre.

Sala das Sessões, em 03.12.91
(a) LUIZ CARLOS MARTINS.

ATESTADO

Atesto que o Sr. Luiz Carlos Martins esteve impossibilitado de exercer suas atividades profissionais nos dias 25 e 26 do corrente mês, por motivos de ordem médica.

Dr. JOENIO C. OLIVEIRA
Clínica Geral - Cardiologia
CRM 2043 - 252-7713
Ed. Asa 7° - 1711

Indicação:

INDICAÇÃO

Senhor Presidente.

Na qualidade de Líder do PTB, indico o Senhor Deputado João Iensen para compor como membro da Comissão Parlamentar de Inquérito para apurar irregularidades no transporte intermunicipal.

Sala das Sessões, em 03.12.91
(a) ERONDY SILVERIO.
Líder do PTB

Requerimentos:

REQUERIMENTO N° 3315

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, preferência de votação ao Projeto de Lei n° 516/91, constante da Ordem do Dia de hoje em 1ª discussão.

Sala das Sessões, em 03.12.91
(a) ORLANDO PESSUTI.

REQUERIMENTO N° 3294

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER a retirada, por 10 (dez) sessões consecutivas, do Projeto de Lei n° 181/91.

Sala das Sessões, em 03.12.91
(a) DOUTOR ROSINHA.

REQUERIMENTO N° 3300

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto pelo artigo 187, § 4° do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de discussão e votação da redação final para os projetos aprovados em 2ª discussão, constantes da Ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de suas tramitações.

Sala das Sessões, em 03.12.91

(a) ADEMAR TRAIANO.

REQUERIMENTO N° 3314-A

Senhor Presidente.

Rafael Greca de Macedo, Deputado Estadual com assento nesta Casa, vem a presença de Vossa Excelência REQUERER Votação Nominal para o Projeto de Lei n° 161/91 que regulamenta o art. 235 da Constituição Estadual.

Sala das Sessões, em 03.12.91

(a) RAFAEL GRECA DE MACEDO.

REQUERIMENTO N° 3293

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, com fundamento no disposto pelo artigo 121 do Regimento Interno e, após ouvido o Plenário, REQUER que o Projeto de Lei n° 373/91, de autoria dos Senhores Deputados Ernani Pudell, Ovídio Constantino e Doutor Rosinha, seja anexado ao Projeto de Lei n° 172/91, de autoria do Deputado José Afonso Júnior, por se tratar de matéria similar, relativa a política de habitação no Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 03.12.91

(a) ORLANDO PESSUTI.

REQUERIMENTO N° 3304

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, vem à presença de Vossa Excelência, comunicar, após ouvido o Plenário, que a partir desta data estará em licença para tratar de interesses particulares, por 121 (cento e vinte e um) dias e que sejam tomadas as providências legais e regimentais cabíveis.

Sala das Sessões, em 03.12.91

(a) LUIZ ANTONIO SETTI.

REQUERIMENTO N° 3296

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER a transcrição, nos anais desta sessão de voto de pesar pelo falecimento do advogado e jornalista Francisco Castellano Neto, ocorrido no último dia 24 de novembro, solicitando ainda que da manifestação se dê conhecimento à família enlutada.

Sala das Sessões, em 03.12.91

(a) ANIBAL KHURY.

JUSTIFICATIVA:

Morto aos 74 anos de idade, advogado e jornalista Francisco Castellano Neto, deixa o turfe paranaense de luto. Durante toda a sua vida, dedicou-se ao turfe, tendo em 1937 fundado a Associação dos Cronistas de Turfe do Paraná, a mais antiga do País. Posteriormente, fundou a Federação Brasileira dos Cronistas de Turfe, unindo a

crônica especializada de Turfe em todo o País. Além de sua paixão pelo turfe, exerceu funções públicas, como Diretor da Associação do Paraná e presidiu o Partido Rural Trabalhista, sendo agraciado pela Câmara de Vereadores com o título de Vulto Emérito.

Francisco Castellano Neto, era casado com a Sra. Nilce Garcez Castellano que deixa viúva, além de filhos e netos.

REQUERIMENTO N° 3283

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas funções regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, a consignação de votos de congratulações pela passagem do 39° aniversário do Município de Borrazópolis, a ser comemorado em 14 de dezembro próximo vindouro.

Sala das Sessões, em 03.12.91

(a) ORLANDO PESSUTI.

REQUERIMENTO N° 3284

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, a consignação de votos de congratulações pela passagem do 36° aniversário do Município de Califórnia, a ser comemorado em 17.12.91.

Sala das Sessões, em 03.12.91

(a) ORLANDO PESSUTI.

REQUERIMENTO N° 3285

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, a consignação de votos de congratulações pela passagem do 36° aniversário do Município de Cândido de Abreu, a ser comemorado em 22 de dezembro próximo vindouro.

Sala das Sessões, em 03.12.91

(a) ORLANDO PESSUTI.

REQUERIMENTO N° 3286

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, a consignação de votos de congratulações pela passagem do 27° aniversário do Município de Jardim Alegre, a ser comemorado em 14 de dezembro próximo vindouro.

Sala das Sessões, em 03.12.91

(a) ORLANDO PESSUTI.

REQUERIMENTO N° 3287

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, a consignação de votos de congratulações pe-

la passagem do 29º aniversário do Município de Kaloré, a ser comemorado em 08.12.91.

Sala das Sessões, em 03.12.91

(a) ORLANDO PESSUTI.

REQUERIMENTO Nº 3288

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, a consignação de votos de congratulações pela passagem do 4º aniversário do Município de Nova Tebas, a ser comemorado em 08 de dezembro próximo vindouro.

Sala das Sessões, em 03.12.91

(a) ORLANDO PESSUTI.

REQUERIMENTO Nº 3289

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, a consignação de votos de congratulações pela passagem do 27º aniversário do Município de Rio Bom, a ser comemorado em 13 de dezembro próximo vindouro.

Sala das Sessões, em 03.12.91

(a) ORLANDO PESSUTI.

REQUERIMENTO Nº 3297

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, inserção em Ata de votos de congratulações ao Juiz de Direito e ao Promotor Público da Comarca de Santo Antônio do Sudoeste/PR, tendo em vista a organização e a lisura em que transcorreu a eleição da direção do Conselho Tutelar da Criança (Santo Antônio do Sudoeste/PR).

Sala das Sessões, em 03.12.91

(a) ADEMAR TRAIANO.

JUSTIFICATIVA:

O Conselho Tutelar da Criança de Santo Antônio do Sudoeste é uma entidade que objetiva orientar menores carentes. Quando da eleição de sua direção, 4.800 (quatro mil e oitocentas) pessoas votaram e tudo transcorreu de forma pacífica, organizada e com lisura impecável. Desta forma, cumpre-nos enaltecer o trabalho do Dr. José Carlos de Paula Spindola, e do Dr. Edemundo Sidoli pela forma brilhante com que conduziram os trabalhos, exercendo suas funções com competência que merecem ser enaltecidas.

REQUERIMENTO Nº 3298

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, inserção em Ata de votos de congra-

tulações à Direção do Conselho Tutelar da Criança - Santo Antônio do Sudoeste/PR, bem como envio deste expediente aos mesmos (Relação e endereço em anexo).

Sala das Sessões, em 03.12.91

(a) ADEMAR TRAIANO

JUSTIFICATIVA:

O Conselho Tutelar da Criança de Santo Antônio do Sudoeste é uma entidade filantrópica que se dedica a amparar menores carentes que necessitam de orientação adequada e de apoio material para que no futuro possam ter um futuro mais digno. É entidade de maior importância no combate a situação de verdadeira precariedade em que vivem crianças a quem o destino desprivilegiou e que precisam ser tiradas da marginalidade da sociedade.

REQUERIMENTO Nº 3311

Senhor Presidente.

Rafael Greca de Macedo, Deputado Estadual, líder do PDT, que este subscreve, manifesta vivo aplauso ao Coral Sinfônico do Paraná e à Orquestra Sinfônica do Paraná, bem como aos solistas Jean Henckel, Adélia Issa, e Antonio Lotti, e ao maestro Emanuel Martinez, pela execução na noite de 2 de dezembro passado da obra contemporânea REQUIEM, de Andrew Lloyd Weber, com perfeição igualável às apresentações britânicas.

Outrossim, sugere à Direção do Teatro Guaíra, - sobremaneira à Secretária Estadual da Cultura -, que promova tournêe do Coral e da Orquestra pelas cidades pólo do interior do Estado, multiplicando o acesso ao público a bens culturais importantíssimos.

Sala das Sessões, em 03.12.91

(a) RAFAEL GRECA DE MACEDO

REQUERIMENTO Nº 3301

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no exercício de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o plenário, o registro de um voto de solidariedade ao Fórum das Entidades Negras do Paraná e aos cidadãos negros em geral pela veiculação de publicidade de cunho racista promovida pela empresa multinacional Benetton, na forma de out-doors que dominam a paisagem urbana de Curitiba e outras grandes cidades brasileiras.

Sala das Sessões, em 03.12.91

(a) GERALDO CARTARIO

JUSTIFICATIVA:

As práticas segregacionistas merecem o repúdio de todos os cidadãos que se preocupam com os direitos humanos e, de modo especial com a crescente afirmação da igualdade entre os homens. Por isto, entendemos que a Assembléia Legislativa do Paraná não pode se omitir em relação à

crueldade da campanha publicitária que a empresa multinacional Benetton veicula em Curitiba e no resto do Brasil, através de milhares de out-doors que brutalizam a consciência negra, com uma sugestão de aparência discriminatória e ostensivamente racista.

Os out-doors da Benetton têm chocado a opinião pública, pois retratam uma criança negra, representando o demo, e outra, branco, loira, sugerindo a imagem de um anjo.

É a visão negativa e pejorativa sobre os negros, atingindo até mesmo a inocência da criança.

A onda de odiosas manifestações racistas que assola o Paraná e o Brasil, como essa publicidade perniciosa da Benetton, talvez pudesse ser refreada se a sociedade se dispusesse a aplicar com mais frequência a chamada Lei Afonso Arinos, que prevê até sanção penal contra os que discriminam a raça negra.

Dai, este requerimento, pelo qual esperamos possa esta Casa hipotecar solidariedade à comunidade negra, contra aquela expressão de intolerância e segregação racial, inclusive comunicando a decisão ao Fórum das entidades Negras do Paraná, na pessoa de seu presidente, José de Arimatéia Gomes.

REQUERIMENTO Nº 3310

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas REQUER, após ouvido o Plenário, a aprovação de Moção de Apoio a Greve dos funcionários da FUNDAÇÃO NACIONAL de SAÚDE (EX. SUCAM), que lutam pela reposição das perdas salariais e cumprimento de acordo coletivo de trabalho; Requerendo também, que da decisão desta Casa seja dada ciência ao Exmo. Senhor Alcení Guerra, Ministro da Saúde.

Sala das Sessões, em 03.12.91

(a) ERNANI PUDELL

JUSTIFICATIVA:

Os funcionários da Fundação Nacional de Saúde (Ex. SUCAM) encontram-se em greve desde o dia 06 de novembro do corrente ano. As reivindicações apresentadas pela categoria são justas, tendo dentre outros pontos de pauta o direito a um reajuste de 100%, plano de cargos e salários, cumprimento de acordos coletivos de trabalho, etc.

A situação destes servidores é de muita gravidade, pois a média salarial não ultrapassa Cr\$ 80.000,00 mensais e ainda, apesar dos baixos salários a Fundação Nacional de Saúde, em arrepio à lei, reduziu as diárias destes trabalhadores de forma drástica, o que tem implicado no dispêndio de maior parte dos salários para possibi-

litar o pagamento de estada e alimentação necessárias à realização dos trabalhos.

É preciso lembrar também, que os servidores da FNS atuam no combate aos vetores da Febre Amarela, Dengue e Malária, sendo que a continuidade do movimento paradedista coloca em risco a população do Estado do Paraná. Neste sentido, o reestabelecimento deste serviço essencial depende do atendimento às justas reivindicações da categoria, a qual apelamos seja feita o mais rápido possível.

REQUERIMENTO Nº 3295

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, o envio de expediente oficial ao Excelentíssimo Senhor Antonio Rogério Magri, Digníssimo Ministro do Trabalho e Previdência Social, solicitando urgentes providências no sentido de dotar o órgão do INSS do município de Arapongas, de formulários e especialmente de Carteiras de Trabalho e Previdência Social, para atender a demanda naquele município.

Sala das Sessões, em 03.12.91

(a) COLOMBINO GRASSANO.

JUSTIFICATIVA:

A Cidade e Município de Arapongas um dos maiores parques moveleiros do Brasil possui mais de 300 indústrias e se prepara para receber 100 outras em 1992.

"Mão-de-obra" nova tem procurado se fixar desde já no município e o órgão do INSS ali existente está com carência absoluta de material para suprir a demanda. Este pleito, apesar de remetido aos dirigentes regionais não restou atendido, razão porque se apela a Sua Excelência, o Senhor Ministro para que em caráter de urgência determine seja procedido o suprimento do material pretendido à cidade de Arapongas.

REQUERIMENTO Nº 3299

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER o envio de expediente ao Exmo. Sr. Deputado Mário Pereira - DD. Secretário de Estado dos Transportes, objetivando urgentes providências para sanar o problema da erosão causada pelas obras de duplicação da rodovia BR-376, trecho Sarandi/Marialva.

Sala das Sessões, em 03.12.91

(a) JOÃO PREIS

JUSTIFICATIVA:

O problema da erosão causada pelas obras de duplicação da rodovia BR-376 - trecho Sarandi/Marialva vem se agravando dia a dia.

As informações contidas nos ofícios

n.ºs 261/91 e 526/91, respectivamente da Prefeitura Municipal e Câmara Municipal de Sarandi, em anexo, comprovam a necessidade urgente de medidas que venham viabilizar uma solução, trazendo assim, maior tranquilidade e segurança à comunidade local.

REQUERIMENTO N.º 3305

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando de atribuições conferidas pelo Regimento Interno, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Educação, ilustre professor Elias Abrahão, solicitando a brevidade possível na análise do processo que corre no Núcleo de Curitiba, protocolado sob o número 5779/91, onde pretende-se o reconhecimento oficial do curso de Auxiliar de Farmácia - nível de 2.º Grau -, ministrado no Colégio Cenecista Megalo Mestre, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 03.12.91

(a) JOÃO ARRUDA.

JUSTIFICATIVA:

Justifica o presente, em função de que o curso já foi autorizado pelos órgãos competentes, sendo que mais de 700 alunos já o freqüentaram e, agora, sofrem com o problema de emprego pela falta do reconhecimento por parte da Secretaria da Educação do Paraná.

REQUERIMENTO N.º 3306

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER seja encaminhado ao Senhor Secretário de Estado da Educação o presente pedido de informação como segue:

01) Existe obrigatoriedade no ensino e prática de educação física nas escolas públicas de 1.º grau?

02) Caso afirmativa a resposta anterior quem ministra as aulas? Regente de classe ou professor habilitado em educação física?

03) Qual o "currículo" e seus objetivos na modalidade de educação física nas escolas públicas?

04) Informar quantas escolas públicas fornecem condições para a prática desportiva, e quantas escolas públicas dispõem de professores de educação física ministrando as respectivas aulas de 1.ª a 4.ª séries e de 5.ª a 8.ª séries.

05) Informar a necessidade (em número de profissional) necessário para atender as escolas públicas no sentido de dar condições para a prática desportiva.

06) Caso exista falta de professores específicos para a área de educação física para ensino de 1.ª a 4.ª séries qual o motivo dessa deficiência.

07) Qual o programa dessa Secretaria no sentido de solucionar a questão do ensinamento e da prática desportiva nas escolas públicas de 1.º Grau, dando condições para que nossas crianças recebam razoável educação desportiva.

Sala das Sessões, em 03.12.91

(a) CARLOS SIMÕES

JUSTIFICATIVA:

Tal solicitação prende-se ao fato de que a atividade física é de relevante necessidade para as crianças de nosso País, e no que tange ao nosso Estado, possuímos informações e denúncias de que não está sendo desenvolvido a prática desportiva para as crianças que freqüentam escolas públicas.

Necessário se faz, que sejamos informados da situação real de nosso Estado, para que possamos contribuir no sentido de dar condições para que seja solucionado esse problema.

Concluimos que a prática de educação física principalmente para crianças de 1.ª a 4.ª séries faz com que resgatem a capacidade individual de cada criança, que atualmente em nosso País para ser reconhecido como atleta, precisa superar tantos obstáculos que quando aparece alguém devemos considerar um herói.

Finalmente, a prática desportiva contribui para o desenvolvimento do indivíduo no contexto sócio político-educacional, e possui como objetivo o desenvolvimento psicomotor estimulando a consciência corporal e das formas básicas de movimento.

Então, necessário se faz nosso pedido para que possamos averiguar a condição de ensino na área de EDUCAÇÃO FÍSICA, para que possamos avaliar se está sendo tratada da forma como se deve colocando à disposição de nossos filhos a educação completa em escolas públicas.

REQUERIMENTO N.º 3308

Senhor Presidente.

A COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, por seu Presidente e Relator do Projeto de Lei n.º 395/91, ao final subscrito, REQUER, na forma prevista pelo artigo 28, Inciso XIII, combinado com o artigo 131 ambos da Resolução n.º 159/90, que independentemente de discussão e votação, se digne Vossa Excelência em encaminhar às Secretarias da Administração e da Indústria e Comércio, Ciência e Tecnologia, para que as mesmas procedam a apreciação e manifestem seu parecer a cerca dos aspectos da matéria.

Sala das Sessões, em 03.12.91

(a) COLOMBINO GRASSANO.

REQUERIMENTO N.º 3309

Senhor Presidente.

A COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA, por seu Presidente e Relator do Projeto de Lei n.º

259/91, que autoriza o Governo do Estado do Paraná a implantar unidades volantes de pronto socorro nas rodovias existentes no Paraná, REQUER, na forma prevista pelo art. 28, inciso V, combinado com o art. 131, ambos da Resolução nº 159/90, que independentemente de discussão e votação, se digne Vossa Excelência em encaminhar à Secretaria de Estado da Saúde para que a mesma proceda a apreciação e manifeste seu parecer acerca dos aspectos da matéria.

Sala das Sessões, em 03.12.91

(aa) DOMINGOS CARVALHO

TOTI COLAÇO

REQUERIMENTO Nº 3316

SOMULA: REQUER informações do Procurador Geral da Justiça do Estado, sobre enquadramento do produto "água" no Código de Defesa do Consumidor.

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER seja encaminhado ao Procurador Geral da Justiça do Estado contendo o que segue:

01) De acordo com a legislação atual, a água é considerado um produto essencial?

02) Tratando-se de produto essencial qual a definição no Código de Defesa do Consumidor no que tange ao seu direito?

03) As companhias que exploram a prestação de serviço no fornecimento d'água poderão deixar o usuário sem o fornecimento do produto no caso de falta de pagamento?

04) Qual o procedimento adotado pelas referidas companhias no caso da afirmativa do item anterior ser Não?

05) Qual a definição e quais produtos enquadram-se como essenciais que não podem ser extirpados do consumidor?

Sala das Sessões, em 03.12.91

(a) CARLOS SIMÕES

JUSTIFICATIVA:

Tal requerimento prende-se ao fato de esclarecermos a população os seus direitos reais no que tange a produtos considerados essenciais, pois, atualmente existe inúmeras leis que não são esclarecidas a população, basicamente aludimos o Código de Defesa do Consumidor que está aprovado e vigorando sem esclarecimentos quanto ao seu uso para defender os direitos do consumidor.

Estamos nos preocupando especialmente com o produto "água", devido inúmeras pessoas terem procurado o nosso Gabinete Parlamentar, para elucidarem seus direitos quanto a falta do referido produto, pois estando rigorosamente em dia com suas obrigações não possuem qualquer esclarecimentos, e quando isso não ocorre, simplesmente é cortado seu fornecimento. Necessitamos dessa informação para podermos ex-

plicar detalhadamente aos consumidores de nosso Estado os seus verdadeiros direitos.

REQUERIMENTO Nº 3312

Senhor Presidente.

Rafael Greca de Macedo, Deputado Estadual do PDT, que este subscreve, pede a inserção nos Anais da Assembléia, e o envio de cópia a todos os Deputados, do artigo publicado no Jornal do Brasil do último domingo, sobre a vida patriótica - e a trajetória gloriosa - do jurista Heráclito Sobral Pinto, falecido aos 98 anos, de glorioso combate pela fé e pela democracia. Envie-se cópia deste requerimento à editoria do Jornal do Brasil.

Sala das Sessões, em 03.12.91.

(a) RAFAEL GRECA DE MACEDO

JUSTIFICATIVA:

Sobral Pinto, patrimônio nacional, reserva moral da Nação, passa para a eternidade e merece memória.

REQUERIMENTO Nº 3290

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a transcrição nos Anais desta Casa, de matéria jornalística intitulada "Acredito e sou PMDB", publicada na data de hoje, nos Jornais Folha de Londrina, Estado do Paraná e Correio de Notícias, entre outros.

Sala das Sessões, em 03.12.91.

(a) ORLANDO PESSUTI

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 563/91

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - O artigo 10 da Lei n. 8.933, de 26 de janeiro de 1989, passa a ter a seguinte redação:

Art. 10 - Não integra a base de cálculo de imposto o montante do:

I -

II -

III - Acréscimo financeiro cobrado nas vendas a prazo.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 03.12.91.

(a) DALTON MACHUCA

JUSTIFICATIVA:

Objetiva este projeto dar tratamento isonômico às operações de circulação de mercadorias. Além disso, busca-se eliminar o sério problema jurídico de conceituar, exatamente, a figura jurídica do "consumidor", tema que sempre ocasionou sérias discussões na esfera do Direito Tributário

e do Direito Econômico.

Outrossim, a extensão do benefício fiscal às operações entre contribuintes do imposto não trará maiores prejuízos à Fazenda Pública, em face do princípio constitucional da não cumulatividade do ICMS.

PROJETO DE LEI N° 564/91

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica declarada de Utilidade Pública a "Associação de Moradores do Conjunto Saturnino de Brito - A.M.C.S.B." com sede e foro nesta Capital.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 03.12.91.

(a) GERALDO CARTARIO

JUSTIFICATIVA:

A Associação em questão, é sociedade de natureza civil, sem fins lucrativos, com sede e foro em Curitiba.

Destina-se entre muitas outras atividades, a unir os moradores do referido conjunto, apoiando as suas aspirações e lutando por seus interesses e direitos; estimular o espírito de solidariedade e de comunidade entre os moradores e membros da Associação, no sentido de desenvolver e melhorar as condições de vida dos mesmos; manter serviços assistenciais e cooperativos, inclusive através de convênio com organismos públicos e particulares e manter trabalhos de cultura, educação, saúde e lazer em benefícios dos associados e moradores em geral.

Assim sendo, consideramos justa a medida aqui proposta e esperamos o devido apoio dos Pares desta Casa.

PROJETO DE LEI N° 565/91

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - A prática de esportes náuticos no litoral paranaense, em locais públicos à beira-mar ou até 100 (cem) metros da praia fica sujeita a prévia autorização do Poder Público nos termos desta lei.

Art. 2° - As áreas referidas no artigo anterior serão definidas pelo Poder Público Estadual através do Conselho do Litoral, ouvidas as entidades representativas de cada modalidade, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data do recebimento de expediente que solicite a definição de áreas para a prática de esportes em caráter excepcional ou eventual, decorrentes de campeonatos ou outras atividades promo-

cionais.

Art. 3° - O Conselho do Litoral estabelecerá as condições de segurança e demais limitações que julgar necessárias para a prática de esportes e delimitará os locais para o acesso à praia de "jet-skis, veleiros, catamarãs", onde deverão ser colocadas indicações físicas destes limites para orientação ao público.

Art. 4° - Os infratores das normas e condições previstas nesta lei e posteriores regulamentações, estarão sujeitos às seguintes penalidades:

I - advertência

II - multa

III - apreensão da embarcação ou equipamento esportivo.

Parágrafo Único - As penalidades acima previstas serão aplicadas a critério do Conselho do Litoral ou da Secretaria de Estado da Segurança Pública, sendo que as multas não poderão exceder ao limite de Cr\$ 100.000,00 (Cem mil cruzeiros), corrigidos semestralmente pela Secretaria da Segurança Pública do Paraná.

Art. 5° - Caberá ao Conselho do Litoral, em conjunto com a Secretaria de Estado da Segurança Pública e Secretaria de Esportes e Turismo a fiscalização e o controle da aplicação desta Lei.

Art. 6° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 03.12.91.

(a) LOURENÇO FREGONESE

JUSTIFICATIVA:

A prática de esportes na orla marítima, embora saudável, pela falta de regulamentação tem acarretado transtornos aos freqüentadores do nosso litoral.

A variada gama de modalidades praticadas, destes esportes, na água ou na beira-mar, desde as mais inofensivas até as mais perigosas, tem sido a preocupação de muitos sem que contudo, alguém tenha tomado uma providência eficaz.

Acreditamos que o instrumento que ora propomos a esta Casa, da qual esperamos não só o apoio, mas também a contribuição que puder ser oferecida, em termos de conteúdo ou mesmo na rápida tramitação deste projeto, se constitui em medida de segurança para os desportistas profissionais ou amadores e principalmente para os demais freqüentadores de nossas praias.

PROJETO DE LEI N° 566/91

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica criado o município de ITAIPULÂNDIA, desmembrado do Município de São Miguel do Iguaçu, com sede no Distrito de Aparecidinha do Oeste que passa a deno-

minar-se Itaipulândia, com os limites e confrontações abaixo especificados.

CONFRONTAÇÕES:

- NORTE** - Pelo Rio São Vicente, confrontando com o Município de Santa Helena;
NORDESTE - Pelo Rio São João e por uma linha reta e seca e pelo Riacho Cedro, confrontando com o Município de Missal;
SUL - Pelo Rio Ocoi, confrontando com a área remanescente do Município de São Miguel do Iguçu.
OESTE - Pelo Rio Paranã, confrontando com a República do Paraguai.

LIMITES:

"Inicia na Foz do Rio São Vicente subindo por este até o Rio São João, subindo por este até atingir a sua nascente, seguindo deste ponto por uma linha reta e seca em sentido sudeste, até atingir o Riacho Cedro, e por este até atingir o Rio Ocoi, seguindo por este até o Rio Paranã, subindo pelo Rio Paranã até atingir o ponto de partida na Foz do Rio São Vicente".

Art. 2º - Os benefícios da Lei n. 7.990, de 28 de dezembro de 1989, que couberem ao Município de Itaipulândia, serão proporcionais à área desmembrada do Município de São Miguel do Iguçu.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões em 03.12.91.

(a) DOBRANDINO DA SILVA

EM ANEXO:

- 1 - Representação dirigida à Assembleia Legislativa, subscrita por mais de 100 (cem) eleitores, com firma reconhecida;
- 2 - Certidão expedida pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, constando o número de habitantes e unidades domiciliares na área a ser emancipada;
- 3 - Certidão expedida pelo Juízo Eleitoral da 122ª Zona, certificando o número de eleitores residentes na área;
- 4 - Ata final da apuração da consulta plebiscitária para a emancipação da área, expedida pelo Juízo Eleitoral da 122ª Zona;
- 5 - Mapa do território do novo município;
- 6 - Fotocópia da Resolução n. 012/90, deste Poder, autorizando a realização de plebiscito na área a ser desmembrada.

PROJETO DE LEI Nº 567/91

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade

Pública, a Associação Clube de Mães do Município de Maria Helena.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 03.12.91.

(a) NILTON BARBOSA

JUSTIFICATIVA:

Justifica-se a pretensão, tendo em vista que a referida entidade presta inestimável serviço social à comunidade inclusive às mães mais carentes de Maria Helena, abrangendo seus distritos, e seu reconhecimento como entidade de utilidade pública, virá facilitar suas atividades, mormente no que tange à obtenção de recursos financeiros e materiais, junto a órgãos públicos e privados.

PROJETO DE LEI Nº 568/91

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE", com sede no município de RONDON.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 03.12.91.

(a) NILTON BARBOSA

JUSTIFICATIVA:

Justifica-se a pretensão da entidade, tendo em vista seus objetivos educacionais, mormente nas áreas de fisioterapia, fonoaudiologia, alimentação, cujos objetivos têm-se materializado ao longo de sua trajetória.

Deve-se destacar, outrossim, sua importância no entrosamento dos alunos com suas famílias e com a comunidade em geral, de forma a integrar o excepcional para uma convivência normal.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - No Pequeno Expediente concedo a palavra ao Deputado Dr. Rosinha.

O SR. DR. ROSINHA - Senhor Presidente, Senhora e Senhores Deputados.

Em 1985 houve um convênio entre a Prefeitura Municipal de Toledo e a Frigobrás-Sadia, através do serviço de inspeção federal 716. Tal convênio naquele momento e até hoje é uma exigência dos países importadores do Mercado Comum Europeu. O Mercado Comum Europeu para fazer a importação de carne do nosso País, exige uma inspeção feita pelo serviço federal e o serviço federal através dele, junto com as Prefeituras e junto com o Governo Federal assinam convênios com a empresa, para que possa ser feita essa inspeção. Essa inspeção não

deve ser feita pelos próprios funcionários da indústria, uma vez que esses produtos serão usados depois para exportar e deve ser uma fiscalização correta e competente. Através desse convênio, trabalhavam na Frigobrás-Sadia, cerca de 80 servidores públicos municipais que faziam a inspeção de aves e suínos na linha de produção. Esses servidores, apesar do termo do convênio obrigatório que fosse pago um adicional de insalubridade, eles nunca receberam esse adicional.

Os servidores federais que trabalham na empresa percebiam esse valor. Após inúmeras tentativas de solucionar esta situação, o Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Toledo ingressou na Justiça do Trabalho, numa ação dos quais tinham a procuração de 51 desses trabalhadores. Esta ação era para requerer o pagamento adicional. Antes de ser julgado no Ministério do Trabalho e obedecendo ao velho estilo de todos os patrões, a Frigobrás-Sadia devolveu esses funcionários à Prefeitura.

A Prefeitura de Toledo não teve dúvida, obedecendo novamente o que dita o autoritarismo dos empresários e dos patrões, demitiram esses servidores que eram filiados, justamente porque tinham uma ação no qual reivindicavam os seus direitos de trabalhador que é receber o adicional de insalubridade, por trabalhar em local que não obedece toda a legislação do critério de insalubridade. São demissões políticas única e exclusivamente, porque eles questionavam a Sadia e questionavam as condições de trabalho. Ao fazer essa demissão, tanto a Sadia como a Prefeitura, desrespeitam as leis e a Constituição Brasileira, uma vez que o direito à sindicalização já está garantido. E isso ainda leva a outras consequências: a fiscalização que era feita por esses trabalhadores, para que esses produtos fossem exportados, deixaram de ser feitas, o que coloca em xeque a qualidade desses produtos.

Hoje os produtos produzidos pela Sadia não têm a fiscalização da inspeção de qualidade, que era feita por esses trabalhadores. Foram substituídos por funcionários que não têm a competência técnica devida para fazer, para exercer esta função. Portanto, o produto que de lá está saindo pode estar comprometido, no que diz respeito à qualidade para consumo. Nós do Partido dos Trabalhadores continuaremos e denunciar qualquer tipo de perseguição que se faça aos trabalhadores, e esse tipo de perseguição ainda compromete a qualidade de um produto, que pode levar ao comprometimento da saúde da população.

Nós queremos que a Constituição e as Leis brasileiras seja cumpridas e exigimos que esses trabalhadores sejam novamente reconduzidos aos seus cargos e suas fun-

ções, para que lá possam voltar a trabalhar e contribuir, para que esses produtos mantenham a qualidade que vinham tendo.

Cobramos da Administração Municipal de Toledo e da Sadia, que sejam respeitados os direitos dos trabalhadores, o direito de cobrar na Justiça o que lhes é devido, quando os pssimos patrões não cumprem a legislação vigente. O que resta, é recorrer à Justiça e esses patrões, sejam eles públicos ou privados, perseguem esses trabalhadores que desejam única e exclusivamente ter os seus direitos garantidos na lei.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Ainda no Pequeno Expediente, com a palavra o Deputado Toti Colaço.

O SR. TOTI COLAÇO - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

O que me traz nesta tarde ao usar a tribuna é para poder deixar registrada mais uma vez, a grande preocupação que tenho com relação à minha região de Irati.

Num primeiro momento sinto-me até feliz, porque no Orçamento do Estado do Paraná, previsão para 1992, estão contempladas as nossas rodovias, que ligam Irati a Inácio Martins, Guaraji a Teixeira Soares e Imbituva a Irati.

Porém, a preocupação minha continua com relação aos nossos bancos oficiais, ou mais precisamente com o Banco do Brasil, que numa atitude impensada do ex-Presidente do Banco do Brasil, já denunciei nesta tribuna, fechou a agência de Rio Azul e a agência de Teixeira Soares. Há uns quatro meses atrás nos informavam que havia a possibilidade da reabertura dessas agências. Telex, officios, requerimentos, fax, nós enviamos, e até o presente momento não tivemos ainda uma resposta concreta da esfera do Governo Federal.

Mas o que me traz à tribuna nesta tarde é um assunto que diz respeito ao nosso Paraná: é a respeito da Secretaria de Segurança Pública do nosso Estado. Eu tenho um compromisso com a região de Irati e o meu compromisso está acima das siglas partidárias e políticas. Eu tenho um compromisso com o povo daquela região, e é lamentável que eu, mesmo fazendo parte do Partido do Governo, do PMDB, deva e tenha que usar esta tribuna para poder deixar registrado aqui nos Anais desta Casa, a minha preocupação com a segurança pública da minha região. Não gostaria imensamente neste instante fazer tal comentário, mas como representante daquela região e daquele povo, não quero levar a pecha de omissão no que diz respeito à segurança da nossa população.

Desde o início do nosso mandato, eu

tenho mantido um contato quase que permanente com a Secretaria de Segurança Pública do nosso Estado, levando Sua Excelência Senhor Secretário, os nossos pleitos e as nossas reivindicações, denunciando as precariedades em que se encontram as nossas delegacias, denunciando a péssima condição em que se encontram os veículos das delegacias de polícia, denunciando a inexistência de material humano junto às delegacias de todos os municípios da minha região.

Num fato lamentável, recentemente, a Juíza da Comarca de Rebouças determinou que os detentos daquela delegacia fossem retirados da Delegacia Municipal de Rebouças e fossem transportados para a Delegacia de um município vizinho, que é o Município de Rio Azul, primeiro por falta de segurança da delegacia, e segundo, porque não existia nenhum funcionário sequer da Secretaria de Segurança Pública, nem delegado, nem escrivão, nem detetive, nem agente de segurança, ninguém.

Depois de muito trabalho, foi indicado um delegado, temporariamente, porém, somente o delegado. Viatura não existe e a Delegacia não foi reparada. Talvez nas próximas semanas, novamente a juíza daquela Comarca possa novamente determinar que os detentos daquela Delegacia sejam transportados a outro município. A exemplo deste fato, está prestes a acontecer também em Irati, e porque não dizer, em Teixeira Soares.

Por isso, Senhor Presidente e Senhores Parlamentares, sou Parlamentar que represento a minha região, independente de qualquer tipo de conchavo político, fui eleito pela maioria absoluta do povo daquela região e por um partido, inclusive, que não era o partido do Governo, mas não é pelo fato de eu fazer parte da equipe do partido político do nosso Governo, que eu iria me omitir ou irei me omitir, quando na verdade vejo que alguns setores não estão funcionando.

Portanto, fica registrado aqui a minha denúncia, o meu protesto nesta Casa de Leis, nos Anais desta Casa, porque se acontecer amanhã ou depois, um fato mais grave na minha região, no que diz respeito à segurança pública, o Deputado Toti não vai passar por omisso.

Por isso Senhor Presidente, eram essas as minhas colocações e esta denúncia e o meu protesto contra as ações da Secretaria de Segurança Pública da minha região, principalmente na região de Irati.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Encerrado o Pequeno Expediente.

No Grande Expediente, com a palavra, o Senhor Deputado José Afonso Júnior.

O SR. JOSE AFONSO JUNIOR - Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhora Deputada.

Nesta oportunidade, me cabe, após a comissão especial criada através de um pedido do Presidente Colombino Grassano e enviado também ao Presidente da Assembleia, Deputado Anibal Khury, após a comissão chegar ao parecer final, sobre a falsificação do documento e da minha assinatura que aqui denunciei, este relatório será lido após a sessão na Comissão de Constituição e Justiça que se reunirá extraordinariamente, mas quero antes porém deste relatório sair oficialmente, dizer a vocês Parlamentares com assento nesta Casa, que o que ocorreu com a falsificação desse documento, com a falsificação da minha assinatura, concluída a falsidade desta, através do Instituto de Criminalística do Estado do Paraná, eu quero dizer que a minha animosidade entre o Deputado, praticamente acusado de ter feito isso, não pode ultrapassar, Senhores Deputados, para a Instituição que nós representamos. A medida em que esta animosidade passa a comprometer a Casa que todos vocês fizeram juramento constitucional de defendê-la a favor da grandiosidade da sociedade paranaense, me faz pensar bastante.

Quero dizer aos Senhores que o Deputado Ritti, que é acusado dessa falsificação de documento público é reincidente. É reincidente porque já foi quase que cassado por faltas aqui neste Plenário e eu quero mostrar a minha boa vontade com esse Deputado, quando ele foi praticamente indicado para ser cassado pelas suas faltas. Eu fui um dos Deputados que assinou uma lista de abaixo-assinado para que ele não fosse cassado.

Posteriormente, quando o PMDB em Santo Antônio da Platina entrou com um pedido de impugnação da candidatura deste Deputado, eu invoço aqui, Senhor Presidente, Senhores Deputados, o testemunho do Senhor Ivan Gradowski do Tribunal Regional Eleitoral, que este Deputado foi pessoalmente ao Tribunal Regional Eleitoral e pediu que retirassem esta impugnação, porque entendia que a impugnação não era o meio de se fazer disputa eleitoral. Disputa-se eleitoralmente através do voto. E possibilitamos desta maneira, que o Deputado disputasse conosco, o voto a voto na nossa Região, de maneira que não nos pesa e não nos complica em nenhum momento.

Porque o que aconteceu aqui, minha gente, é uma coisa extremamente grave. Porque já não bastassem as declarações do Deputado Alborghetti, eu falo aqui como vítima, o Deputado Ritti amanhã ou depois se não tiver uma punição exemplar, os Senhores tenham certeza que ele colocará cocaína no gabinete deste Deputado, colocará

cocaína no carro deste Deputado ou de qualquer um dos Senhores, para amanhã acusar-nos de sermos traficantes de cocaína - estas são declarações do Deputado Alborghetti. De modo que temos que, em nome do bem comum, em nome da sociedade que está a fiscalizar os atos transparentes desta Assembléia, em nome do mandato que prometemos honrar, em nome dos nossos filhos, temos que fazer com que essas coisas não sejam mais uma vez passíveis de erros aqui nesta Assembléia.

Quero agora dizer aos Senhores o seguinte: quero entrar no mérito, e essas declarações que faço não são minhas, as declarações foram colhidas na Comissão Especial Parlamentar, presidida pelo Deputado Alceu Swarowski, que colheu nos autos o que passo a relatar a seguir.

Primeiramente, quero dizer que estranho, que após oito dias da denúncia que faço aqui na Assembléia, da falsificação de documento público, após oito dias que faço da denúncia de falsificação de minha assinatura, só após oito dias, o Deputado aparece acamado ao lado do médico. E eu trago aqui o jornal "Tribuna Platinense", onde deixa caracterizada a ligação do médico que atestou suas faltas quando era pedida a sua cassação pelas suas faltas. Agora, o mesmo médico, Senhores Deputados, estranhamente também dá o atestado médico e que o Deputado estava acamado mais uma vez por problemas de saúde. E, coincidentemente, aqui no nosso jornal "Tribuna Platinense" traz o Deputado José Artur ao lado do Vereador Dr. Luciano Dias dos Reis, que é médico em Santo Antônio da Platina e que é o mesmo médico que, por duas vezes, fornece atestado para salvar o Deputado José Artur.

O mais importante, o Vereador Cláudio Luiz, que foi quem declarou neste documento oficial, da Câmara de Vereadores, que o ilustre Deputado José Artur Ritti os alertava, que a criação do aludido município iria comprometer o progresso do Município de Santo Antônio da Platina, dizia também, que a criação do Município de Monte Real já era fato consumado na Assembléia, que a única forma de impedirmos a proeza do Deputado José Afonso, era extingüirmos o Distrito de Monte Real. Foi esta alegação que o Deputado José Artur Ritti usou na reunião extraordinária, reunião convocada por ele com os Senhores Vereadores, para justificar o rebaixamento do Distrito de Monte Real para bairro. E o Vereador Cláudio Luiz, que declarou e afirmava que fez esta declaração porque ele também foi influenciado pela declaração do Deputado. Ele também era contra a emancipação política do Distrito de Monte Real, mas como o Deputado alegou que já era fato consumado, ele teve que tomar a medida do rebaixamen-

to do povoado.

Agora Senhores Deputados, o que mais me entristece é saber que a nossa sociedade, tão cansada dos problemas do dia a dia, tão massacrada pelos problemas econômicos que afrontam esse País, não pode assistir passivamente o que uma Casa de Leis, o que uma Casa séria como esta está passando no momento; assistir e saber se qualquer um do povo, e eu cito um exemplo aqui de um ex-Vereador de Santa Mariana, Vereador este, que inclusive era chamado para fazer parte do corpo de jurados daquela cidade, entretanto é uma pessoa de bem, mas este mesmo Vereador, desacatou um guarda rodoviário. O guarda rodoviário o processou e este vereador até há poucos dias, estava na Penitenciária de Piraquara.

Quer dizer, nós não podemos aqui na Assembléia ter dois pesos e duas medidas. Nós temos, e é bíblico, "quando a sua mão esquerda o envergonha, corte a sua mão direita". Nós não podemos ter em nossos meios, um Deputado que transgredir ao decoro Parlamentar. Agora quero mostrar aos Senhores, a facilidade com que o Deputado José Artur tem de manusear os documentos da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná; isto está nos autos. Aqui está o documento - à Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, o Senhor Deputado José Artur Ritti assina e ele diz para a Comissão que a assinatura é dele, onde ele faz um comunicado interno do seu posto de gasolina em Santo Antônio da Platina, ao seu funcionário, de maneira que, ele tem intimidade com o documento público, não é a primeira vez que ele foge ao documento público, está aqui, comprovadamente nos autos, está no processo, ele prova que tem intimidade com o documento público à medida que ele faz um comunicado da sua empresa privada, através de um documento público para o seu funcionário. E mais, Senhores Deputados, eu venho dizer que o que você fala, você tem que provar, as palavras são fáceis de sair. Agora, os documentos comprobatórios é que estão fazendo com que me orientem nesta denúncia que ora faço.

O Senhor Deputado José Artur, no seu depoimento da Comissão Parlamentar Especial, ele, quando os Deputados da Comissão lhe perguntam se ele é dono do posto de gasolina, ele afirma que ele não tem posto de gasolina em Santo Antônio da Platina, é do seu funcionário do seu cartório. Agora eu venho desmentí-lo aqui, porque eu tenho na Folha de Londrina do dia 27/12/90, está aqui a fotografia do Deputado sentado em cima de um carro (exibe o jornal), onde ele alega revenda de combustível, a instalação da Concessionária LADA em Santo Antônio da Platina, segundo José Artur Rit-

ti, foi possível depois da aquisição de um Posto de Combustível, que há mais de dois anos estava abandonado.

Mentiu o Deputado nos autos, mentiu o Deputado para a Comissão, o Deputado só está mentindo, eu estou provando, através de documentos verdadeiros que estão nos autos. Mais adiante, vou ler aqui algumas peças dos autos; o ilustre Deputado Ovídio Constantino, pergunta ao Senhor Presidente da Câmara Municipal de Santo Antônio da Platina: "- Vocês votaram em Regime de Urgência, sessão que houve essa reunião anterior com o Deputado Ritti, naquela sessão seguinte, foi apresentado o Projeto de extinção do Distrito, votaram já em Regime de Urgência?". O Ovídio Constantino pergunta, o Presidente da Câmara diz: "- Em regime de Urgência, com duas votações, dispensando a Redação Final".

Eu digo aqui o seguinte, não influenciou a reunião, que o Deputado já tinha combinado com o Senhor Presidente o Regime de Urgência, pois o Projeto já estava pronto, conforme demonstra a seguir.

O Deputado Ovídio Constantino pergunta à Vereadora que fez o Projeto: "- A Vereadora já havia feito o Projeto com antecedência este Projeto?". O Presidente da Câmara responde: "- Perfeitamente". Aí, o Deputado Constantino pergunta: "- Por que vocês não apresentaram este Projeto? Por que ela não apresentou antes? Vocês não tiveram informações antes? E só assinou às pressas?". O próprio Deputado levanta: "- E só assinou às pressas, naquele momento que o Deputado tinha feito a reunião com vocês?". Testa de ferro, a Vereadora. A Vereadora, aqui, foi testa de ferro do Projeto!

O Presidente da Câmara: "- Depois que foi explanado para todos os Vereadores" - foi explanada a reunião com o Deputado - "e sendo todas pessoas conscientes, já tomaram de imediato para ir à votação em regime de urgência e foi aprovado". O Secretário da Câmara ainda diz: "- Mediante a situação" - qual situação? A situação do relato do Deputado, que já estava tramitando nesta Casa o Projeto de Lei - "Mediante a situação, este Projeto já tinha sido elaborado pelo Secretário e a Vereadora já tinha pedido para elaborar; já assinou e já deixou em alerta". Já deixou em alerta o quê? Alerta para a reunião que o Deputado teria. O Deputado fez a reunião com os Vereadores, o Projeto já estava em alerta, conforme declarações do Presidente da Câmara.

O Deputado Mário Bezerra pergunta: "- O Senhor disse no começo que só tinha conhecimento o Senhor e o Vereador Cícero". "- Perfeitamente", respondeu o Presidente da Câmara. O Deputado Mário Bezerra: "- Então, a Vereadora também sabia?". O Paulo

César, Presidente da Câmara, diz: "- Não, a Vereadora não sabia". Mas, como é que a Vereadora não sabia, se ela já estava com o Projeto pronto! Contradição. Como ela não sabia, pois o Projeto já estava pronto em regime de urgência?

Olha o interessante, aqui: a Comissão pergunta sobre o Projeto enviado anonimamente, pergunta ao Senhor Secretário da Câmara Municipal, Secretário que há trinta anos é Secretário da Câmara Municipal de Santo Antônio da Platina, é advogado, olhem o que ele diz "- então, a Vereadora também sabia" - e o José Arantes diz: "- Não, na realidade não tivemos..." Ah, não, sobre o Projeto de anonimato: "Não, na realidade não tivemos a curiosidade, correspondência você simplesmente abre." Agora, eu pergunto aqui: não se interessaram em saber a veracidade do Projeto, acreditaram no anonimato. O Secretário da Câmara, o Deputado, o Presidente da Câmara recebem um projeto no anonimato, está aqui nos autos, não perguntaram para a Assembléia Legislativa se é verídico o Projeto, não perguntaram para a Comissão competente, não perguntaram para o suposto Deputado autor, que no caso seria eu, e que estou sendo incriminado. É estranho, é muito estranho.

Deputado Ovídio Constantino: "Mesmo depois que vocês perceberam que era um negócio sem remetente, que era um problema polêmico destes, vocês não se preocuparam em tentar verificar, no envelope, de onde vinha, como é que vinha, qual a cidade em que foi apostado?" "Não, não tivemos esta curiosidade", o Secretário da Câmara afirma. Quer dizer, um Secretário que tem 30 anos de Câmara, um Secretário que é advogado, ele não tem curiosidade? Ele recebe um projeto anônimo, segura 30 dias e não tem curiosidade? Meu Deus do Céu!

Deputado Mário Bezerra: "Houve algum precedente ou é a primeira vez que o Presidente da Câmara procedeu desta maneira, em fazer sigilo de um movimento deste?" O Senhor Secretário da Câmara Municipal responde: "Que eu saiba, parece que foi a primeira vez; trabalho há mais de 30 anos aqui na Câmara e nunca aconteceu; é a primeira vez que acontece um caso destes." O Senhor Mário Bezerra: "Você, como Secretário, não tentou entrar em contato com o Deputado José Afonso?" O Secretário da Câmara responde: "Não, não tentei entrar em contato com o Deputado José Afonso."

Agora, aqui, eu quero mostrar aos Senhores que quando eu afirmo, que apenas não tem interesse político, há interesses econômicos nesta tramóia toda. O Deputado Mário Bezerra pergunta ao cartório do Distrito de Monte Real, o Senhor Ari Ramos: "Há algum entrevero entre o cartório de lá e o cartório daqui?"

Quer dizer, o Deputado Mário Bezerra pergunta ao Cartório se há algum desentendimento entre os dois cartórios. O Sr. Ari Ramos, nos Autos, afirma: "hoje não, mas teve, no começo eu fui bastante perseguido". Deputado Mário Bezerra: "Divergências que houveram, algum problema entre os Cartórios?" O Sr. Ari responde, o cartório: "Pelo fato de eu ser aqui da Comarca, ter muito conhecimento na cidade, então quando eu fui designado para o Cartório de lá, muitas pessoas que eram conhecidas minhas, começaram a ir fazer serviço comigo. Eles, os Ritti, acharam que eu estava tomando o serviço deles. Que eu estava pegando o serviço de lá, do Cartório da cidade, porque o Cartório que tinha lá tinha muito pouco serviço, não fazia quase nada, não faz praticamente nada, só tem um Cartório lá, mas não tem serviço. E o meu não, em qualquer ponto da cidade que perguntarem de mim, me conhecem." Quer dizer, fica confirmada aqui a denúncia que eu fiz, o próprio cartorário diz que foi perseguido pelo então Prefeito de Santo Antonio da Platina, porque o filho tem Cartório lá.

Quer dizer, eu não estou falando nada aqui que eu inventei, que eu imaginei, estou falando em cima dos depoimentos colhidos pela Comissão Especial de Inquérito.

E contradição em cima de contradição! Vejamos aqui, o Deputado Alceu Swarowski pergunta à Vereadora: "Correu comentários de que havia um Projeto, na Assembléia, para desmembrar Monte Real?" A Vereadora Cleusa: "Não, de Monte Real eu não vi, eu estava acompanhando o município de Londrina. Aqueles lados de lá eu me preocupei, eu falei que Monte Real distrito, vai municipalizar. "Mentiu a Vereadora! Todos sabiam da movimentação de Monte Real! Só ela que não sabia! A autora do Projeto, entra com Regime de Urgência, o Presidente da CPI pergunta para ela: "A Sra. não sabia do movimento?" "Não." "Porque que a Sra. apresentou o Projeto?" "Apresentei porque li no jornal." A Sra. leu no jornal? Quais os jornais que a Sra. lê? "Não, eu quase não tenho tempo de ler nos jornais, porque eu sou do sítio, do sítio eu venho para a Câmara e lá eu leio os jornais que estão em cima da mesa, rapidamente."

Quer dizer, meu Deus do Céu, qualquer inquérito policial, numa cidade que não seja comarca já tinha prendido muita gente!

O Deputado Ovídio Constantino pergunta: "O Projeto que a Sra. pediu para o Secretário fazer foi este Projeto de rebaixamento de Distrito, e isso foi naqueles dias que a Sra. fez este Projeto, ou já vinha este Projeto anteriormente pronto? A Sra. apresentou na Mesa naquele dia? "Foi naquele dia que ela apresentou o Pro-

jeto, ela não sabia de nada, estranhamente no dia da visita do Deputado, ela apresenta o Projeto, em Regime de Urgência, rebaixando o Distrito para bairro.

O Deputado Mário Bezerra pergunta para a Vereadora: "Quem sabia desse Projeto da Sra. "Ela responde: "Conversando com o Prefeito eu comentei, comentei com o Presidente da Câmara, comentei com o Vereador Cícero, que tem mais experiência, comentei com todos os Vereadores." Agora, ninguém falou para a Vereadora do movimento, ela apresentou por acaso. Insisto novamente para ver que a Vereadora está mentindo!

Deputado Ovídio Constantino: "A Sra. quando conversou com o Prefeito sobre a emancipação que ele fez ele sugeriu ação para impedir a criação do município de Monte Real? Ela responde: "Quando eu conversei com ele, ele disse: Olha Vereadora está para municipalizar, está havendo uma movimentação para municipalizar os distritos." Há pouco ela disse que não sabia, agora está dizendo que o Prefeito disse para ela, que era para municipalizar! Ela disse: "Como eu moro na zona rural eu acho que dividir Santo Antônio da Platina, acho que isso aí vai atrapalhar muito. "Ele disse: "Porque eu sou da Bancada dele." A Vereadora é da Bancada do Prefeito, quer dizer não tem nenhuma correlação, a Vereadora é inimiga do Prefeito, ela é suplente do Prefeito, o Prefeito chama um Vereador para ser seu Secretário, coloca a Vereadora, que é do sítio e ganha 500 mil cruzeiros mensais, Vereadora não sabe nada do Projeto, a Vereadora não é ligada com o Prefeito, ela só é da Bancada do Prefeito e convocada por ele.

Aqui ela se delata, fica claro que o Prefeito lhe pediu para fazer isso. O Deputado Mário Bezerra: "Depois que a Senhora entrou com este Projeto na Câmara e foi aprovado, a Senhora ficou, a Senhora foi procurada por alguém?

Não, ninguém, ninguém me importunou, não; até quando começou a sair no jornal, que eu cheguei da Fazenda na Câmara, eles falaram: Assistiu o Jornal Nacional?

Eu falei: Não. Daí que eles foram comentar. Daí eu fiquei assim preocupada, fiquei meio assustada.

Por que será que a Vereadora ficou assustada, do que ela temia, a Vereadora quando ela estava no sítio assistindo o Jornal Nacional que saiu a denúncia?

Aqui ela está claramente dizendo que ela foi a testa de ferro, ela está mostrando que realmente ela agiu com interesses de outrem.

Deputado Ovídio Constantino: "Depois disso a Senhora conversou com o Prefeito, depois da reunião da Câmara a Senhora conversou com o Prefeito, ou com o Deputado José Ritti, ou com o Deputado José Afonso?

Não, conversei só com o Prefeito.

Depois do Projeto aprovado foi prestar contas ao Prefeito, do trabalho que ele lhe pediu, está claro isto nos autos.

Eu quero dizer mais, os Vereadores convidados foram convocados a convite do Deputado José Arthur conforme os autos confirmam, que foi a pedido do Deputado.

O Vereador Claudio Luiz diz o seguinte, o Deputado Mário Bezerra pergunta:

"O convite não era em nome da Câmara, Vereador?

O Vereador diz: Não, era em nome do Deputado José Arthur.

O Deputado Mário Bezerra pergunta: "Na reunião com os Vereadores o Deputado José Ritti tirou o Projeto falso da pasta para mostrar aos Vereadores?

Pois estava na pasta o documento que o Deputado afirma que ele não sabia, ele mandou uma Secretária, que a Comissão inclusive esqueceu, nós precisamos saber com quem que esta Secretária falou aqui na Assembléia e, esta informação foi dada para a Secretária do Deputado, onde depois de trinta dias a secretária e o Deputado ficaram sabendo que o Projeto é falso.

Aí o vereador afirma que o Deputado tirou o documento da pasta, documento falso, documento público, documento da Assembléia, ele tirou da pasta para a reunião com os Senhores Vereadores.

Aí o Mário Bezerra pergunta: "O que o documento, aliás, o que o Deputado argumentou?

O Vereador responde: "Que ele tinha consciência da tramitação desse Projeto na Assembléia e que medidas urgentes tinham que ser tomadas rebaixando o Distrito de Monte Real.

"Aí o Deputado Bezerra pergunta: "O Presidente da Câmara estava na reunião e não argumentou nada, não explicou nada aos Senhores Vereadores?"

"O Vereador respondeu: "Não. Apenas endossou as palavras do Deputado, quer dizer, ele é conivente com o Deputado. O Mário Bezerra pergunta ao Presidente da Câmara: O Senhor tem a carta anônima?

Aqui é interessante que os Senhores prestem atenção, a carta anônima.

"Não, não tenho porque isso está nos autos; não, não tenho porque eu passei uma xerôx parra o Deputado Ritti".

Então, aqui eu assinaiei. Ele passou a xerôx do que?

A xerôx do original?

Quando o Presidente da Câmara afirma que passou uma xerôx ao Deputado, ele tirou a xerôx de algum documento.

Então, de qual documento ele passou?

Do Projeto original?

O Deputado Ovídio Constantino pergunta ao Presidente da Câmara: "Vocês haviam entregado o Projeto para que o Deputado Ar-

thur certificasse a validade do Projeto e qual foi a informação que ele deu?

O Presidente da Câmara responde:

"Ele disse que não podia estar tramitando nada".

Depois de 30 dias o Deputado afirma ao Presidente da Câmara que o documento não existia, só que olha a contradição.

O Presidente da Câmara diz além: "Agora quanto ao rebaixamento é problema nosso aqui.

"Contradição: Por que então foi feita a reunião com os Vereadores e ele tirou da mala um Projeto que o Presidente da Câmara e o Deputado já sabiam que era falso.

Eles já sabiam que era falso. Ele tinha que rasgar e não fazer a reunião com os Vereadores porque ele estava de posse de um documento falso, com timbre desta Casa de Leis e mesmo assim eles fizeram a reunião com os Vereadores e rebaixaram o distrito!

Está nos autos, não sou eu que estou afirmando.

Agora, no depoimento do pai do deputado que é Prefeito em Santo Antônio da Platina, ele praticamente quer subestimar a inteligência deste Parlamento, como também subestimar a inteligência da Comissão Especial.

Na hora das benesses, na hora dele ser nomeado cartorário, na hora dele mentir que não é dono do posto que vende gasolina para a Prefeitura do pai, na hora dele forjar uma placa fria da Casa Civil, na hora dele fazer uma encenca num baile de Carnaval em Santo Antonio da Platina, onde ele foi agredido, no dia seguinte, ele pegou um caminhão e bateu no proprietário do carro que tinha tido um contratempo com ele no baile.

Ele daí, não é criança, porque o pai disse que ele é muito infantil, que ele é criança.

Quer dizer, o próprio pai afirma que o filho não serve para ser Deputado, o pai está dizendo nos autos - "meu filho não sabe o que faz", então Deputado que não sabe o que faz não pode ser Deputado.

Se hoje ele compromete a Assembléia, amanhã ele vai comprometer mais.

Está em jogo a seriedade desta Casa!

Está em jogo o juramento que nós fizemos!

Agora quero dizer uma coisa que a defesa do Deputado José Arthur vai afirmar. Quando eu fiz a denúncia eu fui ouvido inicialmente na Comissão e em momento algum no meu depoimento, eu disse que eu não fui procurado...

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) - Seu tempo está esgotado.

O SR. JOSE AFONSO JUNIOR - (Continua no horário da Liderança do PFL).

Concedo aparte ao Deputado Algaci Túlio.

O Sr. Algaci Túlio - Quando V.Exa. fala que ele utilizou um caminhão para bater no veículo de quem o agredira na noite anterior num baile.

O que me parece é que o Deputado foi no baile errado.

Ele deveria ter ido ao baile infantil e foi ao baile de adulto, daí deu o encontro. De quem era este caminhão?

O SR. JOSE AFONSO JUNIOR - Eu não posso fazer acusação leviana, só faço acusação em cima de documentos comprobatórios. Eu não sei de quem era o caminhão.

Não sei qual a procedência do caminhão.

O Sr. Mário Bezerra - Só gostaria de salientar a V.Exa. de que nós estaremos entregando, hoje, o relatório da Comissão Especial à Comissão de Justiça, logo após essa sessão Plenária, passando às mãos do Presidente da Comissão de Justiça - Colombino Grassano, o relatório da Comissão Especial.

O Sr. Luiz Carlos Alborghetti - Eu queria nesse aparte, dizer a V.Exa. que no meu último pronunciamento nesta Casa, a respeito deste Caso, eu não citei em hipótese alguma o nome do Deputado José Arthur Ritti.

Eu disse apenas e volto a repetir, com os poucos anos que tenho de vida pública, de vida política neste Estado e pedi na tribuna nesta Casa, que aquilo que estavam fazendo com o Senhor era uma estupidez, uma forma de violência muito grande. E eu pedi à Comissão, pedi ao Deputado Mário Bezerra, ao Deputado Swarowski e ao Deputado Constantino que trouxessem a este Parlamento, porque é inadmissível que se pegue um timbre da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná e se falsifique a assinatura de um Deputado. Se falsificaram a sua assinatura, amanhã a assinatura do Deputado Anibal Khury também poderá ser falsificada. Ou de qualquer outro Deputado deste Parlamento.

Isto é uma forma de violência. E eu estou esperando que a Comissão desta Casa apresente a este Parlamento, quem falsificou a sua assinatura. Quem falsificou a assinatura do Deputado José Afonso?

Na Legislação passada pode ter passado despercebido, mas para mim não passou, falsificaram carimbos com o nome do Deputado Antônio Annibelli e distribuíram uma série de panfletos com assinaturas rasuradas do mesmo, que fez uma denúncia nesta

Casa, e até hoje não foi apurado!

Existem determinados elementos maquiavélicos deste Parlamento, fora deste Parlamento, que querem denegrir a imagem desta Casa, que é formada por brilhantes Deputados Estaduais e por uma brilhante Deputada Estadual, que é a Deputada Emília Belinati.

Acho que cada um aqui faz o que bem entende da sua vida parlamentar. Uns são dedicados à agricultura, outros à saúde, outros à área do social. Enfim, cada qual tem sua caminhada a seguir. Agora, não posso admitir, em hipótese alguma, que se suje o nome deste Parlamento. Está em jogo nesta Casa a assinatura falsificada de Vossa Excelência. Está em jogo a perseguição política pela qual Vossa Excelência passa. Disse naquela tribuna que, se continuar do jeito que está, daqui a pouco vão colocar cocaína dentro de nossos gabinetes, vão colocar maconha dentro de nossos gabinetes. Como aconteceu esta madrugada, que balearam um companheiro nosso de imprensa, o Ari Soares, na Rádio Cidade, meteram dez balaços no seu carro, deixaram o carro todo furado, só porque ele tem um programa onde fala o que pensa. Amanhã ou depois vão passar na rádio do Deputado Algaci Túlio, que é o líder de audiência nas emissoras de rádio e vão meter bala no seu carro. Ou no carro do Deputado Carlos Simões, ou no do Luiz Carlos Martins, ou até no meu!

Também estou apavorado. Ando pelas ruas e onde estaciono o carro tenho que deixar um segurança, para ver se não vão colocar nada dentro. Quando chego em minha casa, tenho que dar duas voltas para ver se tem alguém me seguindo. Porque eles querem estragar nossas vidas! Querem destruir nossas vidas! Não só a minha, mas de todo este Parlamento!

Espero, a bem da verdade, a bem da decência, a bem da moral, porque esta Casa é minha, fui eleito com 86 mil votos, foi o povo do Paraná que me colocou aqui dentro, porque acreditou no meu trabalho, em nome do povo que me elegeu, quero que esta Casa me diga quem falsificou a assinatura de Vossa Excelência. Quem é que, usando um timbre da Assembleia para fazer esta maracutaia que Vossa Excelência está dizendo na tribuna, que houve uma reunião onde abriram uma pasta, sabendo que o documento era falso, fizeram a reunião para desmoralizar Vossa Excelência, desmoralizar este Parlamento, espero, oxalá Deus me permita, que justiça seja feita nesta Casa de Leis! Muito obrigado.

O SR. JOSE AFONSO JUNIOR - Acredito Deputado que posso responder a vossa pergunta, uma vez que a minha assinatura logicamente que vai ficar difícil de provar

quem a fez, que assinou com falsidade, mas quero dizer ao Deputado que os indícios, o que os autos nos orientam, está mostrando que a Vereadora que apresenta o Projeto não sabia do rebaixamento, não sabia da reunião com o Deputado, mas mesmo assim, ela entra com o regime de urgência, fica caracterizado, e depois, o Presidente da Câmara e o Deputado já sabem que o documento era falso não precisa mostrar mais nada, lógico que foi alguém a mando deles, que falsificou minha assinatura, porque se eles tivessem agido diferente, se eles não tivessem quando o documento era falso, eles não tivessem levado adiante, poderia pairar essa dúvida no Plenário, mas não se provou quem falsificou. Mas não precisa provar, um Deputado fica 30 dias com um documento em sigilo, sabe que o documento é falso, mas mesmo assim, ainda tira o documento da pasta com timbre da Assembléia. O que está em jogo não é o Deputado José Afonso, o que está em jogo é a instituição, é a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, eu já disse no outro pronunciamento que fiz aqui na tribuna, o documento que foi para a reunião, o documento que convenceu os Vereadores não foi um documento com timbre do Gabinete do Deputado José Afonso, foi um documento com o timbre da instituição a qual nós pertencemos, então foi usado o documento indevidamente, e aqui diz no decoro parlamentar do Regimento Interno, diz aqui o artigo 239, parágrafo 2º, inciso 3: "a prática de irregularidades graves no desempenho do mandato ou de encargo dele decorrente" - quer dizer, perde o mandato conforme o artigo 239, parágrafo 2º, inciso 3. A prática de irregularidades graves no desempenho do mandato. Eu pergunto à Assembléia, não foi a prática de uma irregularidade grave tirar um documento da Assembléia no desempenho do seu mandato? Não foi convocado pelo Deputado? Ele não era Deputado na hora? Não foi o Deputado que chamou os Vereadores? Vai me dizer que vamos ter que mudar o inciso 3 do parágrafo 2º. Está claro a falta de decoro parlamentar aqui.

Para terminar, Senhor Presidente, Senhora Deputada, Senhores Deputados, a sociedade civil organizada do Paraná está de olho na Assembléia Legislativa.

Vejam bem, Senhores Deputados, no caso do Deputado Jabes Rabello. O Deputado Jabes Rabello não foi cassado seu mandato, porque o irmão era traficante, foi cassado o seu mandato porque ele falsificou a assinatura de um de seus possíveis funcionários do seu gabinete. Agora aqui não, um documento público da instituição foi falsificado. A sociedade civil está preocupada, eu tenho andado bastante e nós sabemos o resultado das últimas eleições, os resultados das últimas eleições foi catas-

tráfico, nós tivemos abstenção, tivemos votação branca maciçamente por um descontentamento com a classe política. Esses dias, assistindo a 25ª Hora da Televisão Record, o Deputado Federal Brito, aquele que foi porta-voz do falecido Presidente Tancredo Neves, dizia da seriedade do Legislativo, como o Legislativo sendo atacado como ele é, foi o único organismo instituído no Brasil que já cassou quatro Deputados na Câmara Federal. São palavras do Deputado Brito dizendo e inclusive fazendo comentários com relação aos outros Poderes, que podem falar o que quiserem do Legislativo, mas o Legislativo, toda vez que é feito uma denúncia comprobatória, ele toma medidas enérgicas.

E para finalizar, eu quero dizer, Senhores Deputados, que o Deputado José Artur é muito mal agradecido. Quando os Senhores praticamente o absolveram do inquérito que estava instaurado devido às suas faltas, ele foi à televisão e disse que os Deputados não tinham moral para cassar o seu mandato, mesmo depois de os Senhores terem votado favoráveis a ele, foi essa a paga que ele nos deu, foi esse o agradecimento que ele nos deu; ele foi à televisão ainda denunciar e reclamar da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

Concedo um aparte ao Deputado Neivo Beraldin.

O Sr. Neivo Beraldin - Deputado José Afonso Júnior, Vossa Excelência deve saber da consideração que devoto ao seu trabalho aqui na Assembléia Legislativa, a região que Vossa Excelência representa assim como o Deputado Artur Ritti, mas Vossa Excelência tocou num ponto que eu considero muito importante, no momento em que conclua o seu pronunciamento, que era exatamente do desgaste que sofre o Parlamento, cada vez que se discute um assunto como este, aonde se leva a opinião pública não à realização de uma obra para o bem estar da comunidade, mas sim, um confronto dentro do Parlamento.

Veja bem, eu apenas quero dizer que nós naturalmente gostaríamos que este assunto fosse concluído da maneira mais rápida possível, para que não houvesse um desgaste ainda maior deste Parlamento. Porque a população está a exigir que os Parlamentares discutam aqui o orçamento do ano que vem, que eles discutam aqui o aumento do transporte coletivo da região metropolitana, o aumento do transporte exagerado de Curitiba, o aumento do transporte do Paraná e do Brasil, uma CPI montada aqui que devemos discutir. Nós temos tantos assuntos que a população está a reclamar e Vossa Excelência ocupa a tribuna naturalmente colocando a sua situação. Na próxima semana, nos próximos dias teremos

a presença na tribuna também do Deputado José Artur Ritti e mais quarenta Deputados aqui ficarão sentados, como estão na tarde de hoje, a ouvir um pronunciamento longo que deveria estar sendo discutido nos tribunais. Porque nós não estamos levando algo de interessante para a população, mais do que isso, nós não estamos fortalecendo a democracia, porque para fortalecer a democracia é preciso apresentar produtividade, realização no trabalho. E Santo Antônio da Platina, a Região do Norte Pioneiro naturalmente espera de dois Deputados eleitos pela sua região, uma obra em benefício, dinheiro no orçamento do Estado para o ano que vem, para a região que Vossas Excelências representam, um trabalho, efetivamente, realizado. E, naturalmente, este fato que está acontecendo, que aconteceu, não discordo que Vossa Excelência deva colocar na tribuna, nem relatar à sociedade do Paraná, mas apenas gostaria de fazer um apelo à comissão especial que trata desse assunto, para que encaminhe de forma rápida, para que a imprensa não fique a perder o seu tempo, para os Deputados que querem analisar as suas emendas, os seus projetos, os seus sonhos, acima de tudo da sociedade, que venham efetivamente ser concluídos, para que a obra deste ano, de 1991, seja uma obra positiva da Assembleia Legislativa do Paraná. Ora, nós estamos nos aproximando do Natal, devemos ter um espírito natalino!

Este é o apelo que faço a Vossa Excelência, não só a Vossa Excelência, como ao Deputado Ritti, mas, acima de tudo, à Comissão e à Direção Executiva desta Casa para que conclua este assunto, o certo ou errado, mas que seja conclusivo!

O SR. JOSE AFONSO JÚNIOR - Vossa Excelência tem toda a razão, Vossa Excelência falou com a sabedoria da providência divina, porque Vossa Excelência tocou assuntos importantes que deverão ser tratados, e estão sendo tratados, por este Legislativo: do orçamento, do transporte coletivo, das dotações para a educação, muitas coisas importantes. Agora, eu pergunto a Vossa Excelência, a imprensa, a sociedade civil quer saber se esse Deputado falsificador tem condições de apreciar essas matérias importantes. Por que será que não será também leviana a sua apreciação, uma vez que este Deputado está sob suspeita, ele está sendo incriminado. Ele tem que responder por isso e ele vai fazer parte dessas decisões que o Paraná tem pressa. Nós precisamos saber se o Deputado tem condições intelectuais, condições morais, para poder votar matérias de tamanha importância. Vossa Excelência tem razão.

Concedo aparte ao Deputado Tadeu Lúcio Machado.

O Sr. Tadeu Lúcio Machado - Nobre Deputado, foi de uma infelicidade terrível o aparte do Deputado Neivo Beraldin. Não podia ser pior o aparte nesta tarde. Demonstrou o desrespeito que ele tem por este Parlamento. A incapacidade no exercício do mandato parlamentar. Porque este Deputado tem que entender que quando nós assumimos o mandato, a primeira coisa que nós fazemos é jurar o respeito às Constituições da República e do Estado e quando juramos a constituição, nós juramos respeitar este Parlamento e quando alguém o desrespeita, a responsabilidade não é só da Comissão Executiva, mas a responsabilidade é de todos os integrantes eleitos pela vontade popular.

Portanto, Deputado, eu fico entristecido, que numa tarde como esta em que Vossa Excelência foi atingido e por via de consequência este Parlamento foi atingido, nós vemos o Deputado Neivo Beraldin aparecer como salvador da Pátria.

Eu faço um apelo ao Deputado Neivo Beraldin, que antes dos seus apartes, levando em conta o espírito natalino, aprenda a respeitar este Parlamento, que é a Casa do povo, a casa em que o povo tem voz e que tem vez.

Eu me solidarizo com Vossa Excelência e iremos até o fim, na luta para valorizar o exercício do mandato popular.

O SR. JOSE AFONSO JÚNIOR - Faço minhas as suas palavras. Muito obrigado, Vossa Excelência falou o que o Plenário sentia no momento.

O Sr. Ernani Pudell - Vossa Excelência me permite um aparte? (Assentimento).

Ouvi atentamente o pronunciamento de Vossa Excelência. Teve um fato que Vossa Excelência mencionou que me chamou a atenção e que gostaria que a comissão se prendesse um pouco mais na análise dessa situação, que é exatamente a motivação que teve alguém, ao fazer o projeto falso, com objetivo de rebaixamento de distrito e com isso, viria em benefício econômico com o monopólio de um determinado cartório sobre uma região.

Então nos parece que a questão fundamental que está em jogo e que motivou toda essa polêmica, é o interesse econômico, o interesse escuso, uma verdadeira guerra de cartórios, aparentemente é o que nós estamos percebendo e a utilização de um cargo público, um mandato conferido pela população, para utilizar desse mandato e obter vantagens ilícitas. O que é mais grave, vantagens ilícitas mediante falsificação é a figura típica do estelionato, capitulada no Código Penal como tal.

Então nós entendemos, eu confesso que até há pouco não entendia bem as razões

que levaram um Parlamentar a pegar um projeto falsificado, mobilizar a Câmara de Vereadores de Santo Antônio da Platina, induzir a Câmara de Santo Antônio da Platina a tomar uma decisão, eu pensava que essa atitude estaria motivada com o sentido de prejudicar a imagem de Vossa Excelência perante aquela comunidade que teve o seu rebaixamento de distrito para vila. Todavia, agora achei muito sintomático e esclarecedor, esta discussão sobre os cartórios e até eu gostaria que Vossa Excelência esclarecesse melhor qual é a consequência do rebaixamento, quem é que ganharia e quem seria beneficiado com isto.

O SR. JOSÉ AFONSO JÚNIOR - Vossa Excelência me faz lembrar uma outra pergunta que a comissão, através do Deputado Ovídio Constantino fez a alguns elementos que foram ouvidos na Cidade de Santo Antônio da Platina.

O Deputado Ovídio perguntou por que a Vereadora, ao apresentar o projeto em Regime de Urgência ela também rebaixava o outro distrito, que também tem cartório, o distrito de Conselheiro Zacarias, que não é parte do projeto falsificado, nada tinha a ver, também foi usado o projeto de lei da Vereadora, rebaixou o distrito de Conselheiro Zacarias, é outro distrito de Santo Antônio da Platina na condição de bairro. Sendo assim, uma das explicações que eu quero dar a Vossa Excelência, os cartórios dos distritos podem praticar todos os atos jurídicos que os cartórios da cidade o fazem. Consequentemente o cartório, está no livro dos Parlamentares, no currículo dos Parlamentares, o Deputado José Arthur deixa bem claro, o currículo dele traz o cartorário mais jovem do Paraná. Ele é dono do cartório de protestos da cidade de Santo Antonio da Platina. Então pela declaração do cartorário Ari Ramos, nós sabemos, Deputado, que quando, é por lei, antes era por lei estadual, mas com a legislação nova, as Câmaras têm poder de rebaixamento e o que acontece? Uma vez rebaixado o distrito a bairro, cabe tão somente, Senhor Deputado, cabe tão somente a decisão do juiz dizer se continua o cartório lá ou não continua. É uma decisão de foro íntimo. Não é mais uma coisa resguardada através de uma lei estadual que a garanta. Então, acho que fica claro, uma vez que se extingue os dois distritos onde têm cartórios que fazem concorrência, eu acho que fica claro o interesse econômico aí. Para finalizar, Senhor Presidente, eu faço um apelo aos Senhores Deputados...

O SR. DIRCEU MANFRINATO - Vossa Excelência permite um aparte?
(Assentimento)
Eu quero agradecer Vossa Excelência

por esta oportunidade e ao mesmo tempo ser testemunho da conduta de Vossa Excelência nesta Casa, que nós já vivemos durante ao longo do tempo. Nós não queremos antecipar a nossa posição parlamentar com relação a este episódio que se defronta entre Vossa Excelência e o Deputado José Ritti, uma vez que já foi determinado pela Comissão Executiva desta Casa uma Comissão Especial para apurar os fatos, e é do nosso conhecimento de que hoje, às 4 horas da tarde, será apresentado esse Parecer da Comissão Especial. Mas, a única coisa que faria um apelo, inclusive ao Excelentíssimo Presidente da Casa, Deputado Anibal Khury, que tem conduzido com decência, com muita firmeza este Parlamento, de que este episódio tem que ser um episódio decidido antes do nosso recesso Parlamentar. E a razão deste meu apelo, é porque nós tivemos a oportunidade de ver através da imprensa o balanço negativo da Câmara dos Deputados. Nós como políticos que também somos detentores de mandato, sentimo-nos constrangidos de ver uma situação, de um Congresso Nacional onde há um ano, o Congresso Nacional está apenas discutindo a votação da questão do salário mínimo e a questão da aposentadoria dos aposentados do País. O Congresso não andou, o Congresso não tomou nenhuma posição de fiscalização contra o abuso que existe do Poder Executivo a nível nacional. E a Assembléia Legislativa do Paraná, desde seu início, ela vem trabalhando com seriedade, com dignidade, por todos os Parlamentares, cada um com seu ponto de vista, a sua maneira de discutir, mas a Assembléia Legislativa do Paraná está cumprindo a sua função com os seus Deputados. Não pode haver queixa inclusive nenhuma, por parte do Poder Executivo, porque aqui o Poder Executivo tem recebido da bancada de sustentação a quem eu pertença, como tem recebido o apoio também da Mesa Executiva.

Então, nós não queremos encerrar este ano com um balanço negativo, quando a Assembléia Legislativa do Paraná tem sido hoje o espelho do Brasil, de alguns Estados que nós temos no País.

Então, eu gostaria de dizer a Vossa Excelência, de que esse episódio seja analisado por cada um dos Senhores Deputados; e nós sabemos que cada Deputado tem a sua responsabilidade, tem a sua competência na maneira de decidir. O que nós desejamos, é que isso não fique enrolando, como aconteceu no Congresso Nacional, no caso de "Jabes Rabelo", que demorou 6 meses para casar um homem envolvido numa série de problemas que Vossa Excelência tem conhecimento. Nós não estamos querendo comparar o caso do Deputado José Ritti com o caso do Congresso Nacional, que eu reconheço foi um caso gravíssimo. Agora nós queremos

é decidir essa posição. Não quero atribuir a Vossa Excelência nenhuma questão de um problema local político, como não quero atribuir ao Deputado José Ritti, porque agora envolveu a Assembleia Legislativa do Estado, e cabe aos Deputados uma decisão séria, responsável; e se realmente provarem que o Deputado Ritti falsificou a assinatura de Vossa Excelência, ele deverá ser punido por esta Casa, o que eu não acredito que Vossa Excelência tem usado isso para fazer política e não acredito que o Deputado Ritti poderia ser tão infantil em falsificar a assinatura de Vossa Excelência.

Muito obrigado.

O SR. JOSÉ AFONSO JÚNIOR - Eu agradeço o aparte de Vossa Excelência e quero dizer a Vossa Excelência, que Vossa Excelência tem a certeza que o Deputado Anibal Khury, Deputado Colombino Grassano, Deputado Alceu Swarowski, Presidente da Comissão Parlamentar Especial, que, juntamente com os Deputados Mário Bezerra e Ovídio Constantino, estão agindo com todo o rigor, inclusive eu quando fui chamado para fazer o exame grafotécnico, e o fiz; e o Deputado José Arthur foi chamado várias vezes e não quis fazer, quase que teve de ser intimado, e quando foi intimado, foi fazer o exame grafotécnico. De maneira que a Comissão, em nenhum momento, Deputado Dirceu Manfrinato, que esteve em Santo Antonio da Platina, eu não participei dos depoimentos para não constranger os depoentes, não participei do depoimento do Deputado José Arthur, porque este depoimento inclusive foi fechado para a Imprensa, e o meu depoimento foi aberto à Imprensa, e no depoimento do Deputado José Arthur não foi permitido que a Imprensa tivesse acesso; o Deputado estava dentro da Sala das Comissões, e o Deputado José Arthur pediu que ele se retirasse da reunião, por não ser membro da Comissão.

De maneira que a gente vê muitas dúvidas, porque eu quero dizer, ao terminar, Senhor Presidente, se eu tivesse que fazer o projeto, Deputado Dirceu, eu o faria com a maior tranquilidade, faria uma reunião com o Distrito; e quero dizer que os autos já disse isso: eu fui procurado pelo Distrito para fazer a emancipação, agora a, entre ser procurado e fazer o projeto há uma distância muito grande, porque eu para elaborar o projeto, e Vossa Excelência que foi o meu colega no Parlamento na Legislatura passada, sabe da minha conduta, sabe que jamais eu faria um projeto a toque de caixa, eu faria um projeto com os pareceres técnicos responsáveis...

O SR. DIRCEU MANFRINATO - Eu não sei se fui compreendido por Vossa Excelência;

eu não acusei Vossa Excelência de ter feito o projeto.

O SR. JOSÉ AFONSO JÚNIOR - Não, Deputado. De maneira nenhuma, Deputado.

Só para justificar o seu aparte, eu o compreendi perfeitamente. Se eu tivesse que fazer o projeto, eu o faria embasado, porque senão, eu seria ridicularizado também, uma vez que eu fizesse um projeto como foi feito, com aquelas divisões territoriais, que praticamente tomou parte da Cidade de Santo Antonio da Platina pelo referido Distrito.

De maneira que eu quero esclarecimento da verdade, Senhor Deputado, porque isto me preocupa muito, porque não é uma disputa eleitoral, as eleições já passaram. Eu inclusive sou o 3º Deputado mais votado do Paraná, o 2º da Bancada do PMDB, e o Deputado José Arthur só disputa comigo os votos da Cidade de Santo Antonio da Platina, e as demais cidades, eu fui eleito por 20 cidades e não há disputa regional, eu sou Deputado com voto majoritário em todas as demais cidades; e Santo Antonio da Platina não poderia ser diferente, o pai dele é o Prefeito lá e seria subestimar eu querer fazer mais votos, porque o pai é prefeito lá. De maneira alguma.

Então, essa briga não pode passar para a instituição, e esta é a minha preocupação. Eu termino o meu pronunciamento e agradeço os Senhores Deputados e convido todos para participarem da reunião da C.C.J. que será relatado pelo Deputado Mário Bezerra a conclusão da Comissão Parlamentar Especial.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) -

O SR. DUILIO GENARI (Pela Ordem) - Eu queria registrar a presença do Prefeito de São José, Senhor João Sorian e da Secretária de Educação, Professora Clotilde Rossato e ainda de Elisabete Cristina Rochaidier, Professora de São José.

O SR. ANTONIO TOTI COLAÇO (Pela Ordem) - Gostaria de registrar também a presença do Prefeito de Teixeira Soares João Inácio Roos.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está registrado.

Horário das Lideranças.

PT com a palavra.

(Declina)

PST

(Declina)

PDT

(Declina)

PRN

(Declina)

PTB

(Declina)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 53 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, expediente subscrito pelo Senhor Deputado Erondy Silvério, constante do expediente, indicando o nome do Senhor Deputado para compor como membro da Comissão Parlamentar de Inquérito para apurar irregularidades no transporte intermunicipal. A Diretoria Legislativa, para anotar.

Expediente subscrito pelo Senhor Deputado Luiz Antonio Setti, constante do expediente, comunicando que a partir desta data estará em licença por 121 (cento e vinte e um) dias, em virtude de interesses particulares. Aprovado.

Convoco o Suplente dispensando o juramento que já prestou no início desta Legislatura.

O SR. ERNANI PUDELL (Pela Ordem) - Por gentileza, quem é o Deputado?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Deputado Setti.

Expediente subscrito pelo Senhor Deputado Luiz Carlos Martins, constante do expediente, justificando sua ausência nos dias 25 e 26 próximo passado, por motivo de saúde, conforme atestado anexo. A Diretoria Legislativa, para anotar.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Dalton Machuca, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. A Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 02 (dois) de autoria do Senhor Deputado Nilton Barbosa, constantes do expediente. Necessitam de apoio. Apoiados. A Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Geraldo Cartário, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. A Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Dobrandino da Silva, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. A Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Lourenço Fregonese, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. A Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente, solicitando preferência de votação para o Projeto de Lei nº 516/91. Aprovado.

De conformidade com o requerimento de preferência de votação de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, acima apro-

vado:

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 516/91, de autoria do PODER EXECUTIVO-Mensagem nº 120/91, que aprova um crédito suplementar no valor de Cr\$ 116.010.000,00 ao Orçamento da Secretaria de Estado e da Cultura. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.O., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado. (Public. no D.A. nº 150, de 13.11.91)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Protocolo nº 11127/91

Projeto de Lei nº 516/91

Súmula: Crédito Suplementar à Secretaria de Estado da Cultura

Autor: Poder Executivo

(Regime de Urgência)

PARECER:

Trata-se de pedido de crédito suplementar, no valor de Cr\$ 116.010.000,00 (cento e dezesseis milhões e dez mil cruzeiros), ao orçamento da Secretaria de Estado da Cultura, que altera os orçamentos próprios da Biblioteca Pública do Paraná e da Fundação Rádio e Televisão do Paraná, valor este destinado à manutenção e reparo destas entidades. Os recursos são provenientes da própria Secretaria, em remanejamento de verbas.

O projeto está amparado em disposto legal, nada contrariando quaisquer disposições constitucionais ou regimentais.

Opinamos favoravelmente à sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 26.11.91

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

LUIZ CARLOS MARTINS

Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS

PROJETO DE LEI Nº 516/91

PARECER:

O presente Projeto de Lei, oriundo da Mensagem Governamental nº 120/91, tem por finalidade aprovar um crédito suplementar no valor de Cr\$ 116.010.000,00 (Cento e dezesseis milhões e dez mil cruzeiros), ao orçamento da Secretaria de Estado da Cultura aprovado pela Lei Estadual nº 9.494, de 21 de dezembro de 1990, conforme anexo I desta Lei.

O plano de lei, em sua parte legal e constitucional, já foi devidamente examinado pela douta Comissão de Constituição e Justiça, que por seu relator, ofereceu parecer favorável.

No âmbito desta Comissão de Finanças não há nada que obste a tramitação do Projeto de Lei em tela neste Poder.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 27.11.91

(aa) DURVAL AMARAL

Presidente

RENATO ADUR

Relator

COMISSÃO DE ORÇAMENTO
PROJETO DE LEI Nº 516/91

P A R E C E R:

O Projeto de Lei, oriundo da mensagem do Poder Executivo 120/91, objetiva aprovar um crédito suplementar no montante de Cr\$ 116.010.000,00 (cento e dezesseis milhões e dez mil cruzeiros) ao orçamento da Secretaria de Estado da Cultura aprovado pela Lei Estadual nº 9.494 de 21.12.90.

Atendendo a previsão do art. 135, V, da Constituição Estadual, indica como recurso para cobertura do respectivo crédito, igual montante decorrente de cancelamento de dotações da Biblioteca Pública do Paraná, da Fundação Rádio e Televisão do Paraná e da Secretaria de Estado da Cultura.

Inexistindo assim, qualquer empecilho quer de índole constitucional quer de índole legal, somos de parecer favorável à aprovação do presente Projeto de Lei.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 02.12.91

(aa) NELSON JUSTUS

Presidente

NELSON GARCIA

Relator

Passaremos à apreciação do restante da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 198/91, de autoria do Deputado RAFAEL GRECA DE MACEDO, que altera o artigo 2º, da Lei nº 6470, de 22.10.73, acrescenta parágrafos e dá outras providências. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C. EMENDAS DE PLENÁRIO - FAVORÁVEL DA C.C.J., por unanimidade. Em votação.

O SR. JOSE ANTONIO TAVARES (Para encaminhar) - Para encaminhar, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Para encaminhar Senhor Deputado Tavares. Há duas emendas no Projeto. Parecer Favorável da C.C.J.

O SR. JOSE ANTONIO TAVARES - (Para encaminhar) - Sr. Presidente, Senhora e Senhores Deputados.

Eu volto à tribuna novamente para discutir e encaminhar esta matéria mais uma vez, exatamente pela relevância de que a

mesma se reveste.

O Deputado Rafael Greca pretende, através do seu projeto, transferir para os municípios, do total dos recursos atribuídos ao FUNRESTRAN, 50% das receitas das multas arrecadadas por infração das normas de trânsito.

Eu já tive a oportunidade de discorrer aqui de maneira até demorada a respeito desta matéria e inclusive recebi na época um estudo muito bem feito pela equipe técnica do DETRAN, e que, lamentavelmente, quando no dia da análise da votação desta matéria, numa outra sessão, este relatório chegava às minhas mãos naquele exato momento, não me foi possível naquela hora, naquele instante, fazer chegar às mãos de Sua Excelência, uma cópia para que ele tomasse conhecimento, mas no dia seguinte, eu encaminhei ao gabinete do Deputado Greca uma cópia deste relatório, onde o DETRAN do Paraná, mostra em primeiro lugar a sua eficiência, mostra que tem lá técnicos capazes e que pode de maneira, eu diria, rápida demais, sintetizar aqui números e dados de todo o Estado do Paraná, relacionados com a questão das multas por infração de trânsito. Eu entendia que o Deputado Greca ao tomar conhecimento deste documento muito bem elaborado pelo DETRAN, que Sua Excelência se sensibilizaria e chegaria a uma conclusão que é lógica, de que de nada adianta nós votarmos aqui e aprovarmos o seu Projeto, porque ele, na prática, em termos de eficácia vai surtir muito pouco efeito. Vamos imaginar até que se o Governador acolhesse o resultado de aprovação desta matéria, o que é que aconteceria na prática? Segundo a minha maneira de ver, como homem que militou alguns anos no setor de segurança, tanto na Capital quanto no interior do Estado, na prática muito pouco, em decorrência do seu projeto, aconteceria, porque o FUNRESTRAN é uma lei votada por esta Casa e ela tem destinação específica - aliás, todo Fundo tem destinação específica e quando ele foi criado para, através das receitas próprias, inclusive das multas, atender determinados serviços do trânsito, do DETRAN e da Polícia Militar e este relatório mostra, com muita clareza, que o FUNRESTRAN despende 40% dos seus recursos para a manutenção do DETRAN, construção de CIRETRANS, de postos de trânsito, edificações do DETRAN na Capital do Estado, equipamentos, processamentos de dados, porque o DETRAN tem uma despesa real para poder atribuir a multa ao motorista infrator e depois processar essa multa e o DETRAN tem uma despesa razoavelmente expressiva para esse tipo de trabalho. Então, em números absolutos do FUNRESTRAN, do total da receita do FUNRESTRAN, 40% são destinados ao DETRAN do Paraná e os outros 60%, para a

Polícia Militar.

Eu tenho dito aos meus colegas que apesar da priorização da segurança pública por parte do Governador Requião, e isso é uma característica pessoal de Sua Excelência, porque a segurança para mim sempre foi prioritária, infelizmente, é o único Governador que prioriza na prática, mas só que a partir do ano que vem, porque este orçamento de 90 não foi elaborado pela equipe do atual Governo. Então, no ano de 90, por exemplo, deste ano que nós estamos terminando, se esta lei tivesse sido aprovada quando da análise dela pela primeira vez aqui no Plenário, ela teria desmontado o FUNRESTRAN, porque o projeto de Sua Excelência diz que 50% da arrecadação das multas, serão transferidos às respectivas Prefeituras Municipais e naquela oportunidade eu pude mostrar que a rigor, a única Prefeitura, e aí não é nenhum demérito, não há nenhuma posição pessoal em relação a Curitiba, muito pelo contrário, porque como paranaense, eu tenho por Curitiba, acho, que o mesmo amor e a mesma consideração que tem o meu filho, por exemplo, que aqui nasceu, porque foi aqui que eu comecei a minha vida, praticamente foi aqui, onde fiz a Universidade, onde ingressei na Polícia como delegado e onde eu dei os primeiros passos da minha vida como adulto e onde nasceu o meu primeiro filho. Então por Curitiba, eu acho que todos nós temos um carinho, um afeto, um respeito, um amor e uma consideração muito grande.

Mas é que na realidade, o projeto de Sua Excelência beneficia especificamente a Cidade de Curitiba. Por que? Porque ele pega 50% das receitas e determina que elas sejam repassadas aos municípios, só que Curitiba fica com 60% da receita proveniente das multas. Quero também dizer a Sua Excelência e a esta Casa, que eu pessoalmente sou um ardoroso defensor dos serviços municipalizados. Eu acho que o Município é quem melhor presta serviços, indiscutivelmente é o Município, e não é de hoje que eu venho batendo numa tecla, já que eu sou ligado ao setor de segurança e que naquilo que o Estado puder delegar, deve delegar ao Município, que ele realizará muito melhor do que o Estado faz. Mas o caso específico, com todo respeito que tenho pelo Deputado Greca, não ocorrerá absolutamente, o que ocorrerá isso sim, é o desmantelamento de um Fundo que foi votado, amadurecidamente por esta Casa, e que apesar de ele ser importante, mesmo assim ele também não se mostra suficiente para atender a grande demanda de serviços, de benefícios, de melhorias, de carências, de necessidades que o setor da segurança pública, mais especificamente o setor do trânsito que está a exigir em nosso Estado.

Eu poderia me valer aqui desses dados do DETRAN, para melhor fundamentar a minha explanação, mas é um assunto que nós já tratamos de forma exaustiva e creio que seria dispensável maiores considerações, mas eu vou pedir permissão à Casa, para fazer aqui a leitura de um trecho do relatório, que sintetiza quase que tudo isso que acabei de colocar.

(Lê): "Conforme Lei n° 6.264 de 10.01.72 e atos complementares, os recursos arrecadados relativos a multas por infração ao Código Nacional de Trânsito, têm por finalidade reequipar de material permanente o Departamento de Trânsito, Polícia Militar do Estado e os Órgãos de Controle de Tráfego - Capital e Interior, sendo que pelo Decreto n° 7526, dos recursos arrecadados 40% (quarenta por cento) são atribuídos ao Departamento de Trânsito e 60% (sessenta por cento) à Polícia Militar do Paraná.

Recursos estes, que são aplicados: na construção de CIRETRANS, Postos de Trânsito e Quartéis; na aquisição de viaturas policiais e veículos para orientação, fiscalização e atendimento de acidentes; equipamentos diversos como armas, rádios transmissores, coletes, escudos, equipamentos de informática, etc; assim como, mobiliários diversos para equipar Quartéis, CIRETRAN's e Postos de Serviços - Capital e Interior".

Por estas razões, que eu conclamo a esta Casa a rejeitar tanto os Projetos, quanto as Emendas do Deputado Rafael Greca, por ser, no meu entendimento, contrário aos interesses do Estado do Paraná. Muito obrigado.

O SR. RAFAEL GRECA (Para Encaminhar) - Senhor Presidente, Senhores Deputados. O Projeto prevê 50% da arrecadação de multas para as cidades, para todas as cidades, as pequenas, as médias, as grandes, não é portanto um Projeto exclusivo para a cidade de Curitiba. 25% para o DETRAN e 25% para as Polícias Militares, através dos respectivos batalhões BPTRANS.

O FUNRESTRAN foi criado desde janeiro de 72, pelo Governo do Paraná para reequipar os órgãos de controle de tráfego na Capital e no Interior.

O FUNRESTRAN desvirtuou-se, de 72 a 82, ele ainda repassava Deputado Corazza, Senhores Deputados Municipalistas desta Casa - de 72 a 82, ele ainda repassava para as Prefeituras recursos para as obras de sinalização e de segurança de trânsito. Em 1982 isto acabou. O motivo desta Lei não é contrário aos interesses do Paraná. Porque o motivo desta Lei é salvar vidas em todas as cidades que têm trânsito no Paraná.

A Revista Veja, de um mês atrás, mos-

trou os números do horror. Nós somamos esta experiência, muitos de nós amargamos em casa esta experiência. Não era Amaury Lange Silvério o nome do filho do Deputado Erondy, falecido num desastre de trânsito em nossa cidade? Não perdeu o Deputado Anibal Khury um neto em acidente de trânsito nesta cidade?

Pois é. As estatísticas só referem em Curitiba, porque aqui o IPPUC as faz. Nós temos um morto para cada 48 horas. Um morto para cada 192 veículos. Um atropelamento para cada 4 horas. Duas crianças atropeladas por dia. Um acidente a cada 45 minutos. Um ferido para cada 96 carros. Nós temos 457 mil veículos e 1934 atropelamentos de janeiro a dezembro deste ano, que já conta com 750 mortos no trânsito.

O Deputado Tavares, injustamente, abordou o meu Projeto como de interesse exclusivo de Curitiba. Como se aqui só vivessem curitibanos, como se na Capital do Estado não transitassem motoristas e pedestres do interior. Como se a vida dos curitibanos também não fosse de responsabilidade do Deputado Tavares e de todos os Deputados do interior.

O que é um curitibano, Deputado Tavares? É o seu filho, que nasceu aqui? Ou será que é quem morre em Curitiba?

Um dos pontos mais negros do País, em atropelamentos é a porta da rododferroviária, na Avenida Afonso Camargo. Ali morrem pessoas que vêm do interior. Seriam curitibanos os mortos ali gerados? Porque morreram ali, a mala debaixo do braço, chegados com esperanças, vindos do interior?

Sua Excelência disse, e disse errado, que o único beneficiário seria Curitiba, que as cidades do interior não seriam beneficiadas. Retirei o Projeto para estudo mais profundo. Mas, devo agora a Sua Excelência a homenagem dos esclarecimentos. O Tavares não pode incorrer em erro. O relatório afirma que o interior será prejudicado. O que é mais grave do que dizer que só Curitiba será beneficiada.

E, Deputado Elio, o interior será prejudicado. É falso isso. São do próprio relatório os subsídios que eu levei ao Governador para pedir a sanção da Lei. O relatório do DETRAN mostra que em 1990, no ano passado, o DETRAN utilizou apenas 16 milhões e 730 mil cruzeiros para investimentos. Isto, só 8% de toda a arrecadação das multas do Estado do Paraná foi utilizado pelo DETRAN para investimentos nas ditas "Cidades do Interior"!

A conclusão a que se chega é que os municípios, na verdade, não recebem nada em termos de sinalização, de manutenção de sistema viário, de obras de segurança de trânsito e de campanhas de educação no trânsito! Pior ainda: existem municípios, como Curitiba, como Guarapuava, que

constrõem quartéis para ajudar a Polícia Militar, como é o caso do Corpo de Bombeiros construído aqui, em Santa Felicidade.

Em 1990, o DETRAN gastou 82% da sua arrecadação para manter a sua odiosa burocracia! E só 8% ele gastou em investimentos. Ainda é o mesmo DETRAN quem está construindo em Curitiba o "Palácio dos Ossos", com cinco mil metros quadrados no Tarumã, por cento e cinquenta milhões de cruzeiros. O interior não recebe nada. E a burocracia? Ora! A burocracia adora viver em Curitiba.

O mesmo relatório diz que a Capital é beneficiada porque tem 60% das multas e o interior tem 40% das multas. Seriam duzentas e quatro mil multas, em Curitiba, e cento e trinta e sete mil multas, por ano, no interior. Tavares disse que a arrecadação maior virá para Curitiba e que ninguém receberá nada no interior. É vergonha e é mentira! Porque Curitiba tem 60% das multas, mas só tem 30% da frota do Estado, 457.000 veículos contra 1.060.000 veículos do resto do Estado. Isto demonstra que a falta de atuação do DETRAN, no interior, que serve tanto ao discurso do Governo, hoje, é mais gritante ainda do que Curitiba! Eu empresto a minha voz em favor da atuação do DETRAN no interior, Deputado Elio, Deputado Corazza, Senhores Deputados, ditos municipalistas! Curitiba tem uma multa para cada 2,2 veículos, num ano; no interior o percentual cai para uma multa para cada 8 veículos, num ano. Londrina tem uma multa para cada 4,5 veículos; Cascavel, uma multa para cada 5,2 veículos; Ponta Grossa para cada 8,4 veículos; Maringá, uma multa para cada 5 veículos; Foz, uma multa para cada 3,6 veículos; Toledo, uma multa para cada 2,3 veículos. O que demonstra a inépcia do DETRAN, no interior! Não funciona! Não tem funcionado, é obrigação da Assembléia cobrar! É obrigação desta Casa votar favoravelmente a este Projeto de Lei!

Sem falar que o BPTRAN, em 30 anos já teve 800 policiais e agora só tem 390, na Capital. A Polícia Militar recebe arrecadação atual das multas, mas não tem investido em pessoal e equipamento, nem na Capital, nem no interior. O interesse do Paraná é mudar isso, é melhorar isso! O interesse do Paraná é promover, de vez, a municipalização do trânsito!

O argumento do Dr. Tavares, feito na outra discussão de que a perda de recursos pelo DETRAN não cobriria os custos do sistema de multas, de despesas em pessoal, encargos sociais, CELEPAR, Correios, despesas administrativas, é falho, porque o DETRAN não pode sobreviver de receita de multas que são dinheiro oscilante, em função de ocorrência e do próprio contingente, infimo, que é disponível para multar!

O DETRAN tem receitas próprias, provenientes dos exames de motoristas, das taxas dos exames psicotécnicos, das taxas de transferência de veículo, das taxas de expedição de 2.^{as} vias. Não pode o fundo de reequipamento do trânsito deixar de equipar o trânsito e de salvar as vidas para equipar a burocracia.

A partir da municipalização do trânsito, a experiência de São Paulo mostra, a arrecadação vai aumentar! O Estado vai ganhar e cada uma das cidades do interior também. A municipalização em São Paulo, na Capital e no interior, multiplicou a arrecadação por três, e o Quêrcia fez isso, junto com a Prefeita Erundina, do PT, num gesto de inteligência!

Ponta Grossa, onde a Câmara me distinguiu com homenagem pelo Projeto, quando implantou a Zona Azul, aumentou o número de multas de 7.000 para 43.000, num ano! Compensar-se-á qualquer perda possível pela atuação dos municípios! As multas se multiplicarão por três e o Estado vai usufruir deste aumento, ficando com a arrecadação. Em São Paulo foi feito convênio com a Capital, com Campinas, com Bauru, com Sorocaba, com São José do Rio Preto, e a prosperidade faz com que o sistema de circulação, o sistema de sinalização seja maravilhoso. Municipalistas, o trânsito é assunto de interesse local, ninguém mais poderá tomar assento no Bloco Municipalista se votar contrariamente a este Projeto. O município é quem gasta com sinalização, com semáforo, com lombada, com placa, com olho de gato, com pavimentação de ruas, com abertura de ruas; quem investe hoje é o município; quando ocorre um acidente por falta de sinalização ou problema nas vias, o Prefeito acaba acionado na Justiça. Cidades do interior serão beneficiadas por esta lei na proporção do seu trânsito, as de pouca frota receberão poucos recursos de multa, as de frota maior poderão salvar vidas. Onde não ocorre acidentes não carece sinalização, nem policiamento e, por isso não se geram receitas com multas, e essas cidades hoje nada recebem do DETRAN, é o caso por exemplo da pacata Guaraqueçaba, onde só o Capitania dos Portos multa as canoas que passeiam pelos canais que levam ao Superagui. Não haverá perda, a lei vincula os recursos à aplicação no trânsito, isto salvará vidas, não ficará no plano etéreo. Se a lei estivesse em vigor este ano, Curitiba receberia 600 milhões de cruzeiros, Londrina poderia receber até 250, ou 300 milhões de cruzeiros, ela teria condições de receber cinco vezes mais do que hoje se houvesse um monitoramento do trânsito. O DETRAN não está atuando, os BPTRANS não existem, Maringá receberia 175 milhões de cruzeiros, podendo arrecadar até mais. E além do mais, o

Curitiba, terça, em 03.12.91

Governo não explicou o buraco, a disparidade entre o relatório do DETRAN e o relatório da Polícia Militar. Por que o relatório da Polícia diz que em Curitiba houve em noventa, 204.518 multas, ou autos de infração, e o relatório do DETRAN diz que em 1990 ocorreram 344.757 infrações notificadas. Aonde estão as 140.239 notificações que desapareceram em Curitiba? Não nos responderam isso também. Tomara que respondam o sim à vida, o sim aos municípios, votando favoravelmente a esse Projeto.

O SR. ALBINO CORAZZA - Para encaminhar Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Albino Corazza para encaminhar.

O SR. ALBINO CORAZZA - Nós queremos antes da votação desse Projeto, trazer a público a experiência como ex-Prefeito, com a certeza de que a preocupação da Liderança do Governo quanto a diminuição dos recursos do DETRAN, da Secretaria de Segurança, certamente ela não terá motivo porque nós temos certeza, conforme aqui já foi afirmado pelo autor do Projeto, que uma vez os municípios tendo participação em 50% dos valores das multas, nós temos certeza que os municípios, juntamente com os Conselhos Municipais de Segurança terão o máximo interesse em colaborar na fiscalização do trânsito, evitando acidentes e aumentando a receita dos Municípios e proporcionalmente as receitas que o Estado tem hoje.

Nós já afirmamos muita vezes que acreditamos que é através do fortalecimento dos Municípios que nós vamos resolver os problemas do Brasil e recuperar a credibilidade política. Nós, no interior, temos muito pouca fiscalização do trânsito, cidades médias e pequenas praticamente não existe fiscalização e, no momento que os Municípios tiverem essa receita, nós vamos motivar para que os municípios todos, dentro da sua realidade, comecem a fiscalizar o trânsito, tendo receita própria e aumentando a receita do Estado. Por isso, até acredito que seria um teste, para que aprovada esta lei, se possa após alguns meses ter os dados em mãos e se tiver dificuldades ou distorções, ou se a expectativa não corresponder ao que nós acreditamos, se possa até modificar a lei no futuro. Mas acredito que é um apoio e uma solução para diminuir os acidentes de trânsito em todos os municípios do Paraná. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Em votação o Projeto.

O SR. ERNANI PUDELL (Para Encaminhar) -

Apenas registrar a nossa posição. Ouvimos atentamente a argumentação do Deputado José Tavares e também do Deputado Rafael Greca, queremos apenas, talvez fazer um reparo aos argumentos alinhavados pelo Deputado Greca, que nem sempre a quantidade de multas por veículo em Curitiba, ela pode refletir uma maior eficiência da fiscalização. As cidades pequenas, as cidades médias têm pela natureza do seu sistema viário pela baixa densidade de utilização dos veículos, uma tendência natural a terem menos infrações de trânsito.

Eu arriscaria aqui dizer que grande parte das multas aqui em Curitiba devem ser fruto exatamente de estacionamentos irregulares, até porque a cidade possivelmente não tem estacionamento suficiente para o número de veículos. Mas, um argumento forte nós não podemos deixar de ouvir. Quem se dispôr a fazer uma carteira de motorista sem utilizar a intermediação de despachante de trânsito, passando pela burocracia direta do DETRAN, sabe o que é um cidadão sendo desprezado pela burocracia. Eu cito apenas um exemplo: na minha cidade resolvi fazer a carteira sem a intermediação do despachante. No mínimo, 5 a 6 vezes tinha que se ir ao DETRAN, que fica a uns 10 quilômetros do centro da cidade, para, em cada oportunidade, se mandar você de volta para apanhar um novo documento. Quando a função, no meu entendimento, do DETRAN, era já dar uma relação de documentos para facilitar. Mas não, se tinha que pagar uma guia e ir ao centro da cidade pagar essa guia no banco, retornar ao posto para pagar uma nova guia e aí tinha que ir a um determinado local fazer uma nova guia. Há uma série de desrespeitos.

Quando o Deputado Rafael Greca demonstrou que 82% desses recursos estão nas mãos da burocracia, eu acho que é o argumento mais importante. Porque essa burocracia é fundamental que ela fique sem recursos para que ela própria aprenda a abrir mão dessa burocracia excessiva que, no meu entendimento, ela é feita propositalmente para beneficiar os despachantes. Essa questão é fundamental. A burocracia muitas vezes existe para exatamente beneficiar os despachantes para que o cidadão comum, desista de fazer a sua documentação e regularizar - junto ao DETRAN, carteira, emplacamento para ser obrigado praticamente a contratar despachantes engordando o bolso de mais um parasita que à sombra do Estado.

Então nesse sentido nós entendemos que a argumentação é correta. E principalmente isso: a questão da motivação que os municípios terão em fazer essa arrecadação. O DETRAN se tiver dificuldades pode fazer

convênio com os municípios para prestação de serviço, assumindo os municípios parte do serviço de controle de arrecadação, inclusive dessas multas. E, finalizando, dizer o seguinte: que infelizmente as multas se tornaram uma fonte de receita para o Estado que hoje está sendo disputado pelas Prefeituras. Quando, infelizmente, a política que deveríamos adotar nesse Parlamento, é para que não houvesse multas, para que a educação do trânsito fosse realmente eficiente, para que as normas de trânsito fossem respeitadas como são nos países desenvolvidos. Infelizmente o número de multas que hoje se registra em Curitiba, antes de ser uma prova da eficiência e do controle da fiscalização, é muito mais uma prova do desrespeito que a população tem para com os sinais de trânsito, para com as normas de trânsito e que tem acarretado, infelizmente, muitas mortes, vidas que são ceifadas ou invalidadas em nosso Estado. Votaremos portanto, favorável ao Projeto.

Obrigado.

O SR. JOSE AFONSO JÚNIOR (Pela Ordem) -

Senhor Presidente, eu peço a Vossa Excelência que coloque a presença do Deputado José Afonso. Eu vou me abster de votar hoje com o meu Partido, porque eu usava da tribuna e o Líder do meu Partido não estava presente para ouvir o Deputado José Afonso e os outros partidos tiveram que dar o seu horário porque o meu Partido não estava aqui para ceder horário a esse Deputado. Enquanto o meu Líder não explicar as razões dessa sua atitude eu me retiro do Plenário esperando que o Líder, Orlando Pessuti, possa me justificar o motivo desta falta de solidariedade por um companheiro do Partido. Quem sabe a gente dê uma maneira de mostrar que alguns Deputados estão descontentes, como é o caso do Deputado Toti Colaço, que teve que fazer uma reclamação do Secretário de Segurança Pública, porque os Secretários não estão atendendo direito os Senhores Deputados da bancada do Governo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Em votação o projeto, ressalvadas as emendas. Vinte e seis (26) Senhores Deputados rejeitam. Vinte (20) Senhores Deputados aprovam.

Rejeitado o projeto e rejeitadas as emendas.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 373/91, de autoria dos Deputados ERNANI PUDELL e DOUTOR ROSINHA, cria o Fundo Estadual de Moradia Popular e dá outras providências. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C., por unanimidade.

de.

Sobre o referido projeto, requerimento do Deputado Orlando Pessuti. Requer anexação do referido projeto ao Projeto de Lei nº 172/91, de autoria do Deputado José Afonso Júnior, que versa sobre o mesmo assunto, tendo o projeto do Deputado José Afonso Júnior sido apresentado antes do projeto que estamos discutindo.

Os Senhores Deputados que aprovam a anexação conservem-se como estão. Aprovado. O projeto retorna à Comissão de Constituição e Justiça porque há emenda. Emenda do Deputado Neivo Beraldin que será apreciada junto com os dois projetos.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 475/91, de autoria do Deputado DOBRANDINO GUSTAVO DA SILVA, estende a alunos de estabelecimentos particulares de ensino os direitos da Lei nº 7.102, de 15 de janeiro de 1979. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.E.C.E., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 062/91, de autoria dos Deputados JOÃO ARRUDA e ADEMAR TRAIANO, autoriza a realização de plebiscito, na área descrita, para que a população decida sobre a criação do município de Centro Novo. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J. por unanimidade.

Sobre o referido projeto, Emendas Modificativas de Plenário, em nº de 02 (duas), de autoria de vários Senhores Deputados, devidamente apoiadas, nos seguintes termos:

EMENDA MODIFICATIVA Nº 01 DE PLENÁRIO, AO PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 062/91.

Art. 1º - O artigo 1º do Projeto de Resolução sob nº 062/91, de 16.10.91, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º - Fica autorizada etc...confrontações:

Com o Município de Capanema:

Começa no Rio Santo Antônio, na foz do Rio Liso, subindo por este até a foz do Lajeado Bonito e, por este, até o seu cruzamento com a Estrada Municipal a São José do Liso;

Com o Município de Planalto:

Começa no Lajeado Bonito, no seu cruzamento com a Estrada Municipal Capanema-São José do Liso, deste ponto seguindo pela estrada, no sentido de São José do Liso, até encontrar o Rio Liso, por este subindo até encontrar a Foz do Arroio Fernandes;

Com o Município de Pérola do Oeste:

Começa na Foz do Arroio Fernandes, no Rio Liso, e sobe até a sua nascente, próximo

Curitiba, terça, em 03.12.91

ximo à Estrada PR-163 que liga Planalto a Pérola do Oeste até encontrar a nascente do Córrego Vitória, por este descendo até a sua foz, no Lajeado Grande, pelo qual segue até a sua foz, no Rio Santo Antônio;

Com a República Argentina:

Começa na foz do Lajeado Grande, no Rio Santo Antônio, pelo qual segue até a foz do Rio Liso, ponto de partida".

Art. 2º - Esta Emenda Modificativa entra em vigor com a sua aprovação pelo Plenário da Assembléia.

Sala das Sessões, em 28.11.91

(aa) JOÃO ARRUDA

ADEMAR TRAIANO

Apoio: Mário Bezerra, Algaci Túlio, Lourenço Fregonese.

As correções ora propostas fazem-se absolutamente necessárias para a perfeita caracterização e localização dos acidentes geográficos de toda a área em questão.

Existe o RIO LISO que desagua no Rio Santo Antônio, procedente das terras altas de Realeza e Ampere; assim como existe o LAJEADO LISO que nasce próximo à localidade de Esquina Gaúcha-Mun. Pérola do Oeste e desagua no Lajeado Liso - já próximo ao curso principal do Rio Liso.

Assim, o Ponto de Partida deverá ser registrado como NA FOZ DO RIO LISO-NO RIO SANTO ANTONIO. Depois do trajeto a seguir descrito, a linha de confrontação alcança a FOZ DO ARROIO FERNANDES que nasce próximo ao município de Pérola do Oeste, junto à Estrada PR.163 - descendo para desaguar, como descrito, no curso do RIO LISO. Da nascente do Arroio Fernandes, essa linha lindeira segue, rumo oeste - por trajeto reto e seco, até alcançar a nascente do Córrego Vitória que nasce em oposição ao Arroio Fernandes, do outro lado da PR-163, descendo pelo curso do Córrego Vitória até a sua foz, no LAJEADO GRANDE que nasce em terras do município de Pranchita e desce em busca do curso maior do RIO SANTO ANTONIO, divisa molhada natural e internacional com a República Argentina.

Verifica-se que houve razão na observação feita em Plenário a respeito do memorial descritivo do novo Município que parecia incompleto.

Com a adição do CURSO DO ARROIO FERNANDES, que desagua no RIO LISO e representa linha molhada demarcatória nesse memorial, corrige-se aquela defecção, completa-se o perímetro e assegura-se ao futuro município de CENTRO NOVO uma demarcação perfeita, com o reconhecimento de todos os seus acidentes geográficos notáveis.

EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO DE Nº 02
O artigo 1º do Projeto de Resolução nº

062/91 passa a vigor com a seguinte redação:

Art. 1º - "Fica autorizada a realização de plebiscito, na área adiante descrita, para que a população decida sobre a criação do Município de CENTRO NOVO, com sede na localidade do mesmo nome, desmembrando-o dos Municípios de Planalto e Pérola do Oeste, com os seguintes limites, divisas e confrontações:

Com o Município de Capanema:

Começa no Rio Santo Antônio na foz do Lajeado Liso, sobe por este até a foz do Lajeado Bonito e, por este, até o seu cruzamento com a Estrada Municipal a São José do Liso;

Com o Município de Planalto:

Começa no Lajeado Bonito no seu cruzamento com a Estrada Municipal Capanema a São José do Liso, deste ponto segue pela estrada no sentido São José do Liso, até encontrar o Lajeado Liso e segue pelo mesmo rumo à sua nascente até encontrar a Estrada Municipal que liga Planalto a Pérola do Oeste;

Com o Município de Pérola do Oeste:

Do cruzamento da Estrada Municipal que liga Planalto a Pérola do Oeste, com o Lajeado Liso, segue em linha reta e seca até encontrar a nascente do Córrego Vitória, descendo por este até sua foz com o Rio Lajeado Grande, deste ponto segue pelo Lajeado Grande até sua foz com o Rio Santo Antônio;

Com a República Argentina:

Começa na foz do Lajeado Grande no Rio Santo Antônio e desce por este até a foz do Lajeado Liso, ponto de partida".

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 03.12.91

(a) ORLANDO PESSUTI

Apoio: Nelson Garcia, José Tavares, Toti Colaço, Durval Amaral.

JUSTIFICATIVA:

A presente Emenda visa melhor delimitar as divisas da área a ser emancipada.

O Projeto retorna à Comissão.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 089/91, de autoria do Deputado ALGACI TOLLIO, dispõe sobre a obrigatoriedade do registro de bens e valores próprios ao patrimônio dos que assumirem cargo ou função de direção e assessoramento superior ou participarem de comissão de licitação na administração direta, indireta ou fundacional, no Estado do Paraná, conforme específica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., e C.F.. Com EMENDA da COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO, por unanimidade. Em REGIME DE URGÊNCIA. (Publ. no D.A. nº 24, de 21.03.91).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 89/91

RELATOR: DEPUTADO PLAUTO MIRO GUIMARÃES

PARECER:

O presente Projeto de Lei vem a regulamentar o artigo 32 da Constituição Estadual, tendo por finalidade a obediência aos princípios, principalmente, da moralidade e publicidade, na administração pública estadual.

Diante da relevância do referido artigo e da urgência de sua regulamentação, é favorável o parecer deste Deputado.

Sala das Sessões, em 09.04.91.

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

PLAUTO MIRO GUIMARÃES

Relator

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO

PROJETO DE LEI Nº 89/91

RELATOR: DEPUTADO NEIVO BERALDIN

PARECER:

Considerando:

- que o controle das variações do registro dos bens e valores próprios do patrimônio dos que assumirem cargo ou função no Estado deverá exigir espaço físico e estrutura administrativa, que conte inclusive com técnicos;

- que as comissões permanentes não têm essa estrutura prevista;

- que o artigo 2º do Projeto de Lei ao exigir os registros determina que esta responsabilidade será da Comissão Permanente de Fiscalização. Exigindo portanto um trabalho burocrático e conseqüentemente a referida estrutura acima citada;

- que este tipo de registro e acompanhamento deve ser próprio do Tribunal de Contas do Estado.

Somos de PARECER FAVORÁVEL ao referido projeto, desde que a aprovação por esta Comissão seja condicionada a alteração do seu artigo 2º para que a guarda seja mantida somente no Tribunal de Contas do Estado, evitando duplicidade de arquivamentos e de estrutura, e motivo de emenda deste Deputado a este Projeto de Lei.

Sala das Sessões, em 15.08.91.

(aa) DUILIO GENARI

Presidente

NEIVO BERALDIN

Relator

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO

EMENDA AO PROJETO DE LEI Nº 089/91

Modifique-se o artigo 2º, do Projeto de Lei nº 89/91 para o seguinte teor:

"Art. 2º - O registro de que trata o artigo anterior terá caráter reservado e será mantido sob guarda do Tribunal de Contas do Estado, devendo ser atualizado pelo declarante sempre que houver variação

patrimonial durante o exercício e ao concluir seu mandato.

§ 1º - No que se refere ao registro de bens do Governador e dos Secretários de Estado, observar-se-á o previsto neste artigo.

§ 2º - O Tribunal de Contas do Estado remeterá mensalmente ou imediatamente quando solicitado, relatório reservado à Comissão de Fiscalização, quanto a situação das análises dos registros de bens".

Sala das Sessões, em 14.08.91.

(a) NEIVO BERALDIN

Apoio: Duílio Genari.

JUSTIFICATIVA:

A alteração proposta evita que se crie uma estrutura técnico-administrativa junto a Comissão de Fiscalização da Assembleia Legislativa e repasse ao Tribunal de Contas esta obrigação.

Considerando que análise das declarações daqueles que assumirem funções e cargos no Estado exigirá um trabalho burocrático sistemático e a possível emissão de pareceres e declarações somos de opinião que o Tribunal de Contas apresenta-se como o órgão mais capacitado para tal missão.

Outrossim, a Comissão de Fiscalização, por esta modificação proposta, receberá mensalmente relatório de avaliação destas declarações de bens.

Além do que, permitirá, a qualquer tempo, que a Comissão solicite informação individualmente em função de qualquer ocorrência.

Pelo mérito da matéria e pela necessária organização que deverá dar suporte a este trabalho de fiscalização é que apresentamos esta emenda e solicitamos o apoio aos nobres Parlamentares. Aprovado. Ressalvadas as Emendas que serão apreciadas em 2ª Discussão.

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 099/91, de autoria do Deputado Elio Lino Rusch e outros, dispõe sobre crédito agrícola, critério de pagamento e dá outras providências. Com Pareceres Favoráveis da C.C.J. e C.F. COM EMENDA DA C.F., por unanimidade. Aprovado. (Publ. no DA. nº 25, de 01.04.91).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
EMENDA AO PROJETO DE LEI Nº 99/91

PARECER:

Em analisando a proposição e emenda supra, de autoria do nobre Deputado Elio Lino Rusch, sob os critérios legais, constitucionais e regimentais, nenhum óbice encontramos, que pudesse inviabilizar a mesma.

Pelo que nosso Parecer é Favorável a normal tramitação com a apreciação soberana do Egrégio Plenário.

E o parecer favorável.

Sala das Sessões, em 12.09.91.

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

JOSE AFONSO JÚNIOR

Relator.

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI Nº 99/91

PARECER:

O Plano de Lei em tela, de autoria do nobre Deputado Elio Lino Rusch, objetiva autorizar o Poder Executivo, através do BANESTADO, a conceder crédito agrícola para pagamento em produtos.

A iniciativa, coerente, protegerá o agricultor paranaense dos descamisados da política financeira, contra o que até hoje não tem meios de proteger-se.

Com a retificação proposta na Emenda apresentada, o Projeto está apto a merecer o integral acolhimento desta Comissão.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 25.09.91.

(aa) DURVAL AMARAL

Presidente

RENATO ADUR

Relator.

EMENDA CORRETIVA MODIFICADA
AO PROJETO DE LEI Nº 99/91

PARECER:

Art. 1º - Fica autorizado o Poder Executivo, através do Banco do Estado do Paraná, a conceder créditos para financiamento agrícola, o qual será pago pelo contraente/financiado, em produtos agrícolas.

Parágrafo Único - Os créditos agrícolas já contraídos à critério do agente Financeiro, também poderão ser convertidos da mesma modalidade.

Art. 2º - A presente lei será regulamentada por decreto de autoria do Poder Executivo.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 02.09.91.

(a) ELIO RUSCH

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei Complementar nº 161/91, de autoria do Deputado Plauto Miró Gimaes, e Deputada Emília Belinati, regulamenta o Art. 235 da Constituição do Estado do Paraná, que assegura aos Servidores Públicos do Estado do Paraná, a percepção do benefício do Vale-Transporte, conforme especifica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C. (a C.C.J. e C.O.P.T.C. deram Pareceres favoráveis ao Projeto quando foram levantadas dúvidas com referência a Lei nº 9.490, de 21 de dezembro de 1990).

Com EMENDA da C.C.J.. EM REGIME DE URGÊNCIA. (Publ. no DA. n° 45, de 30.04.91).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 161/91

PARECER:

De autoria do nobre Deputado Plauto Miró Guimarães, o Projeto de Lei n° 161/91, tem como escopo a regulamentação do artigo 235, da Constituição do Estado do Paraná, que assegura aos Servidores Públicos do Estado, a percepção do VALE-TRANSPORTE.

Verifica-se, quanto ao mérito, que a iniciativa é bastante oportuna, pois torna exequível a percepção pelos servidores públicos de benefício que lhes é assegurado pela carta Magna Estadual, que exige lei regulamentadora para sua aplicação.

Não há qualquer vício que possa comprometer a juridicidade ou constitucionalidade do projeto, proposto que foi em obediência às normas vigentes.

Nestas condições, somos pela aprovação.

Sala das Comissões, em 29.05.91.

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

JOÃO IENSEN

Relator.

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI N° 161/91

PARECER:

AUTORES: PLAUTO MIRO GUIMARÃES

EMÍLIA BELINATI

SOMULA: Regulamenta o art. 235, da Constituição do Estado do Paraná, a percepção do benefício do VALE-TRANSPORTE, conforme específica.

Pronunciaram-se FAVORAVELMENTE sobre o Plano de Lei em tela, as Comissões de Constituição e Justiça, e a de Obras Públicas, Transportes e Comunicações.

DISCIPLINA DA MATÉRIA

Para honra nossa, o VALE-TRANSPORTE é idealização do paranaense Affonso Camargo Neto, tomando a Lei n° 7418/85.

Houve alterações posteriores. Limitou os benefícios apenas para os servidores públicos federais e para todos os trabalhadores do País.

A nossa Carta Estadual, entretanto, assegurou aos servidores públicos estaduais, na forma da Lei, a percepção do benefício do VALE-TRANSPORTE, (art. 235).

Impunha-se, pois, a sua regulamentação.

A matéria envolve - não há negar - elevado alcance social e vem ao encontro

das elevadas funções desta Casa de Leis.

Ao tempo em que nos congratulamos com os autores do presente projeto de Lei pela feliz iniciativa, louvamos a visão de prospectiva que deve nortear os legisladores na afã de não obstar a previsão e planejamento governamentais, tanto, posterga, a sua vigência, para primeiro de janeiro de 1992.

Pela apreciação em Plenário.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 22.08.91.

(aa) DURVAL AMARAL

Presidente

ALCEU SWAROWSKI

Relator.

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,
TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES
PROJETO DE LEI N° 161/91

PARECER:

O presente Projeto de Lei, de autoria do nobre Deputado Plauto Miró Guimarães, visa assegurar aos Servidores Públicos do Estado do Paraná, a percepção do benefício do Vale-Transporte.

A Douta Comissão de Constituição e Justiça em relação ao aspecto legal e constitucional deu parecer Favorável.

Esta Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicações, chamada a opinar sobre o que lhe compete, de conformidade com o artigo 53, do Regimento Interno, conclui igualmente pelo Parecer Favorável.

Sala das Comissões, em 13.08.91.

(aa) CEZAR SILVESTRI

Presidente

TOTI COLAÇO

Relator.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 161/91
MATÉRIA CONTROVERSA

PARECER:

SOMULA: Regulamenta o artigo 235 da Constituição do Estado do Paraná, que assegura aos Servidores Públicos do Estado a percepção do benefício do VALE-TRANSPORTE.

O projeto de lei acima sumulado, de autoria conjunta dos ilustres Deputados Plauto Miró Guimarães Filho e Emília Belinati, foi encaminhado à Mesa Executiva em data de 30 de abril de 1991, onde foi protocolado sob n° 4065.

Em sua tramitação regimental obteve pareceres favoráveis e unânimes desta Comissão, da Comissão de Finanças e da Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicações.

Incluído na Ordem do Dia da Sessão Or-

dinária do dia 29 de agosto, próximo passado, o ilustre Deputado Orlando Pessuti, em encaminhamento de discussão, propugnou pela sua rejeição, argumentando a preexistência da Lei 9490, de 21 de dezembro de 1990, que já instituiu o chamado "vale-transporte" no âmbito da administração direta e indireta do Estado do Paraná.

Estabelecida a controvérsia, o digníssimo Presidente da Casa houve por bem em determinar o seu retorno a esta Comissão, para que a dúvida levantada seja definitivamente dirimida.

Sob análise, verifica-se, indubitavelmente, que a Lei 9490 e o projeto de lei em estudo tratam de um mesmo assunto que é a instituição do vale transporte em benefício do funcionalismo público estadual.

Entretanto, a Lei 9490, em vigor desde 21 de dezembro de 1990, permanece como "letra morta" por falta de regulamentação, já que o Poder Executivo, apesar do tempo decorrido, ainda não baixou o ato que deveria regulamentá-la descumprindo a determinação contida no art. 7º que lhe conferia o prazo de sessenta (60) dias para tal providência.

Acrescente-se, por oportuno, que a mencionada lei não foi editada com o fim de regulamentar o art. 235 da Constituição Estadual, mas sim e apenas para instituir o vale-transporte.

Enquanto isso, Senhores Deputados, o projeto que ora retorna a esta Comissão, se transformado em lei, instituirá e, ao mesmo tempo, regulamentará o dispositivo constitucional, tornando-o auto aplicável a partir da data em que a lei entrar em vigor.

Em última análise nos parece que a regulamentação do vale transporte, prevista constitucionalmente, é o objetivo comum de todos os Senhores Parlamentares, inclusive, afirmamos, daquele que suscitou a dúvida - o ilustre Deputado Orlando Pessuti, segundo se depreende de suas próprias palavras, proferidas em Plenário e fielmente reproduzidas no Diário da Assembléia nº 106, do dia 29.08.91, página 18.

Ante tal constatação, nos parece que a coerência e a lógica apontam para a solução mais rápida e racional que é a APROVAÇÃO do Projeto e a comitante REVOGAÇÃO da lei.

Dentro dessa linha de raciocínio propomos a esta Comissão a inserção no projeto da seguinte emenda modificativa ao seu artigo 11º.

EMENDA MODIFICATIVA

O Artigo 11º do Projeto de Lei nº 161/91, passará a ter a seguinte redação:

"Art. 11º - Revogada expressamente a Lei 9490, de 21 de dezembro de 1990,

e demais disposições em contrário, esta lei entrará em vigor em 1º de janeiro de 1992.

Uma vez aprovada a emenda que ora apresentamos, nos parece que a questão suscitada pelo nobre Deputado Orlando Pessuti, estará definitivamente resolvida, não havendo outros óbices de ordem legal que impeçam o Plenário de apreciar e decidir sobre a relevante matéria que trata o presente projeto de lei.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 12.09.91.

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

RAFAEL GRECA DE MACEDO

Relator.

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Senhor Deputado Rafael Greca de Macedo, constante do expediente, solicitando votação nominal para o Projeto de Lei nº 161/91. Aprovado.

Para aprovação do referido projeto serão necessários 28 votos favoráveis.

O SR. PLAUTO MIRO GUIMARÃES - Para encaminhar.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Concedo a palavra ao Senhor Deputado Plauto Miró Guimarães.

O SR. PLAUTO MIRO GUIMARÃES - Quero fazer um esclarecimento, Senhor Presidente, Senhora Deputada, Senhores Deputados, a todos os companheiros do Legislativo sobre este Projeto.

Estamos regulamentando um artigo da Constituição Estadual, o Artigo 235 que dá direito ao funcionalismo público da administração direta e indireta ao benefício do vale transporte.

Este benefício o funcionalismo público federal já tem e várias Prefeituras de nosso Estado e do Brasil também.

Então peço aos meus companheiros de partido e aos companheiros da Assembléia Legislativa que aprovemos esse Projeto de Lei que regulamenta o artigo da Constituição Estadual, porque aqui mesmo tem vários Deputados que elaboraram essa Constituição e agora nós precisamos regulamentar esse artigo. Então peço a todos que aprovemos esse Projeto de Lei.

O SR. ORLANDO PESSUTI - (Para Encaminhar), Senhor Presidente nós, embora, até na justificativa do Deputado Colombino Grassano ele argumenta sobre as questões por nós levantadas na outra Sessão Plenária, em que se votou esse Projeto ou pelo menos que se pretendia votar esse Projeto, nós queremos informar a este Plenário, que não pode a Assembléia Legislativa votar uma

nova Lei instituindo o vale transporte no âmbito estadual, haja vista que já existe a Lei 9490, publicada no Diário Oficial 3.415, do dia 21 de Dezembro de 1990, portanto uma Lei sancionada pelo ex-governador Alvaro Dias que institui o vale transporte no âmbito da administração direta e indireta do Estado do Paraná não podendo, portanto, uma nova Lei ser votada nesta Casa com a mesma finalidade, sob pena de a mesma ser incontinentemente vetada pelo Senhor Governador, dado que o assunto já está devidamente regulamentado, ou melhor dizendo, apreciado por esse Poder Legislativo.

Se ainda não foi devidamente regulamentado como estabelece o Artigo 7º da presente Lei, que estabelecia a regulamentação no prazo de sessenta dias, por parte do Poder Executivo, nós temos outras formas legais e jurídicas para exigir isso do Governo.

Agora, não poderemos nós os Parlamentares desconhecer principalmente, aqueles que estavam com assento nesta Casa em dezembro do ano passado, quando a matéria foi votada, alegar que desconhecem o assunto e votada uma matéria de igual teor a que já votamos na vez passada. Por esta razão, nós votaremos contrário ao Projeto de Lei Complementar da lavra do Deputado Plauto Miró Guimarães e da Deputada Emília Belinati.

O SR. COLOMBINO GRASSANO (Para encaminhar)

- Sr. Presidente, Srs. Deputados eu ouvi o Deputado Pessuti, o argumento de Sua Excelência vai fazer com que esta Casa vote contra a Mensagem Governamental que estabelece o Conselho da Criança e do Adolescente, porque esta Casa Legislativa aprovou a regulamentação do artigo 216 da Constituição Estadual, Projeto da Deputada Emília Belinati, essa Casa aprovou, o Sr. Governador vetou, a Presidência promulgou e o Senhor Governador do Estado em cima da Lei votada por esta Casa enviou mensagem governamental, que está sendo objeto de apreciação por parte da Comissão de Constituição e Justiça. Nesse caso eu pergunto a Sua Excelência, o mesmo critério que Vossa Excelência levanta hoje para ser apreciado será adotado quando da apreciação da Mensagem Governamental?

Era a pergunta que eu tinha que fazer ao Senhor, ao Sr. Líder do PMDB.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Sr. Presidente, eu entendo até que esta deveria ser a postura da Assembléia Legislativa com relação aos dois assuntos. Vossa Excelência é testemunha, a Deputada Emília Belinati também o é, como também, e, principalmente, o Deputado Anibal Khury que o Governador mandou uma proposta, uma mensagem a

esta Casa instituindo o Conselho Estadual da Criança e do Adolescente e lá num dos artigos finais ele revogava a Lei a que Vossa Excelência faz menção. Por solicitação da Deputada Emília, de Vossa Excelência e por recomendação do Deputado Anibal Khury o Governo do Estado remeteu um nova mensagem à Assembléia, corrigindo aquilo que Vossa Excelência, a Deputada Emília Belinati entendiam como incorreto. O Governador mandou uma mensagem corrigindo a Lei existente, que é a Lei que foi votada, derrubado o Veto e promulgado. O Governador está modificando uma lei que existe. O Projeto do Deputado Plauto Miró Guimarães e da Deputada Emília Belinati não diz que está modificando o texto daquela lei, parte daquela lei, ele está instituindo uma nova lei. Então, Vossa Excelência está fazendo confusão. Porque aquilo que Vossa Excelência condenou no passado, nós estamos agora procurando seguir. Então, deveria o Deputado Plauto Miró e a Deputada Emília, ao apresentar o projeto, tomar o cuidado de dizer-ficar o artigo 1º da lei 9490 com a seguinte redação - porque é isto que está proposto na segunda mensagem do Governador, que corrige o conselho em questão.

Vossa Excelência é que está informando mal ao Plenário, porque Vossa Excelência e a Deputada Emília exigiram que a mensagem do Governador fosse modificada em termos de que ela propiciaria modificações na lei, que havia sido promulgada pelo Deputado Anibal Khury e não aceitaram que aquela lei fosse revogada, como nós não aceitamos agora, que essa lei fique também revogada como era o interesse de Vossa Excelência no caso do conselho da criança.

Então, quem está modificando as coisas, dando informação incorreta ao Plenário é Vossa Excelência.

O SR. COLOMBINO GRASSANO - Absolutamente!

Vossa Excelência quer modificar as coisas do seu interesse, quer usar o direito da força e não a força do direito nesta Casa e nós estamos aqui para manter a força do direito.

O SR. RAFAEL GRECA - Para encaminhar, Sr. Presidente.

(Assentimento)

Sr. Presidente e Srs. Deputados, como no caso da votação anterior, é uma pena que a Bancada do Governo gaste as suas energias para obter sucessivas vitórias de Pirro dentro deste Plenário, Pirro foi aquele rei que ganhou mas não levou...

O SR. JOSE TAVARES - General.

O SR. RAFAEL GRECA - ...Rei-General porque os reis gregos usavam arma, Deputado

Tavares. O detalhe é que o Sr. Deputado Orlando Pessuti estabeleceu uma controvérsia no dia 29 de agosto passado, argumentando a pré-existência da lei 9.490 de 21 de dezembro de 90, que já teria instituído o chamado vale-transporte no âmbito da administração direta e indireta do Estado. Teria instituído, mas, como a lei ainda não foi regulamentada, o Governo não tem pago o vale-transporte no âmbito da administração direta e indireta do Estado, ela permanece letra morta, esta lei, por falta de regulamentação já que o Poder Executivo, apesar do tempo decorrido, ainda não baixou o ato que deveria regulamentá-la, decumprindo a determinação contida no artigo 7º, que lhe conferia o prazo de 60 dias para a referida regulamentação. Acrescente-se por oportuno, que a mencionada lei não foi editada com o fim de regulamentar o artigo 235 da Constituição Estadual, mas, sim, é apenas, para instituir o vale-transporte.

Enquanto isso, Senhores Deputados, o projeto que ora retorna a este Plenário, se transformado em lei, instituirá o vale-transporte e, ao mesmo tempo, regulamentará o dispositivo constitucional, tornando-o auto-aplicável a partir da data em que a lei entrar em vigor e, se a minha emenda prevalecer, a partir da data de 1º de janeiro de 1992.

Parece-me que o Governador com tanta autoridade para falar de maus patrões, de pessoas que lesam os interesses do Estado devia depressa, cumprir a Constituição, pagando o vale-transporte aos seus funcionários.

Não adianta nada, Deputado Orlando Pessuti, embasado em sólida maioria, que pouco-a-pouco também se vai desmontar, Vossa Excelência ganhar neste Plenário o trocado da viúva, do contínuo, do cobrador, da taquígrafa, do funcionário do DER, de todos aqueles que estão sendo lesados pelo Governo do Paraná, no seu direito líquido e certo e constitucional, inclusive direito trabalhista.

Rei ou general, o Pirro seria mais inteligente; preferiria perder essa. Viva a Deputada Emília! Viva o Deputado Plauto pela oportuna matéria que trazem à votação deste Plenário. Nós vamos aqui tentando defender a vida e contribuir com o Governo. Por esta prática de poder maniqueísta nem sempre temos sucesso, mas quantas vezes a nossa derrota aqui se transforma em vitória depois. Vale lembrar que o mesmo Governo que esvaziou a Praça do Centro Cívico a galope em 1988, perdeu a eleição municipal daquele ano e as bombas que explodiram nessa praça repercutiram também nas urnas de todo o Paraná.

O SR. PAULO MAIA (Para encaminhar) - Sr.

Presidente, Srs. Deputados.

Eu quero sempre me ater aos respectivos pareceres das duntas comissões da Casa, que em momento algum, põem qualquer óbice à aprovação de projetos na Casa.

Eu vejo aqui o parecer da CCJ assinado e volto a frisar, o que temos dito em outras oportunidades, não só por membros que compõem essa comissão, mas por membros que compõem outras comissões, assinarem favorável, são favoráveis nas comissões e em plenário, quando se tem que dizer do voto em público, vota-se contra. Vota-se contra, não sabemos o porquê. Se pelo receio de assumir uma responsabilidade, que se exige que as empresas privadas cumpram, que se exige que muitas Prefeituras cumpram, mas quando é para o Estado do Paraná assumir e cumprir, aí se cria uma série de empecilhos. Esta questão que trata do vale transporte, representa nada mais, nada menos, do que a amenização da vida sofrida, da vida desgastante pela qual passa os servidores públicos do Estado do Paraná. Ganhando uma miséria como têm ganho nos últimos Governos, sendo desrespeitados nas suas questões salariais como vêm sendo desrespeitados freqüentemente e este vale transporte amenizaria o problema desses trabalhadores. Representaria um gasto menor, na miséria que já ganham e eu tenho certeza, quando aqui se frisava e muito bem, nós víamos essa emenda modificativa levantando esta questão, do que prevê uma lei aprovada nesta Casa, a lei 9.490, mas em hipótese alguma regulamentada.

Por quê? Porque não era o interesse do Estado do Paraná, mas sim o interesse dos seus trabalhadores e neste momento nós temos certeza que não devemos perder esta votação em plenário, porque a maioria dos Deputados desta Casa tem compromisso com a classe trabalhadora, com os servidores públicos do Estado do Paraná.

Porque contam uma história quando vão às bases, contam uma história de defesa dos interesses desses trabalhadores e nós queremos ver agora concretizado em matéria semelhante, votando nesta Casa para que de fato se garanta o direito desses trabalhadores, mesmo que o Governador do Paraná vete tal iniciativa.

Eu parabeno a iniciativa dos nobres Deputados Plauto Guimarães e Emília Belinati, porque nada mais é essa iniciativa do que o reconhecimento mínimo do direito que esses trabalhadores têm.

Aprovou-se nesta Casa, aprovou-se na Constituição do Estado do Paraná, quando questionamos a questão de artigos da Constituição, que não são cumpridos quando atendem aos interesses dos servidores públicos, somos criticados. Agora quais são os interesses dos servidores públicos que serão respeitados nesta Casa? Jamais a

Constituição tem força, quando se trata de um direito do servidor público e nós vemos a veemência da citação da Constituição, quando é para se defender única e exclusivamente interesses de grupos, interesses do Governo do Paraná. Por isso nós temos certeza de que quem tem compromisso, que respeita essa iniciativa, a nível de iniciativa privada, há de respeitá-la também votando com a aprovação de tal medida do vale transporte aos trabalhadores do serviço público do Paraná que representam nada mais, nada menos, do que um direito que temos certeza que não há de acontecer o que aconteceu, com a aprovação de uma lei que em hipótese alguma o Governo do Paraná jamais teve intenção de regulamentá-la. Por isso acredito que a maioria desta Casa, maciçamente, esmagadoramente há de aprovar a brilhante iniciativa dos nobres Deputados nesta Casa que têm com certeza o compromisso com os trabalhadores do serviço público, e temos certeza estarão recebendo o reconhecimento dos servidores públicos do Paraná, em seus gabinetes, nas regiões do Paraná por onde andarem e do povo do Paraná, com certeza, por quê? Porque amenizaram uma crise a mais na vida desses trabalhadores que é o direito da concessão do vale transporte. Muito obrigado.

O SR. EMÍLIA BELINATI (Para encaminhar) -

Eu gostaria de esclarecer à Bancada governista que como o Rafael Greca de Macedo já falou, este projeto visa a regulamentação de um artigo que ainda não foi regulamentado. Portanto, nós não estaríamos de forma alguma querendo nos sobrepor a leis já existentes. Eu gostaria, inclusive, de ler o Parecer do Deputado Swarowski sobre o projeto de Lei e ele diz: (Lê) "DISCIPLINA DA MATÉRIA

Para honra nossa, o vale-transporte é idealização do paranaense Affonso Camargo Neto, tomando a Lei n. 7418/85. Houve alterações posteriores. Limitou os benefícios apenas para os servidores públicos federais e para todos os trabalhadores do país.

A nossa Carta estadual, entretanto, assegurou aos servidores públicos estaduais, na forma da Lei, a percepção do benefício do vale-transporte, (artigo 235).

Impunha-se, pois, a sua regulamentação.

A matéria envolve - não há como negar - elevado alcance social e vem ao encontro das elevadas funções desta Casa de Leis.

Ao tempo em que nos congratulamos com os autores do presente projeto de Lei pela feliz iniciativa, louvamos a visão de prospectiva que deve nortear os Legisladores no afã de não obstar a previsão e planejamento governamentais: tanto, posterga,

a sua vigência, para primeiro de janeiro de 1992.

Portanto, eu faço um apelo à Bancada do PST, à Bancada do Governo do Estado, para que regulamentemos este artigo, para que o funcionário público estadual possa ver cumprido um direito que a Constituição Estadual lhe garante.

Obrigada.

O SR. NELSON JUSTUS - (Para encaminhar) -

Depois de ouvir o brilhante parecer do Deputado Alceu Swarowski eu gostaria também de me somar a ele e ler também o não menos brilhante Parecer do Deputado Toti Colaço, Relator da Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicações. (Lê):

"COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,
TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES
PROJETO DE LEI Nº 161/91

P A R E C E R:

O presente Projeto de Lei, de autoria do nobre Deputado Plauto Miró Guimarães, visa assegurar aos Servidores Públicos do Estado do Paraná, a percepção do benefício do Vale-Transporte.

A Douta Comissão de Constituição e Justiça em relação ao aspecto legal e constitucional deu Parecer Favorável.

Esta Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicações, chamada a opinar sobre o que lhe compete, de conformidade com o artigo 53 do Regimento Interno, conclui igualmente pelo Parecer Favorável.

Sala das Comissões, em 13.08.91.

(aa) CEZAR SILVESTRI

Presidente

TOTI COLAÇO

Relator"

Erã isto, Senhor Presidente.

Obrigado.

O SR. ERNANI PUDELL - (Pela Ordem) Só lembrar, Senhor Presidente, que a coerência é a maior virtude que o político deve ter.

O SR. RAFAEL GRECA - Eu requeiro votação nominal do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Se Vossa Excelência encaminhar por escrito.

O SR. RAFAEL GRECA - Na sequência, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - O Senhor Rafael Greca requer votação nominal para o projeto n. 161/91.

Senhores Deputados que aprovam o Requerimento do Deputado Rafael Greca conservem-se como estão.

(Pausa)

O SR. RAFAEL GRECA - Tem medo de votar nominalmente uma matéria tão boa.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - 22 Senhores Deputados rejeitam.

O SR. ERNANI PUDELL - (Pela Ordem) Senhor Presidente, e o nosso painel?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - O painel está sendo estudado tranquilamente, mas vai funcionar.

Os Deputados que aprovam queiram levantar-se. 23 Senhores Deputados aprovam o requerimento de votação nominal. A Mesa altera: trata-se de Projeto de Lei Complementar, exigindo 28 votos para a sua aprovação. Os Senhores Deputados que aprovam o Projeto dirão SIM e os que rejeitam o Projeto dirão NÃO. O Sr. 1º Secretário procederá a chamada nominal dos Senhores Deputados para a votação nominal.

O SR. 1º SECRETÁRIO - (João Arruda) - (Procede à chamada dos Senhores Deputados para votação nominal).

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Dezoito "NÃO".

Vinte e sete "SIM".

Vinte e sete Senhores Deputados aprovam, dezoito não.

Rejeitado o Projeto.

O SR. ALGACI TOLIO - Rasgamos a página 114 da Constituição, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - 1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 181/91, de autoria do Deputado FLORISVALDO FIER e OUTROS, o qual fixa normas para criação de Conselhos Escolares nos termos do artigo 178, inciso VII da Constituição Estadual. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.E.C.E.. SUBSTITUTIVO GERAL DA C.E.C.E., por unanimidade. Aprovado. (Public. no D.A. n° 53 de 15.05.91).

COMISSÃO CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROPOSIÇÃO N° 181/91

P A R E C E R:

Em analisando o Projeto de Lei n. 181/91, de autoria do nobre Deputado Florisvaldo Fier, que fixa normas para criação de Conselhos Escolares nos termos do artigo 178, inciso VII da Constituição Estadual, sob os aspectos legais, constitucionais e regimentais, concluímos, com a ressalva de que a nominação adequada seria lei complementar, uma vez que visa regular preceito Constituição, que seja o mesmo encaminhado a plenário, uma vez que óbices maiores não encontramos que pudessem impedir sua tramitação.

É o parecer favorável.

Sala das Comissões, em 28.05.91.

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

JOSÉ AFONSO JÚNIOR

Relator

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

PROJETO DE LEI N° 181/91

P A R E C E R:

O Plano de lei em tela, de iniciativa do nobre Deputado Florisvaldo Fier, objetiva fixar normas para a criação de Conselhos Escolares, nos termos do art. 178, inc. VII, da Constituição Estadual.

Como enseja o teor da informação da Secretaria de Estado da Educação, que integra o acervo documental da Proposição subexame, o Projeto não apresenta condições de ser acolhido, porquanto o grau de omissões e o sentido da inteligência que despreende não atendem o objetivo que se deve colimar com tão importante peça legal.

Isto posto, somos pelo acolhimento da Proposição, na forma do Substitutivo Geral, anexo, procedente da transcrição da Resolução Secretarial n. 2.000/91, Capítulo III.

Sala das Comissões, em 07.10.91.

(aa) ALCEU SWAROWSKI

Presidente

RENATO ADUR

Relator

EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL AO

PROJETO DE LEI N° 181/91

Art. Único - O Projeto de Lei n. 181/91, passa a vigor com a seguinte redação:

"Art. 1º - O Conselho Escolar é um órgão colegiado de natureza consultiva, deliberativa e fiscal, com o objetivo de estabelecer, para o âmbito da escola, critérios relativos à sua ação, organização, funcionamento e relacionamento com a comunidade, nos limites da legislação em vigor e compatíveis com as diretrizes e política educacional traçadas pela Secretaria de Estado da Educação.

Art. 2º - O Conselho Escolar tem por finalidade promover a articulação entre os vários segmentos organizados da sociedade e os setores da Escola, a fim de garantir a eficiência e a qualidade do seu funcionamento.

SEÇÃO I

DA CONSTITUIÇÃO E REPRESENTAÇÃO

Art. 3º - O Conselho Escolar será instituído pelas seguintes categorias:

a) Diretor.

- b) Um representante da Supervisão de Ensino ou da Orientação Educacional.
- c) Um representante da Equipe Administrativa.
- d) Um representante de Professores atuantes em sala de aula, por grau e modalidade de ensino.
- e) Um representante de alunos por grau e modalidade de ensino, exceto nos Estabelecimentos de Ensino de 1.^a a 4.^a séries do 1.^o Grau.
- f) Um representante de pais ou responsáveis por alunos regularmente matriculados, por grau e modalidade de ensino.
- g) Representantes indicados pelos segmentos organizados da sociedade, no mínimo um e no máximo cinco, designados pelo Secretário de Estado da Educação, em ato próprio.

§ 1.^o - O número de representantes da escola (alíneas b, c, d e e) deverá ser igual ao número dos demais representantes (pais e segmentos da sociedade), obedecendo ao critério de paridade.

§ 2.^o - Caso haja um maior número de membros entre as categorias de pais e representantes dos segmentos organizados da sociedade, a paridade se confirmará com igual número de professores.

§ 3.^o - Caso haja maior número de membros entre as categorias contidas nas alíneas b, c, d, e, a paridade se confirmará com igual número de pais.

§ 4.^o - No caso do estabelecimento de ensino não poder contar com representação de uma ou mais categorias, o Conselho Escolar prescindirá desta, devendo entretanto, manter a paridade.

Art. 4.^o - Os membros do Conselho Escolar, bem como seus suplentes, serão indicados por seus pares, nos termos das categorias contidas no Art. 3.^o, exceto na alínea g, em reuniões convocadas para este fim, pelo diretor do estabelecimento de ensino.

§ 1.^o - A categoria contida na alínea "g", terá reunião própria, com o fim de indicar seus representantes.

§ 2.^o - A reunião mencionada no "caput" deste artigo, será convocada:

- a) com antecedência mínima de cinco dias úteis;
- b) através de convite e edital de convocação, contendo local, data, horário e pauta da reunião;
- c) em primeira convocação, com a presença de um terço dos seus pares ou em segunda convocação, após 30 minutos, com qualquer quórum.

Art. 5.^o - A presidência do Conselho

Escolar será exercida pelo diretor do estabelecimento de ensino, na qualidade de membro nato.

Art. 6.^o - O mandato dos integrantes do Conselho Escolar, deverá coincidir com o mandato do Diretor, na forma da lei vigente.

Art. 7.^o - Os representantes das categorias que foram indicados por seus pares, terão seus nomes relacionados e encaminhados pelo Diretor do Estabelecimento de Ensino, ao Secretário de Estado da Educação, para designação como Membro do Conselho Escolar, em ato próprio.

Art. 8.^o - Os Membros do Conselho Escolar não receberão qualquer tipo de remuneração, nem os representantes das categorias contidas nas alíneas e, f e g terão qualquer vínculo empregatício com o Estado.

Art. 9.^o - Caso a atuação do Conselho Escolar não seja condizente com as normas estabelecidas neste regimento, ou incompatível com a dignidade de suas funções, o Secretário de Estado da Educação, no uso de suas atribuições, poderá destituí-lo como um todo, mediante instauração de processos administrativos ou disciplinar, devendo ser constituído um novo Conselho Escolar.

SEÇÃO II - DAS ATRIBUIÇÕES

Art. 10 - São atribuições do Conselho Escolar:

I - Analisar e aprovar o Plano Anual do estabelecimento de ensino;

II - Acompanhar e avaliar o desempenho da escola face às diretrizes, prioridades e metas estabelecidas no Plano Anual;

III - Analisar projetos propostos por todas as categorias que compõem a comunidade escolar, no sentido de avaliar sua necessidade escolar, no sentido de avaliar sua necessidade de implantação, e aprovar se for o caso;

IV - Apreciar e julgar os casos dos alunos que não cumprirem seus deveres e infringirem as normas expressas no regulamento interno do estabelecimento de ensino;

V - Apreciar e emitir parecer quanto à reivindicações e consultas da Comunidade Escolar, sobre questões de seu interesse ou que digam respeito ao cumprimento do regimento escolar;

VI - Apreciar e aprovar o Plano de Aplicação e Prestação de Contas de Recursos Financeiros;

VII - Apreciar e emitir parecer sobre

desligamento de um ou mais membros do Conselho Escolar, quando do não cumprimento das normas estabelecidas neste regimento e/ou procedimentos incompatíveis com a dignidade da função, encaminhando tal documento para a Secretaria de Estado da Educação;

VIII - Supervisionar, juntamente com o Diretor, a exploração da Cantina Comercial, conforme a Lei vigente;

IX - Deliberar sobre outros assuntos encaminhados pela direção, pertinentes no âmbito de ação da escola.

SEÇÃO III - DO FUNCIONAMENTO

Art. 11 - O funcionamento do Conselho Escolar dar-se-á através de:

I - Reuniões ordinárias bimestrais convocadas pelo presidente, com 72 (setenta e duas) horas no mínimo de antecedência, com pauta claramente definida no ato de convocação;

II - Reuniões extraordinárias sempre que necessário:

a) por convocação do presidente do Conselho Escolar;

b) a pedido de um terço de seus membros em requerimento dirigido ao presidente, especificando o motivo da convocação.

Parágrafo Único - As reuniões extraordinárias também terão sua convocação com 72 (setenta e duas) horas de antecedência, com pauta claramente definida no ato de convocação.

Art. 12 - As reuniões ordinárias e extraordinárias realizar-se-ão, em primeira convocação, com um terço dos membros do Conselho Escolar ou, em segunda convocação, 30 minutos após, com qualquer quórum.

Art. 13 - As reuniões serão lavradas em livro próprio aberto para esta finalidade, por Secretário ad hoc, para registro, comunicação ou divulgação.

Art. 14 - Na ausência injustificada de 3 (três) reuniões consecutivas ou 5 (cinco) intercaladas, no período de 1 (um) ano, o membro do Conselho será destituído e o preenchimento de cargo de representação das categorias mencionadas no Art. 3º, dar-se-á mediante nova indicação.

Art. 15 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário."

Sala das Sessões, em 10.91.

(a) RENATO ADUR

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Senhor Deputado Doutor Rosinha, constante do expediente, solicitando

a retirada da Ordem do Dia por 10 (dez) sessões do Projeto de Lei nº 181/91. - Retirado pelo autor.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sobre a Mesa, requerimento de nº 3296, de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, constante do expediente.- Aprovado. A Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 3300, de autoria do Senhor Deputado Ademar Traiano, constante do expediente.- Aprovado. A Diretoria Legislativa.

A Mesa, antes que os Deputados se retirem do Plenário, comunica que fará realizar duas sessões amanhã.

A primeira sessão, destinada ao orçamento anual e após a sessão, vai anunciar as outras matérias. Encarece a necessidade de todos os Deputados participarem da votação do orçamento e de outras matérias, porque a Mesa decidiu não convocar a Assembléia extraordinariamente.

Requerimentos de nºs 3283, 3284, de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constantes do expediente.- Aprovados. A Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 3290, de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente.- Em discussão.

UM SR. DEPUTADO (Pela Ordem) - Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do artigo 155 do Regimento Interno.

Requerimento de nº 3295, de autoria do Senhor Deputado Colombino Grassano, constante do expediente.- Aprovado. A Diretoria Legislativa.

Requerimentos de nºs 3297, 3298, de autoria do Senhor Deputado Ademar Traiano, constantes do expediente.- Aprovados. A Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 3299, de autoria do Senhor Deputado João Preis, constante do expediente.- Aprovado. A Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 3301, de autoria do Senhor Deputado Geraldo Cartário, constante do expediente.- Aprovado. A Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 3305, de autoria do Senhor Deputado João Arruda, constante do expediente.- Aprovado. A Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 3310, de autoria do Senhor Deputado Ernani Pudell, constante do expediente.- Aprovado. A Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 3311, de autoria do Senhor Deputado Rafael Greca de Macedo, constante do expediente.- Aprovado. A Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 3312, de autoria do Senhor Deputado Rafael Greca de Macedo, constante do expediente.- Aprovado. A Diretoria Legislativa. (A matéria acha-se publicada no final desta Ata).

Requerimento de nº 3316, de autoria do Senhor Deputado Carlos Simões, constante do expediente.- Aprovado. A Diretoria Legislativa.

Requerimentos de nºs 3285, 3286, 3287, 3288, 3289, de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constantes do expediente.- Aprovados. A Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 3306, de autoria do Senhor Deputado Carlos Simões, constante do expediente.- Aprovado. A Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 04, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

- 1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 440 e 441/91.

Marcada ainda uma Sessão Extraordinária para logo após, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 217/91.

- 2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 089, 099, 165, 181, 516 e 400/91.

- 1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 515, 517, 527, 208, 246, 265, 366, 378, 461, 468, 472, 498 e 499/91, e do Projeto de Resolução nº 058/91.

Levanta-se a sessão.

Transcrições:

MATERIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADO A REQUERIMENTO DO SENHOR DEPUTADO RAFAEL GRECA, EM SESSÃO DO DIA 03 DE DEZEMBRO DE 1991.

Homem em paz com Deus e seu tempo.

Vinte e cinco dias depois de completar 98 anos, Heráclito Fontoura Sobral Pinto morreu ontem, em paz com seu tempo e com Deus. Morreu na humildade do corpo e na grandeza do espírito em que sempre viveu. Como um Homem que passará à História do Brasil principalmente pela extremada devoção a liberdade. Um dos raros, no País tão pobre de homens e de idéias, que mereciam, de fato e de direito, o privilégio

de ser enterrado de pé. Porque não serviu nunca aos poderes nem nunca se dobrou ao arbítrio e à prepotência.

Mais do que suas obras - Teologia da Libertação: materialismo marxista na teologia espiritualista, Lições de Liberdade e Porque defendo os comunistas, entre outras -, ele legou a seus contemporâneos e às futuras gerações um exemplo de luta e de dignidade. Durante o Estado Novo de Vargas, defendeu Luiz Carlos Prestes e Harry Berger, dois dos principais líderes da sublevação de novembro de 1935, promovida pela Aliança Nacional Libertadora e pelo Partido Comunista Brasileiro, então Partido Comunista do Brasil".

Em 1935, quando setores reacionários da UDN (União Democrática Nacional) pretendiam usurpar o mandato que o povo havia livremente concedido a Juscelino Kubitschek de Oliveira, suas advertências levaram o marechal Henrique Duffles Batista Teixeira Lott ao "contragolpe preventivo", que depôs o presidente Carlos Luz. E no início de abril de 1964, vitorioso o golpe militar que derrubou o presidente João Goulart, advertiu em carta ao marechal Humberto Castelo Branco que sua candidatura à Presidência da República, na qualidade de Chefe do Estado Maior do Exército, era ilegal. E ainda assumiu calorosa defesa da missão comercial do governo da República Popular da China, presa como subversiva.

Filho de um agente da Estrada de Ferro Central do Brasil, Priamo Cavalcanti Sobral Pinto e de Idalina Fontoura Sobral Pinto, Heráclito Fontoura Sobral Pinto nasceu na cidade de Barbacena (MG), em 05.11.1893. Os primeiros estudos ele os fez em Porto Novo do Cunha (Além Paraíba), para onde a família se mudara quando Heráclito tinha pouco mais de um ano. Dos 13 aos 18, morou em Nova Friburgo (RJ), onde se bacharelou em Ciências e Artes pelo Colégio Anchieta.

Logo depois, transferiu-se para o Rio de Janeiro (Distrito Federal), ingressou na faculdade de Direito e empregou-se na Repartição Geral dos Telégrafos (Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos). Em 1918, bacharelou-se; no ano seguinte, demitiu-se dos Telégrafos e iniciou a longa carreira (74 anos) de advogado, que só se encerraria em 24 de agosto último.

Perante o Órgão Especial do Tribunal de Justiça, Sobral Pinto sustentou então, durante algumas horas, a defesa do próprio filho, Alberto Azambuja Sobral Pinto, o Sobralzinho, e mais 334 pessoas. Todas pleiteavam readmissão no Detran (Departamento de Trânsito), de onde o governador Leonel Brizola as havia demitido em maio. Os desembargadores se demoraram tanto no julgamento da liminar que o jurista se re-

tirou do plenário afirmando. "Quando eles forem julgar o mérito, eu volto. Se ainda estiver vivo".

Entre 1924 e 1926, Sobral Pinto atuou como procurador criminal interino e, por seis meses, como juiz-substituto. Depois, em 1928, ocupou o cargo de procurador-geral do Distrito Federal e ingressou no Centro Dom Vital, "associação civil para estudo, discussão e apostolado da doutrina da Igreja, fundada por Jackson de Figueiredo.

Proibido, a princípio, por Luiz Carlos Prestes de fazer a defesa dele - em razão da formação religiosa do jurista - Sobral Pinto só conseguiu a causa por interferência de Leocádia, mãe de Prestes. Mas teve grandes problemas em visitar o líder comunista na Casa de Correção, dirigida pelo tenente Canepa, que o advogado havia denunciado anteriormente por violação de correspondência.

Em 1942, como representante da Ação Católica Brasileira no Seminário de Estudos Sociais, em Washington, Sobral Pinto assumiu atitudes tão corajosas que o governo brasileiro o proibiu de assinar artigos na imprensa - ficou interrompida assim sua colaboração para o Jornal do Comércio. Três anos depois, assinou o manifesto de lançamento da Resistência Democrática, nascido sob inspiração da vitória dos Aliados.

Preso por alguns dias, logo depois da decretação do Ato Institucional número 5, Sobral Pinto respondeu com altivez ao oficial carcereiro, que lhe havia dito que o AI-5 visava ao estabelecimento de uma "democracia brasileira"; "Coronel, há peru à brasileira. A democracia é universal, sem adjetivos." Opositor do engodo do projeto de distensão do presidente Ernesto Geisel, das reformas que ele pretendeu e de sua Lei de Segurança Nacional, recebeu em vida diversos prêmios, pela defesa da democracia e dos direitos humanos, como a Medalha de Rui Barbosa e a Medalha Sobral Pinto, a última criada em sua homenagem pela Pontifícia Universidade Católica (PUC) de Minas Gerais.

Nenhuma homenagem ou medalha, porém lhe falava tão de perto ao coração como o amor da mulher, Maria José, com quem viveu, uma felicidade de 65 anos, sete filhos, oito netos e seis bisnetos. Poucos dias antes de morrer, aos 90 anos Sobral Pinto lhe disse, numa última conversa, na Casa de Saúde São José; "Você acredita que depois de Deus e da Virgem, você é tudo para mim? E ela respondeu. "Acredito". O Brasil também acreditou sempre que Sobral Pinto era quase tudo para ele.

Atas das Comissões:

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE
ATA DA 13.ª REUNIAO ORDINÁRIA

Aos vinte e quatro dias do mês de outubro de um mil, novecentos e noventa e um, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte sob a presidência do Deputado Alceu Swarowski, mais a presença dos seguintes Deputados: Renato Adur, Basílio Zanusso, Heinz Georg Herwig, Emília Belinati, Duílio Genari e Dobrandino da Silva. Havendo número legal o Presidente declarou abertos os trabalhos com a seguinte Ordem do Dia: Projeto de Lei nº 355/91, de autoria do Deputado Toti Colaço. Relator Deputado Renato Adur. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO; Projeto de Lei nº 386/91, de autoria do Deputado Algaci Túlio. Relator Deputado Mário Bezerra. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO; Projeto de Lei nº 121/91, de autoria do Deputado Algaci Túlio. Relatora Deputada Emília Belinati. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO; Projeto de Lei nº 478/91, de autoria do Poder Executivo, Mensagem nº 100/91. Relator Deputado Dobrandino Gustavo da Silva. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Nada mais havendo a tratar o Presidente declarou encerrados os trabalhos dos quais para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente ata que após lida e aprovada será assinada pelo Presidente, demais Deputados e por mim Alan Marcos Andrade, secretário da Comissão.

(aa) ALCEU SWAROWSKI

Presidente

Alan Marcos Andrade

Secretário

COMISSÃO DE REDAÇÃO

1. SESSÃO LEGISLATIVA - 12.ª LEGISLATURA
ATA DA 9.ª REUNIAO ORDINÁRIA

Aos vinte e cinco dias do mês de setembro do ano de um mil novecentos e noventa e um, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação sob a presidência do Deputado Basílio Zanusso. Constatada a existência de número legal, o Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a ata da reunião anterior e como nada constasse da Hora do Expediente, passou-se à Ordem do Dia, oportunidade em que o Deputado Alceu Swarowski apresentou redação final ao Projeto de Lei nº 180/91, que foi aprovada sem observações. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar, eu, Elisa Sotomaior Maruska lavrei a presente ata que após lida e achada conforme será assinada pelo Senhor Presidente, para que produza os efeitos legais.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO

Presidente
Elisa Sotomaio Maruska
Secretária

COMISSÃO DE REDAÇÃO

1.^a SESSÃO LEGISLATIVA - 12.^a LEGISLATURA
ATA DA 10.^a REUNIÃO ORDINÁRIA

Ao primeiro dia do mês de outubro do ano de um mil, novecentos e noventa e um, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do Deputado Rafael Greca de Macedo. Constatada a existência de número legal, o Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a ata da reunião anterior e como nada constasse da Hora do Expediente, passou-se à Ordem do Dia, oportunidade em que o Deputado Eurides Moura apresentou redação final ao Projeto de Resolução nº 045/91, que foi aprovada sem observações. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar, eu, Elisa Sotomaio Maruska lavrei a presente ata, que após lida e achada conforme será assinada pelo Senhor Presidente, para que produza os efeitos legais.

(aa) RAFAEL GRECA DE MACEDO
Presidente
Elisa Sotomaio Maruska
Secretária

COMISSÃO DE REDAÇÃO

1.^a SESSÃO LEGISLATIVA - 12.^a LEGISLATURA
ATA DA 11.^a REUNIÃO ORDINÁRIA

Ao segundo dia do mês de outubro do ano de um mil, novecentos e noventa e um, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do Deputado Basílio Zanusso. Constatada a existência de número legal, o Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a ata da reunião anterior e como nada constasse da Hora do Expediente, passou-se à Ordem do Dia, oportunidade em que o Deputado Eurides Moura apresentou redação final ao Projeto de Lei nº 173/91, que foi aprovada sem observações. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar eu, Elisa Sotomaio Maruska lavrei a presente ata, que após lida e achada conforme será assinada pelo Senhor Presidente, para que produza os efeitos legais.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO
Presidente
Elisa Sotomaio Maruska
Secretária

COMISSÃO DE REDAÇÃO

1.^a SESSÃO LEGISLATIVA - 12.^a LEGISLATURAATA DA 12.^a REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos doze dias do mês de novembro do ano de um mil, novecentos e noventa e um, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do Deputado Rafael Greca de Macedo. Constatada a existência de número legal, o Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a ata de reunião anterior e como nada constasse da Hora do Expediente, passou-se à Ordem do Dia, oportunidade em que o Deputado Lourenço Fregonese apresentou redação final aos seguintes processos: Projeto de Resolução nº 019/90, que autoriza a realização de plebiscito para a criação do Município de Carambei e Projeto de Resolução nº 026/91, que autoriza a realização de plebiscito para a criação do Município de Jotaesse, que foram aprovadas sem observações. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar eu, Elisa Sotomaio Maruska, lavrei a presente ata, que após lida e achada conforme será assinada pelo Senhor Presidente, para que produza os efeitos legais.

(aa) RAFAEL GRECA DE MACEDO
Presidente
Elisa Sotomaio Maruska
Secretária

COMISSÃO DE REDAÇÃO

1.^a SESSÃO LEGISLATIVA - 12.^a LEGISLATURA
ATA DA 13.^a REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dois dias do mês de dezembro do ano de um mil, novecentos e noventa e um, na Sala das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do Deputado Rafael Greca de Macedo. Constatada a existência de número legal, o Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a ata da reunião anterior e como nada constasse da Hora do Expediente, passou-se à Ordem do Dia, oportunidade em que o Deputado Alceu Swarowski apresentou redação final ao Projeto de Lei nº 217/91, que cria a Área de Proteção Ambiental - APA, a qual foi aprovada sem observações. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar eu, Elisa Sotomaio Maruska, lavrei a presente ata, que após lida e achada conforme será assinada pelo Senhor Presidente, para que produza os efeitos legais.

(a) RAFAEL GRECA DE MACEDO
Presidente
Elisa Sotomaio Maruska
Secretária

COMISSÃO DE TURISMO

12.^a LEGISLATURA - 1.^a SESSÃO LEGISLATIVA

ATA DA 4.^a REUNIAO ORDINARIA

Aos dezoito dias do mês de novembro de um mil novecentos e noventa e um, reuniu-se na Sala da Reunião das Comissões, a Comissão de Turismo, sob a Presidência do Senhor Deputado Dobrandino da Silva, mais a presença dos Senhores Deputados membros da Comissão. Havendo número legal, o Senhor Presidente deu início aos trabalhos, ficando também registrada as presenças do representante da Festur Sr. Clemente Consentino Neto e do Assessor Parlamentar da Liderança do Governo Sr. Wilson Fortes. A seguir o Sr. Presidente participou o adiamento da reunião da Comissão em Foz do Iguaçu no dia 06 de dezembro de 1991, por sugestão do Sr. Presidente desta Casa, o qual convocará sessão extraordinária neste mês para votação do Orçamento do Estado. Ficou acertado que a Comissão se reunirá na segunda quinzena de março de 1992 no Rafain Palace Hotel de Foz do Iguaçu, incluindo como convidados o Diretor da Economia e Fomento da Embratur Sr. Ely Walter Gil e o Presidente do B.N.D.E.S. Sr. Eduardo Modiano, sendo que o 1º já tinha confirmado a sua presença como palestrante, e o 2º enviaria um representante para participar do evento. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente agradeceu a presença de todos e encerrou os trabalhos da presente reunião, da qual, para constar, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e por mim Delôra Terezinha Bueno Ferreira do Amaral Carvalho, Secretária da Comissão, para que produza os efeitos legais.

(aa) DOBRANDINO GUSTAVO DA SILVA
Presidente
Delôra F. do Amaral Carvalho
Secretária

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
12.^a LEGISLATURA - 1.^a SESSÃO LEGISLATIVA
ATA DA 32.^a SESSÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e seis dias do mês de novembro de um mil novecentos e noventa e um, reuniu-se na Sala da Reunião das Comissões da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná a Comissão de Constituição e Justiça, sob a Presidência do Deputado Colombino Grassano e com a presença dos seguintes Deputados: Emília Belinati, Rafael Greca de Macedo, Valdir Rossoni, Lourenço Fregonese, Plauto Miró Guimarães, Alceu Swarowski, Mário Bezerra, Ovídio Constantino, e Antônio Costenaro Neto. Aprovada a Ata da sessão anterior após discussão e votação. No expediente o Senhor Presidente leu a justificativa pelo não comparecimento a esta reunião por parte do Deputado Nelson Justus. Passou-se à Ordem do Dia: 1) Pro-

jeto de Lei nº 472/91. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Nelson Justus - APROVADO. 2) Projeto de Lei nº 509/91. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Luiz Carlos Martins - APROVADO. 3) Projeto de Lei nº 516/91. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Luiz Carlos Martins - APROVADO. 4) Projeto de Lei nº 517/91. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Plauto Guimarães - APROVADO. 5) Projeto de Lei nº 515/91. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Durval Amaral - APROVADO. 6) Projeto de Lei nº 256/91. O Deputado Relator requer diligência - DEFERIDO. 7) Projeto de Lei nº 512/91. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Ovídio Constantino - APROVADO. 8) Projeto de Resolução nº 58/91. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Ovídio Constantino - APROVADO. 9) Projeto de Lei nº 492/91. Em VOTAÇÃO A EMENDA SUBSTITUTIVA do Deputado Alceu Swarowski - REJEITADA com voto favorável do Deputado Antônio Costenaro Neto. APROVADO PARECER COM EMENDA SUBSTITUTIVA da Deputada Emília Belinati com voto contrário do Deputado Alceu Swarowski. 10) Projeto de Lei nº 532/91. Parecer FAVORÁVEL da Deputada Emília Belinati - APROVADO. 11) Projeto de Lei nº 494/91. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Rafael Greca de Macedo - APROVADO. 12) Projeto de Lei nº 527/91. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Rafael Greca de Macedo - APROVADO. 13) Projeto de Lei nº 526/91. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Rafael Greca de Macedo - APROVADO. 14) Projeto de Lei nº 510/91. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Antônio Costenaro Neto - APROVADO. 15) Projeto de Lei nº 522/91. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Antônio Costenaro Neto - APROVADO. 16) Projeto de Lei nº 513/91. O Deputado Relator, Mário Bezerra requer diligência - DEFERIDO. 17) Projeto de Lei nº 528/91. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Mário Bezerra - APROVADO. 18) Projeto de Resolução nº 75/91. Parecer FAVORÁVEL da Deputada Emília Belinati - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente deu por encerrada a presente sessão.

(aa) COLOMBINO GRASSANO
Presidente
Ana Lucia Andretta
Secretária

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
12.^a LEGISLATURA - 1.^a SESSÃO LEGISLATIVA
ATA DA 20.^a SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

Aos vinte e sete dias do mês de novembro de um mil novecentos e noventa e um, reuniu-se na Sala da Reunião das Comissões da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná a Comissão de Constituição e Justiça, sob a Presidência do Deputado Colombino Grassano e com a presença dos seguintes Deputados: Durval Amaral, Nelson Justus,

José Tavares, Luiz Carlos Martins, Alceu Swarowski, Antônio Costenaro Neto, Valdir Rossoni e Florisvaldo Fier. Passou-se à Ordem do Dia: 1) Projeto de Resolução nº 38/91. O Deputado Relator pediu arquivamento, uma vez que já foram cumpridas todas as exigências constitucionais - DETERMINADO. 2) Projeto de Lei nº 505/91. Parecer CONTRÁRIO à Emenda do Deputado Antônio Annibelli, pelo Deputado Luiz Carlos Martins - APROVADO com voto contrário do Deputado Florisvaldo Fier. 3) Projeto de Lei nº 528/91. Parecer CONTRÁRIO à Emenda do

Deputado Antônio Annibelli, pelo Deputado José Tavares - APROVADO. 4) Projeto de Lei nº 521/91. Parecer CONTRÁRIO à Emenda, pelo Deputado Durval Amaral - APROVADO. 5) Projeto de Lei nº 511/91. Parecer FAVORÁVEL do Deputado José Tavares - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente deu por encerrada a presente sessão.

(aa) COLOMBINO GRASSANO
Presidente
Ana Lúcia Andretta
Secretária